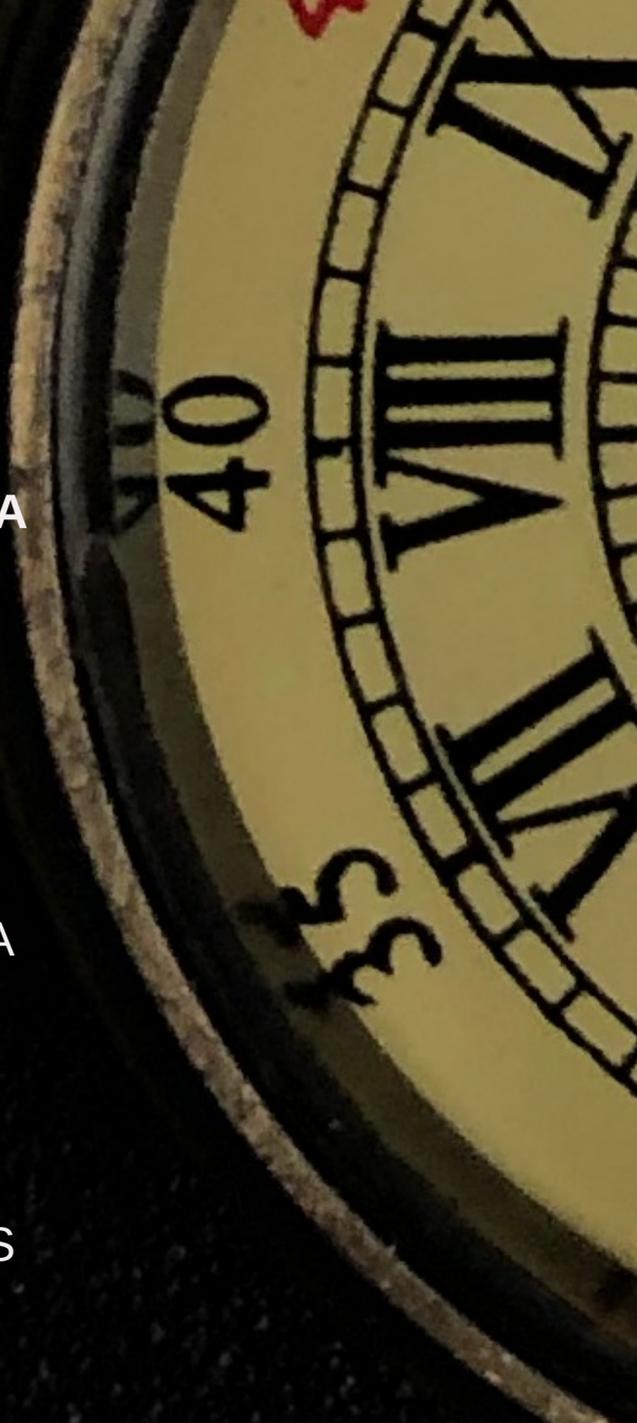




PARA NÃO SEREM ESQUECIDOS
VOLUME II



JANINE MARTA COELHO RODRIGUES
WILSON HONORATO ARAGÃO
PRISCILA MORGANA GALDINO DOS SANTOS
(ORGS.)



AUTORES

ALEXANDRE NASCIMENTO DA SILVA

ANDRÉ LUIZ DA COSTA GOMES

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO
ANDRADE

EMANUELLA BEZERRA DE OLIVEIRA
BRUNET

GUILHERME JOSÉ DOS SANTOS

JANINE MARTA COELHO RODRIGUES

JAQUELINE ESPIRITO SANTO

JENNYFFER LAYS DE PAIVA SILVA

JON ENDERSON DO NASCIMENTO N.
SILVA

JOSÉ FELIX DOS SANTOS NETO

JOSÉ SIDNEY PEREIRA

JOSIENE GALDINO DA SILVA

KATHY SOUZA XAVIER DE ARAÚJO

LEGY PEDRO FREIRES

MARAIANE PINTO DE SOUSA

MARIA GIRLENY ROBERTO DA SILVA

NADJA KARINA FERREIRA BARBOSA

VÂNIA RIBEIRO DE ARAÚJO

WILSON HONORATO ARAGÃO

**JANINE MARTA COELHO RODRIGUES
WILSON HONORATO ARAGÃO
PRISCILA MORGANA GALDINO DOS SANTOS (Orgs.)**

**PARA NÃO SEREM ESQUECID@S
VOLUME II**



**PARA NÃO SEREM ESQUECID@S
VOLUME II**

ISBN 978-65-5621-049-0

EDITORA DO CCTA

JOÃO PESSOA

2020

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

P221 Para não serem esquecid@s: volume II [recurso eletrônico] /
Organizadores: Janine Marta Coelho Rodrigues, Wilson
Honorato Aragão, Priscila Morgana Galdino dos Santos. –
João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

Recurso digital (1,97MB)

Formato: ePDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-65-5621-049-0

1. Educação. 2. Cultura - Brasil. I. Rodrigues, Janine Marta
Coelho. II. Aragão, Wilson Honorato. III. Santos, Priscila
Morgana Galdino dos.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 37

Organizadores

Janine Marta Coelho Rodrigues
Wilson Honorato Aragão
Priscila Morgana Galdino dos Santos

Designer de Capa e Contracapa

Priscila Morgana Galdino dos Santos

Revisão de Português e ABNT

Cynthia Gomes Pinheiro

Sistematização e Diagramação

Arleciane Emilia de Azevêdo Borges

Autores e coautores são responsáveis pela originalidade e pelos princípios éticos dos conteúdos constantes nos capítulos publicados nesse *eBook*.

ORGANIZAÇÃO

JANINE MARTA COELHO RODRIGUES

Pós-doutorado em Psicologia da Educação pela PUC/SP com supervisão de Bernadete Angelina Gatti (2006). Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN (2000). Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba/UEPB (1992). Professora Titular, Classe E, da UEPB. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Docente (GEPEFD)/UEPB; atuando no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação/Mestrado e Doutorado. Foi presidente da Comissão para elaboração e implantação do curso de Graduação em Psicopedagogia, exercendo a função de coordenadora do curso até janeiro de 2010. É presidente da Comissão para implantação do Mestrado Profissional em Psicopedagogia. Elaborou e coordena, desde 2001, o Projeto de Extensão Atendimento a criança hospitalizada; desde 2009, o Projeto de Pesquisa PIBIC, a formação docente frente à diversidade: a escolarização dos ciganos como espaço de construção da cidadania desde 2009. Desde 2016, coordena o projeto: a avaliação de situação de docentes doutores, CPA/Comissão Permanente de Avaliação/UEPB. Elaborou e coordena, desde 2019, o projeto Presença da Universidade no seu Município A criança circense. Integra o Comitê Editorial da FURNE. É Consultora *Ad Hoc* da Editora Universitária. Consultora *Ad Hoc* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Representante do DHP no Colegiado do Curso de Educação Artística - UEPB. Consultora parecerista da revista SODEBRAS. Consultora parecerista da Revista UNIMAT. Membro da Comissão de Promoção da Identidade Racial e Religiosa da OAB/PB. Membro e relatora da Comissão de Diversidade e Direitos Humanos do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação. Membro do Conselho da Escola Superior de Serviço Público - ESPEP. Atualmente é professora da linha de Políticas Públicas e Educativas do curso à distância da Escola de Gestores; professora do Estágio Curricular Fundamentos I do Curso de Pedagogia a Distância EAD; professora convidada do Mestrado Profissionalizante em Gestão de Organização de Aprendentes - MPMGOA/UEPB. Vice-coordenadora da linha de Pesquisa Políticas Educacionais PPGE/UEPB. Tem se dedicado a pesquisas sobre formação e profissionalização docente, diversidade, educação especial, dificuldades de aprendizagem, atendimento psicopedagógico e processos formativos.

WILSON HONORATO ARAGÃO

Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002). Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (1994). Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal da Paraíba (1980). Foi coordenador da Escola de Gestores/MEC e vice-diretor do Centro de Educação (2009-2012). Diretor do Centro de Educação/UEPB (2012-2016) e reeleito para o segundo mandato (2016-2019). Atualmente, é Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba (2018). Líder do grupo de pesquisa Exclusão, Inclusão e Diversidade. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Políticas Públicas, Políticas de Ações Afirmativas, Movimentos Sociais, atuando nos seguintes temas: Educação, Mercado de Trabalho, Política de Formação de Professores, Gestão Educacional, Educação a Distância, Educação Física e História e Cultura Afro-brasileira.

PRISCILA MORGANA GALDINO DOS SANTOS

Doutoranda em Educação. Mestrado em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) pela Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Especialista em História da Paraíba/Brasil pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba- IESP e também possui o título de Especialização em EJA pelo Instituto Prominas. Faz parte do Grupo de Estudo e de Pesquisa em Formação Docente, ligado Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) desde o ano de 2016, no Centro de Educação-CE/UFPB. É também professora de História da Prefeitura Municipal de João Pessoa e do Governo da Paraíba. É estudante dos seguintes cursos de especialização da Faculdade Única-Prominas: Supervisão; Orientação e Ensino superior e Neurociência.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DE ANÍSIO TEIXEIRA PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	11
<i>José Felix dos Santos Neto</i>	
<i>Maraiane Pinto de Sousa</i>	
<i>Wilson Honorato Aragão</i>	
CAPÍTULO 2 – ARIANO SUASSUNA: reflexões sobre a construção social frente ao Brasil Real	18
<i>Jon Enderson do Nascimento N. Silva</i>	
<i>Maria Girleny Roberto da Silva</i>	
CAPÍTULO 3 – AUGUSTO DOS ANJOS	29
<i>Jaqueline Espirito Santo</i>	
<i>Nadja Karina Ferreira Barbosa</i>	
<i>Janine Marta Coelho Rodrigues</i>	
CAPÍTULO 4 – CELINA GUIMARÃES: vida e o papel da mulher	43
<i>Jennyffer Lays de Paiva Silva</i>	
<i>Vânia Ribeiro de Araújo</i>	
CAPÍTULO 5 – CORPO E PODER: releituras sobre Anayde Beiriz, Paraíba 1930	53
<i>Emanuella Bezerra de Oliveira Brunet</i>	
CAPÍTULO 6 – EDUCAÇÃO COMO FORÇA INCLUSIVA NA SAGA DE ANTÔNIO VICENTE MENDES MACIEL: o “Antônio Conselheiro”	65
<i>José Sidney Pereira</i>	

CAPÍTULO 7 – DOM HÉLDER CÂMARA: fé e justiça na luta pelos pobres.....77

Legy Pedro Freires

Josiene Galdino da Silva

CAPÍTULO 8 – LAMPIÃO E MARIA BONITA: resistência e subversão, uma história diferente no cangaço.....89

Kathy Souza Xavier de Araújo

Guilherme José dos Santos

CAPÍTULO 9 – MARIA QUITÉRIA DE JESUS: uma construção de mito nacional.....100

Carlos Alberto de Carvalho Andrade

Janine Marta Coelho Rodrigues

CAPÍTULO 10 – GILBERTO FREYRE: o sociólogo-antropólogo, o pioneiro, o escritor, o político.....112

André Luiz da Costa Gomes

Janine Marta Coelho Rodrigues

CAPÍTULO 11 – CARLOTA PEREIRA DE QUEIROZ: a força da mulher brasileira na política da América Latina.....118

Alexandre Nascimento da Silva

APRESENTAÇÃO

Este foi o conteúdo da disciplina inclusão, exclusão e diversidade que de uma forma desafiadora e inédita trouxe para sala de aula e para Universidade vultos históricos, políticos, culturais e religiosos de homens e mulheres brasileiros e nordestinos, que deixaram grande contribuição no cenário histórico Nacional.

Ao olhar com um olhar inclusivo, democrático e crítico vamos perceber a importância de cada um dessas personagens homens e mulheres, que tornaram suas histórias de vida, pensamentos e ações importantes para a construção da nossa história educacional, cultural, religiosa e política.

Figuras como Dom Hélder Câmara, Ariano Suassuna, Augusto dos Anjos, Antônio Conselheiro, Anayde Beiriz, Celina Guimarães, Maria Quitéria, Carlota Pereira de Queiroz, Gilberto Freyre, Lampião e Maria Bonita muito contribuíram para construção de um olhar democrático, inclusivo da educação. Imaginem na sala de aula você estudar tanto o lado perverso como lado desbravador, tanto lado ruim da violência como lado bom das atitudes e pensamentos compartilhados para o bem comum, são aspectos da cultura brasileira, são pedaços da nossa história que merecem ser lembrados, resgatados para não serem esquecidos. Que os bons exemplos sejam repetidos e maus exemplos que sejam lembrados para que não aconteçam novamente, não se repitam.



Prof.ª PhD Janine Marta Coelho Rodrigues



Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão



**Prof.ª Doutoranda Priscila Morgana
Galdino dos Santos**

Em tempos onde se duvida da força e importância da ciência, pesquisar é um ato de resistência. Estudar é um ato de resistência. Renunciamos às narrativas descompromissadas com a democracia e justiça social.

Investimos tempo na leitura e escrita por acreditarmos que por esta podemos ver através da fé um bom futuro!

Trazemos o passado para criticarmos e aprimorarmos a nossa postura na luta por uma sociedade melhor, por uma Educação melhor.

É hora de afiarmos nossas mentes para atravessarmos esse período de nebulosidade intelectual que se prolifera e se arraiga através de redes sociais.

É preciso escrever. É preciso crer para ver. Para ver a esperança frutificar em boas novas à sociedade brasileira.

João Pessoa, julho de 2020.

CAPÍTULO 1

A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DE ANÍSIO TEIXEIRA PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

*José Felix dos Santos Neto¹
Maraiane Pinto de Sousa²
Wilson Honorato Aragão³*

INTRODUÇÃO

Situando historicamente, a década de 1930 no Brasil foi marcada pelo desenvolvimento econômico, político, cultural e educacional. Com o crescimento do setor industrial, grande parte da população brasileira migrou para a zona urbana com o objetivo de ocupar os espaços de trabalho no âmbito público e privado. Entretanto, o país contava com uma população não escolarizada que precisava ser alfabetizada para atender as necessidades do mercado de trabalho, uma vez que a educação “possibilitaria eficientes fatores de evolução da vida moral e econômica de uma nação” como estava vigente na Constituição de 1934.

Embora a Constituição de 1934 já assegurasse o direito ao ensino gratuito, com a evolução do setor industrial e a eclosão das novas classes sociais, aumentaram as demandas para alfabetizar e qualificar a população brasileira. Com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública no governo de Getúlio Vargas, houve a necessidade de elaborar um plano para a educação a fim de direcionar os novos rumos do ensino básico e superior no Brasil.

Dentre os intelectuais que fizeram parte da construção desse modelo de educação na primeira metade do século XX no Brasil, destacamos neste estudo a figura de Anísio Spínola Teixeira, conhecido por defender a educação pública, participar das reformas educacionais e

¹UFPB. Email: jfelixneto89@gmail.com

²UFPB. Email: maraiane.s@outlook.com

³UFPB. Email: wilsonaragao@hotmail.com

por fazer parte da elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932, junto a Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Cecília Meireles entre outras personalidades da educação.

Este trabalho configura-se como resultado de discussões realizadas na disciplina de Tópicos em Políticas Educacionais, com o título Inclusão, Exclusão e Diversidade, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), a qual versou sobre importantes figuras do contexto educacional brasileiro. Dessa maneira, tencionamos apresentar a contribuição do filósofo e educador Anísio Spínola Teixeira para a educação, bem como situar o seu histórico de vida pessoal e profissional.

Para tanto, ancoramo-nos em trabalhos que se debruçaram na análise da vida de Anísio, tanto no que se refere ao seu esforço no processo de desenvolvimento educacional quando nas concepções que o educador defendia. Assim, realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo e caracterizamos este trabalho como documental, entendendo também que a metodologia adotada desenha o trabalho e o solidifica quanto às fontes.

Segundo Gonsalves (2011, p.63), a metodologia perpassa a perspectiva reducionista, sendo uma questão mais ampla. Ressalta, ainda, que o percurso metodológico apresenta relação com o seu objeto de estudo. De acordo com a autora é necessário compreender, inicialmente, o que é um documento.

Para isso, é preciso superar a ideia de que documento é apenas o escrito oficialmente, guardado nos arquivos governamentais. Torna-se relevante destacar que a pesquisa documental se aproxima da bibliográfica. Ambas se diferenciam pela natureza de suas fontes. A primeira se refere aos estudos sobre um determinado assunto. Gonsalves (2011, p. 34) acentua que a pesquisa documental trata da recorrência “a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias”.

Inicialmente expusemos a sua formação e dados pessoais, para em seguida adentrarmos no campo da concepção educacional que Anísio defendeu, objetivando ainda destacar a perspectiva inclusiva de educação nas propostas de reestruturação pensadas por ele.

TRAJETÓRIA DE ANÍSIO TEIXEIRA

Anísio Teixeira nasceu em 12 de julho de 1900 na cidade de Caetité, Bahia. Estudou em colégio jesuítico, e, em 1922, concluiu o curso de Direito pela Universidade do Rio de

Janeiro. Casou com Emília Ferreira Telles, mãe dos seus quatro filhos. A partir de 1924, Anísio iniciou sua jornada na vida pública a convite do governador da Bahia Francisco de Góes, que ofereceu o cargo de Inspetor Geral de Ensino. Nessa função, ele se encarregou de trabalhar na reforma da instrução pública, no entanto entregou o cargo por não compactuar com as propostas de Vital Soares, sucessor de Francisco de Góes (NUNES, 2000).

De acordo com Ferrari (2008), entre os anos de 1925 e 1929, Anísio viajou com a intenção de conhecer os sistemas de educação de alguns países da Europa e dos Estados Unidos. Foi durante essas viagens que Anísio Teixeira estreitou os laços com as concepções filosóficas de John Dewey. Mundialmente, Dewey é conhecido como o um dos maiores filósofo e pedagogo norte americano do século XX, sua teoria defende a concepção de uma formação educacional crítica reflexiva e humanizadora. Foram a parti dessas concepções que Anísio construiu seu “referencial intelectual” (NUNES, 2000, p.10).

Ao retornar ao Brasil, Anísio Teixeira entrou para a política, candidatou-se a deputado federal do seu estado, mas não se elegeu. Após o fracasso nas eleições, foi convidado por Pedro Ernesto⁴ para ocupar o cargo de diretor da Instrução Pública de Brasília. Em 1932, como diretor e defensor do ensino público como porta para a construção de uma sociedade democrática, Anísio elaborou as reformas do ensino primário, secundário e de adultos (NUNES, 2000, p.11).

Anísio Teixeira atuou como professor da Escola Normal de Salvador e como diretor da Instrução Pública do Distrito Federal; teve uma participação pertinente no desenvolvimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; teve uma participação direta na Associação Brasileira de Educação (ABE) e na Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, onde foi possível construir o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro (Escola Parque). Em 1951, assumiu a Secretaria da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi diretor do Instituto de Estudos Pedagógicos (INEP) e criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE).

Assim como contribuiu nas discussões acerca dos aspectos constitucionais da educação, contribuiu no debate do desenvolvimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Tornou-se um protagonista ativo da idealização da Universidade de Brasília (UNB) e realizou várias intervenções sobre a educação das classes populares. Dessa maneira, o papel de Anísio Teixeira no contexto educacional brasileiro foi

⁴ Pedro Ernesto Batista, natural do estado de Pernambuco, formado em medicina e prefeito da cidade do Rio de Janeiro na década de 1930.

imprescindível para caracterizar movimentos e lutas pela reforma educacional, principalmente no que concerne a uma educação pública, laica e de qualidade.

A atuação de Teixeira em diversos setores da área educacional possibilitou que ele percebesse as possíveis adequações das propostas de Dewey ao cenário brasileiro. Quanto às questões políticas, as divergências entre eles apareciam em alguns aspectos: Dewey se recusou a participar de qualquer partido político, enquanto que Anísio Teixeira se candidatou a deputado, mas não obteve sucesso, como apresentado anteriormente.

As tentativas de reforma educacional de Anísio Teixeira no Brasil receberam atenção a partir da sua participação no Manifesto dos Pioneiros, juntamente com Fernando de Azevedo. Anísio julgava necessário qualificar os profissionais da educação de forma que fosse possível oferecer um espaço sólido desde a estrutura à formação docente. Aqui é primordial a discussão, uma vez que o professorado sempre ficou à margem das políticas públicas com a desvalorização profissional e salarial.

Na obra desse educador podemos perceber o valor que ele direciona para os professores em sala de aula. Dialogando com Freire (1996, p.67) no momento em que Anísio Teixeira defende a formação dos professores, o autor diz que “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”.

Assim, podemos visualizar as adversidades da profissão docente. Os professores recebem desafios que precisam ser enfrentados diariamente juntamente com as implicações salariais e papel social. No entanto, entendemos que o compromisso com a educação deve ser somado ao esforço e trabalho daqueles que nela acreditam e vigoram no sentido do seu desenvolvimento, assim como o acesso para aqueles menos favorecidos.

Freire (2014, p.86) ressalta:

Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar esta possibilidade. Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido de doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador. Isto tudo exige dele que seja um companheiro dos educandos em suas relações com estes.

O compromisso com a educação em toda a sua diversidade vem como resultado da importância que essa atividade conduz. As ações de reformas da educação no Brasil carregam histórias de luta e resistência, bem como a contribuição de muitas figuras que se

dedicaram na discussão e na construção de propostas educacionais mais democráticas e acessíveis a todos os níveis.

Compreendemos, assim, que o trabalho de Anísio Teixeira e sua busca por uma educação democrática estavam no centro de seus esforços, pautas e questionamentos. Ainda que muitos estudiosos afirmem que suas propostas eram de cunho burguês, não podemos desvalorizar o seu esforço na ampliação da educação, principalmente no que se refere ao ensino superior. E como muitas experiências e representações da época, com o golpe cívico-militar em 1964, as atividades de Anísio foram paralisadas e ele teve que se aposentar de forma compulsória.

A democracia e a educação foram alvos de conservadores. O medo da educação e o seu desenvolvimento são pontos de estudos mais aprofundados, que aqui não nos deteremos, mas salientamos que a situação de ameaça vivida pela educação pública atualmente no Brasil afeta fortemente a autonomia docente, assim como aconteceu em 1964, seguindo com anos de repressão e censura. Grandes nomes como Paulo Freire e Anísio Teixeira foram silenciados e até exilados.

O ideário de renovação educacional tinha como princípio também valores de formação para a democracia, bem como para a construção da consciência crítica, educação pela liberdade e sua regulação no direito. Esses pontos eram defendidos e estavam presentes na perspectiva de educação de Anísio Teixeira.

Concernente à democracia, Saviani (2008, p.62) expõe:

Entendo, pois, que o processo educativo é passagem da desigualdade à igualdade. Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto como democrático sob condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia como realidade no ponto de chegada.

Tendo a democracia como ponto primordial para a formação de sujeitos no campo educacional, o contexto histórico do Brasil apresentou muitos avanços e retrocessos, a exemplo das experiências de alfabetização da camada popular: as 40 horas em Angicos, Campanha de Pé no chão também se Aprende a Ler, os Centros de Cultura Popular, dentre outras. Essas experiências também foram interrompidas com a ditadura militar de 1964.

Darcy Ribeiro (2015, p.21), em sua obra “O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil” dissertam sobre essa história, assim como os desafios:

O grande desafio que o Brasil enfrenta é alcançar a necessária lucidez para concatenar essas energias e orientá-las politicamente, com clara consciência dos

riscos de retrocessos e possibilidades de liberação que elas ensejam. O povo brasileiro pagou, historicamente, um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruentas de que se tem registro na história, sem conseguir sair, através delas, da situação de dependência e opressão em que vive e peleja.

A compreensão de luta pelas reformas e direito à educação apresenta um cenário de nuances políticas e interesses de grupos conservadores que estiveram no centro das discussões e propostas que valorizavam a camada mais abastada e deixavam à mercê as camadas populares. No trabalho de Anísio Teixeira enquanto defensor da educação pública, a educação dos pobres estava como agenda de debate.

São nessas representatividades que a educação encontrou espaço e apoio para a sua oferta e desenvolvimento. O campo educacional possui um longo caminho de debates em torno do direito e efetivação. E Anísio possuiu um papel ativo e significativo em torno disso, sua obra e vida caracterizaram-se pelo esforço adotado e direcionado àqueles cuja vida depende do setor público para o acesso à saúde, à educação e aos direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão que tomamos é do significativo esforço que Anísio Teixeira fez no campo educacional brasileiro, dedicando a sua vida pessoal e profissional às perspectivas que julgava necessárias para o desenvolvimento das reformas da educação na época. Os aportes adotados por ele possuem um sentido de inclusão, uma vez que enfrentou as demandas vigentes e travou debates defendendo ideais para uma educação pública, laica, gratuita, mas também no sentido de formação para a democracia.

O entendimento dessa palavra possibilita a expansão do acesso e permanência das camadas populares a espaços que antes eram de predominância das elites, uma vez que a educação pública resiste a experiências de retrocessos que afetaram diretamente os menos abastados.

O trabalho de Anísio buscou combater essas desigualdades. Ainda sob a influência de John Dewey, ele conseguiu estruturar propostas de acordo com a realidade do Brasil à época. Lembrando que era um contexto de industrialização e o que estava no centro era a qualificação da mão de obra visando atender às exigências e demandas do mercado. A educação para a cidadania permanecia dentro do espectro daqueles que defendiam a bandeira do desenvolvimento e da democracia.

É possível recordar dentre as ideias defendidas por Anísio Teixeira o que Imbernon (2016, p.20) sublinha como “A meta da qualidade do ensino é a cidadania democrática. Para tanto é preciso desenvolver saberes, procedimentos e atitudes que permitam dar sentido à vida dos estudantes para participar na criação de um mundo melhor”. Assim podemos entender o que significam a partida e a chegada almejadas por idealizadores da educação, que a tinham como símbolo de existência, resistência, igualdade e direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1934.

FERRARI, Marcio. **Anísio Teixeira, o inventor da escola pública no Brasil**. [S.I.] Nova Escola, 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1375/anisio-teixeira-o-inventor-da-escola-publica-no-brasil>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FONSECA, Sérgio César. **A trajetória de Anísio Teixeira entre 1935 e 1946: uma História contada pela sua correspondência com Monteiro Lobato e Fernando de Azevedo**. UNESP Araraquara: Patrimônio e Memória, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2014.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação a pesquisa científica**. 5. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 1996.

IMBERNON, Francisco. **Qualidade do Ensino e Formação do Professorado. Uma mudança necessária**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos**. [S.I.]: Educação e Sociedade, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Editora Global, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2008.

CAPÍTULO 2

ARIANO SUASSUNA: reflexões sobre a construção social frente ao Brasil Real

*Jon Enderson do Nascimento N. Silva⁵
Maria Girleny Roberto da Silva⁶*

INTRODUÇÃO

A pesquisa investigou como Ariano Suassuna pensou e elaborou as suas obras em uma perspectiva crítica/reflexiva de construção social. Para tanto, a finalidade do estudo foi analisar as considerações de Ariano Suassuna pensadas sobre a construção social frente ao Brasil Real, uma vez que as obras de fácil compreensão permitem refletir sobre o Brasil Real descrito por Ariano Suassuna.

Para a realização do estudo, buscou-se fundamentos nas contribuições teóricas de autores como: Abreu (1982), Almanaque (1993), Suassuna (1998, 2001), Dmitrov (2006), entre outros, que refletiram acerca da construção social frente ao Brasil Real, além de tecerem considerações que corroboram com os estudos no âmbito do Brasil Real, bem como da construção social.

O interesse pelo tema desenvolvido neste trabalho surgiu de leituras e textos sobre Ariano Suassuna junto a sua contribuição política que retratam o Brasil Real, refletindo sobre uma construção social marcada por realidades que caracterizam grupos sociais e personagens “espertos” que desenvolvem formas para sobreviver, como os sertanejos, os excluídos, os analfabetos e as minorias, levando os leitores a refletirem criticamente e a ressignificarem sua identidade enquanto sujeito no mundo.

Portanto, as reflexões tecidas no decorrer deste estudo propõem discutir sobre a construção social frente ao Brasil Real, permitindo pensar de forma crítica sobre as políticas no Brasil e seus resultados perante a sociedade, buscando despertar para a necessidade de uma consciência social e política que atenda a todos para minimizar a desigualdades dos

⁵UFPB. Email: jonenderson@hotmail.com

⁶UFPB. Email: girleny1.cz@gmail.com

grupos sociais valorizando a sua cultura e a sua identidade, desconstruindo a ideia estabelecida pela classe dominante de que a cultura que nasce da classe popular não tem legitimidade e qualidade.

QUEM FOI ARIANO SUASSUNA?

Ariano Vilar Suassuna nasceu em 16 de junho de 1927, filho de João Urbano Pessoa de Vasconcelos Suassuna e Rita de Cássia Dantas Vilar (MACHADO, 2019). Ariano recebeu esse nome em homenagem ao São Ariano do Egito. Nasceu na cidade de João Pessoa, outrora, Nossa Senhora das Neves, mas passou a residir no sertão quando o seu pai deixou o governo da Paraíba.

Na cidade de Taperoá, Ariano assiste às primeiras peças de teatro, sendo uma delas uma peça de mamulengos, e assiste a um desafio de viola no qual fez seus estudos e, por conseguinte, tornou-se uma das suas marcas na produção do universo teatral. Em 1942 passou a residir em Recife, e no ano de 1945 concluiu os estudos secundários. Anos posteriores, ingressou no curso de Direito e deu continuidade às ações no universo teatral, trazendo contribuições a partir da criação do Teatro do Estudante de Pernambuco e de peças como, “Uma mulher vestida de sol”, “Cantam as harpas de Sião”, “O desertor de princesa” e “Os homens de barro”, conforme aponta ABL (2006).

Diante disto, a ABL (2006) relata que na década de 1950 Ariano concluiu a faculdade de Direito, contudo, devido a problemas de saúde, voltou a residir em Taperoá e lá criou a peça “Torturas de um coração”. Em seguida, voltou a morar em Recife e dedicou-se a advocacia, mas não deixou sua atividade teatral. Nesse período, criou uma das suas principais peças “O Auto da Compadecida”, e decidiu abandonar a advocacia para dedicar-se à docência.

Ariano tornou-se professor de Estética na UFPE conforme aponta ABL (2006) e continuou a sua produção de peças como, “O Casamento Suspeitoso”, em São Paulo, pela Cia. Sérgio Cardoso, e “O Santo e a Porca”. Em 1958, foi encenada a sua peça “O Homem da Vaca e o Poder da Fortuna”. Em 1959, “A Pena e a Lei”, premiada dez anos depois no Festival Latino-Americano de Teatro.

Segundo a ABL (2006) nos anos seguintes fundou o Teatro Popular do Nordeste, porém, na década de 1960, deixou de atuar como dramaturgo para se dedicar às aulas de Estética na UFPE. Em 1976 defendeu a sua tese de livre-docência “A Onça Castanha e a

Ilha Brasil: Uma Reflexão sobre a Cultura Brasileira”. Criou em Recife o “Movimento Armorial”, interessado no desenvolvimento e no conhecimento das formas de expressão populares tradicionais. Aposentou-se como professor em 1994.

No ano 2000 tornou-se membro da Academia Paraibana de Letras e Doutor *Honoris Causa* da Faculdade Federal do Rio Grande Norte. Em 2004 a Trinca Filmes produziu um documentário com o título “O Sertão: Mundo de Ariano Suassuna”, dirigido por Douglas Machado, conforme aponta ABL (2006).

BRASIL REAL X BRASIL OFICIAL, SEGUNDO ARIANO SUASSUNA

Refletir sobre os conceitos de “Brasil Real” e “Brasil Oficial” em sua totalidade só é possível ao analisarmos o grau de inclusão social que cada um representa. Na perspectiva de Dimitrov (2006) apud Suassuna (2005), é possível assinalar que:

[...] Machado de Assis tem uma frase que sempre me impressionou muito. Ele dizia que o país real é bom e revela os melhores instintos, mas o país oficial é caricato e burlesco. Eu também admiro profundamente Euclides da Cunha. Ele teve, como todos nós, a cabeça formada e deformada pelo Brasil oficial. Ele só foi enxergar o Brasil real pela primeira vez em Canudos. Para honra e glória dele, e graças ao gênio de escritor, ele mudou de visão. (...) Quando chegou lá, ele se viu diante de um crime e tomou imediatamente partido do Brasil real (SUASSUNA, 2005 apud DIMITROV, 2006).

Todavia, no que tange à perspectiva conceitual sobre o Brasil Real e o Brasil Oficial, faz-se enquanto dicotomia. Nesse sentido, Suassuna nos leva a ver de forma crítica que o Brasil Real é aquele representado pelos excluídos, pobres, sertanejos, analfabetos e minorias, destacando em suas aulas espetáculos que são representados pelo povo de Canudos. Enfatizando ainda a importância do pensar, Suassuna destaca que o Brasil Oficial é representado pela elite dominante, descrevendo como os que têm acesso ao melhor sistema educacional, desde a formação inicial até a profissionalização que se dá na graduação das melhores Universidades.

Nesse contexto, com base no pensamento de Ariano, Dimitrov (2006), em estudo retoma a pensar politicamente, frisando que a diferença entre os dois “Brasis” vai além de termos geográficos, o que possibilita refletir sobre a inclusão e a exclusão social que cada um representa. Para tanto, pobres moradores de favelas e subúrbios pertencem ao mesmo Brasil Real que os sujeitos sertanejos paraibanos. No que se refere a ele mesmo, Suassuna

destaca ainda que é descendente do Brasil Oficial, mas que suas atividades, bem como suas obras, têm um papel político e se voltam ao Brasil Real.

Diante dos marcos que aconteceram na vida de Ariano, a morte do seu pai representou um enorme impacto para ele e sua família e foi o ponto chave para alavancar a sua carreira enquanto escritor e produtor de tantas peças no período. Contudo, Ariano sempre buscou retratar o Brasil dos excluídos e marginalizados socialmente, sobretudo retratando as injustiças sociais, conforme relata abaixo:

[...] Posso dizer que, como escritor eu sou, de certa forma, aquele mesmo menino que, perdendo o Pai assassinado no dia 9 de outubro de 1930, passou o resto da vida tentando protestar contra sua morte através do que faço e do que escrevo, oferecendo-lhe esta precária compensação e, ao mesmo tempo, buscando recuperar sua imagem, através da lembrança, dos depoimentos dos outros, das palavras que o pai deixou (COUTINHO, 1990, p.34).

Em suas produções, Ariano teve como base as aprendizagens mediadas pelo seu pai e pelos diversos locais em que ele transitou, buscando de alguma forma resgatar a memória de João Suassuna. Por exemplo, no período em que o mesmo assumiu a Academia Brasileira de Letras, sua atividade enquanto escritor foi uma maneira de reviver todos os aprendizados transmitidos pelo seu pai, conforme corrobora a ABL (2006).

Dessa forma, as obras e a vida de Ariano possuem dois elementos fundamentais que caracterizam as suas produções: o fato e a ficção. O fato nos remete aos elementos acerca da realidade construída por ele que refletem a cultura, os costumes, as tradições, ou seja, o modelo de sociedade de determinado período. Já a ficção se refere aos mecanismos da dramaturgia, peças de teatro que denunciam e anunciam as formas de viver dos grupos que compõem a nossa sociedade, segundo Dimitrov (2006). Nessa dimensão, a cultura popular ganha espaço em um universo vivido por personagens considerados “espertos” que assumem identidades sociais.

Na mistura de fato e ficção que caracteriza a vida e a obra de Suassuna, Dimitrov aponta:

Tal biografia é assim o resultado de uma narrativa que se volta para e por Suassuna. A história vira memória e Ariano fez a história em chave familiar e socializada. Estabelece dicotomias, deixa evidente os seus “heróis”, assim como prepara a sua própria ficção. Com efeito, os limites entre ficção e não ficção, mito e metáfora, nos termos de Sahlins (1986), ficam difíceis de estabelecer. Apostamos também, que não vale apenas. Vamos, então, a essa biografia ficcionalizada por e para Suassuna, que não se separa da obra e da vida. Afinal, as representações, como já mostrou Durkheim encontram-se ancoradas no mundo (DIMITROV, 2006, p.60).

O Brasil Real e o Brasil Oficial apontados por Ariano são marcados por tensões e conflitos de ordem política, principalmente no que tange aos governadores estaduais e seus filiados na busca pelo poder. Nesse contexto, Suassuna revela as brigas de família, por exemplo, os conflitos de João Pessoa e João Suassuna no período em que os mesmos ocupavam posições políticas no estado da Paraíba na década de 1920. Destaca-se o caso de João Pessoa, que entrou em conflito com os coronéis do sertão após mudanças em seu governo, a exemplo do conflito com José Pereira Lima da cidade de Princesa Isabel. Desse modo, Ariano partilha de um código social que anunciava em suas peças os conflitos que refletiam no Nordeste conforme aponta o pensamento de Dimitrov (2006).

O MOVIMENTO ARMORIAL

O que seria o movimento armorial? Uma iniciativa em que a arte erudita fosse valorizada e ganhasse visibilidade a partir dos elementos da cultura popular do Nordeste brasileiro. Um dos fundadores e diretores desse movimento foi o escritor e teatrólogo Ariano Suassuna. Segundo Machado (2019) A premissa do movimento armorial era orientar as diversas linguagens artísticas como, música, dança, artes visuais e plásticas, teatro, cinema, arquitetura, entre outras expressões.

Nessa perspectiva, Suassuna conceitua o movimento como:

Arte brasileira erudita a partir das raízes populares da nossa cultura. Por isso, algumas pessoas estranharam, às vezes, que tenhamos adotado o nome de ‘armorial’ para denomina-lo. Acontece que, sendo ‘armorial’ o conjunto de insígnias, brasões, estandartes e bandeiras de um povo, no Brasil a heráldica é uma Arte muito mais popular do que qualquer outra coisa (SUASSUNA, 1974, p. 10).

Nesse contexto, passamos a refletir sobre o conceito de erudição. E o que seria erudição na dimensão do movimento armorial? Compreendemos a erudição a partir de uma formação vasta e variada que passa a ser reconhecida pelo movimento da academia, sobretudo na leitura e estudo de um ou vários conhecimentos. Portanto, a erudição aqui defendida não está ligada a ideia de sobreposição, mas de legitimar a cultura popular dos grupos e minorias sociais.

O movimento armorial busca valorizar os elementos da arte erudita, ou seja, o espírito popular que mantém as raízes da cultura do povo e todos os aspectos que a caracteriza. E quais as características da arte armorial brasileira? Suassuna afirma que:

[...] É aquela que tem como traço comum principal a ligação com o espírito mágico dos “folhetos” do Romanceiro Popular do Nordeste (Literatura de Cordel), com a Música de viola , rabeça ou pífano que acompanha seus cantares, e com a Xilogravura que ilustra suas capas assim como com o espírito e a forma das Artes e espetáculos populares com esse mesmo Romanceiro relacionados (SUASSUNA, 1973 *apud* DIMITROV, 2006, p. 89).

Portanto, percebemos que a arte armorial pensada por Suassuna e os integrantes desse movimento resgata e valoriza o jeito, as formas e os traços da cultura da região Nordeste, desde a estrutura linguística junto aos gêneros de textos até os elementos que compõem a oralidade desse grupo perpassada pela linguagem artística do teatro.

OS PERSONAGENS “ESPERTOS”

A partir das contribuições de Dimitrov (2006) Suassuna ao desenhar os seus personagens através das peças de teatro traz elementos explícitos e implícitos. Dizemos explícitos quando se referem às características do personagem, sejam elas físicas ou até traços da personalidade de cada um. Já as características implícitas referem-se, por exemplo, às condições sociais, aos reflexos de uma vida algumas vezes sofrida e às formas como esses personagens “espertos” tentam resistir a todas as amarras no contexto social em que eles estão inseridos.

Vale salientar que Ariano coloca os “espertos” como sendo capazes de usar sua inteligência ora para se sair bem em algumas situações e contextos, outrora para tentar driblar as vivências de marginalização e vulnerabilidade social. Nesse sentido, percebemos o quanto eles são eloquentes no que tange à capacidade e poder de argumentação, desenvolvendo, dessa forma, um domínio próprio da oralidade como ocorre nas cenas de João Grilo em “O Auto da Compadecida”.

Vejamos então:

O esperto tem um objetivo, vingar-se do patrão ou mudar de vida mas a maneira como ele executa esse plano vai depender das circunstância à sua volta. Assim, ele tem que restabelecer seu plano de ação a cada momento da execução, a cada resposta inesperada dos interlocutores. Essa reformulação é feita no próprio momento da ação: não há tempo para que o esperto pare e pense cautelosamente o melhor a ser feito e com quais artifícios. O seu mérito, é por isso que é bem sucedido, é ser capaz de, em um dado contexto, avaliar as condições, os tipos de relações que estão em jogo e conseguir escolher, rapidamente, um caminho que o aproxime do seu objetivo (DIMITROV, 2006, p. 54).

Ariano Suassuna reconhece e enaltece a linguagem oral enquanto produto cultural dos povos, ressaltando que é resultado da sua inteligência para estabelecer os diversos atos e situações comunicativas através de provérbios e histórias contadas por diferentes sujeitos. Segundo o autor, os provérbios são de grande valia, pois são mecanismos utilizados para que outras pessoas não os enganem. Nesse sentido, Dimitrov (2006) destaca que Suassuna considerava esses elementos como normas de conduta dentro do grupo social.

METODOLOGIA

Considerando que pensar de forma crítica/reflexiva sobre o mundo que atua possibilita ao sujeito ressignificar a sua identidade, enfatizando pesquisar e o agir enquanto práticas reflexivas, mediatizadas pela educação e cultura através de uma política global para o Brasil Real assim refletido por Ariano Suassuna, que atenda aos novos desafios impostos a esses sujeitos no dado momento histórico, surgiu a necessidade de realizar uma revisão sistemática na literatura a fim de chegar a plausíveis considerações para intervir nessa problemática.

O artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, a partir da leitura de artigos científicos e documentos sobre Ariano Suassuna em uma perspectiva de construção social frente ao Brasil real. A pesquisa bibliográfica permitiu uma ampla pesquisa.

Para isso, no que se refere ao levantamento bibliográfico realizou-se uma pesquisa de textos publicados entre 1982 e 2001 em livros, biblioteca virtual, artigos em PDFs e na Scientific Eletronic Library (SciELO), utilizando-se dos descritores “Brasil Real”, “educação”, “cultura” e “construção social”.

Das 100 referências listadas, apenas 5 foram selecionados e analisados de forma qualitativa, realizando assim catalogação dos documentos levantados, seleção e priorização dos documentos.

Para tanto, foram selecionadas e analisadas de forma qualitativa, foram incluídos os livros, artigos, dissertações e teses relacionadas ao tema proposto e publicados no Brasil, disponibilizados como texto completo e excluídos os arquivos coincidentes.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O desafio de pensar políticas que atendam o Brasil Real, assim nomeado por Suassuna como o Brasil das minorias, do povo excluído, dos pobres, dos sertanejos e dos analfabetos, sempre existiu e esteve presente na reivindicação política que são as suas obras.

Percebemos esses elementos nos personagens “espertos” das obras de Ariano, uma realidade dura em relação ao que enfrentam, a vida e a morte com a esperteza e a alegria do povo “miúdo”. Desse modo, Dimitrov aponta:

Os personagens de Suassuna, desse modo, positivam o sertão, que foi, muitas vezes, visto como o lugar da falta. Falta de água, comida e meios de subsistência, como também de uma organização social – ou de um Estado moderno – que propiciasse uma vida ordenada às pessoas. O que Ariano desenha em suas peças é justamente o inverso do sertão da falta. Os personagens mais carentes, do ponto de vista econômico, são os mais vivos e alegres e, com isso, com suas “negociações”, conseguem até mesmo se sobrepor politicamente aos poderosos da cidade. Aí está um mundo circular e circulado, em que os pobres, mas sobretudo os espertos, reinam e tiram mais valia da carência (DIMITROV, 2006, p. 159).

Dessa maneira, deve-se considerar que pensar sobre esses desafios reais nos possibilita compreender a importância da efetivação de políticas públicas, que objetiva melhorar a qualidade de vida dos sujeitos do Brasil Real, através de programas e ações para promover resultados e o bem-estar desses sujeitos de forma digna e justa.

A crítica com humor possível de se ver nas obras de Suassuna revela seu maior objetivo de contribuir para a formação de uma consciência crítica. Considerando que os desafios são crescentes conforme a configuração histórica, social e econômica, nesse contexto eles devem ser pensados uma vez que influenciam de forma negativa na qualidade de vida.

As políticas públicas têm como objetivo atender os interesses da população. Nesse contexto, Suassuna levou ao conhecimento de todos a existência de uma cultura possível e real, expondo a essência de um povo esquecido e sua identidade, conferindo a essa sua identidade, sendo o seu marco quando assumiu cargos públicos, implementando várias políticas públicas.

Os desafios das políticas para os sujeitos do Brasil Real estão relacionados à negação da dimensão social e às competências descontextualizadas atribuídas a esses sujeitos, bem como relacionados à responsabilidade no que se refere à falta de qualidade mínima de vida, nos permitindo refletir sobre a inclusão e a exclusão que cada um representa, os “Brasis” assim definido por Suassuna.

Nesse contexto, as obras de Suassuna têm um papel político e se voltam ao Brasil Real.

[...] Como da criação do *Movimento Armorial*, que prega a valorização da cultura popular brasileira e a sua utilização na construção de uma arte erudita. O projeto implica trazer para os âmbitos eruditos e urbanos do *Brasil Oficial* os elementos sertanejos aos quais se liga e que julga representantes do *Brasil Real* – para ficarmos na chave de Ariano lendo MACHADO DE ASSIS (DIMITROV, 2006, p. 189).

Essa crítica permite compreender que as políticas que Suassuna complementou e executou buscavam defender a valorização do que ele chama de “cultura popular”. Dessa forma, Suassuna garantiu um espaço para que o Brasil Real pudesse ser visto e representado através de suas obras para o Brasil Oficial, caráter esse de intertextualidade que ocorre pela apresentação de um novo modo de leitura e reescrita.

Contudo, as políticas públicas no Brasil, conforme propõe Suassuna, devem ser analisadas sobre seus efeitos como programas implantados para melhor compreensão de como os sujeitos que formam o Brasil Real vivem, com mínima qualidade de vida, e os desafios das políticas em todas as dimensões, nos diversos contextos da sociedade atual.

Portanto, faz-se necessário que se fortaleça a política global de valorização dos sujeitos que formam o Brasil Real, política essa de valorização da cultura popular. Conforme defende Suassuna, esse é o caminho para independência e busca da identidade, sendo suas obras uma reivindicação ética e política, em que o povo “esquecido” deve ser visto e merece uma vida digna e justa. Essa é uma contribuição crítica-social à educação e à cultura como legado de resistência e contribuição, bem como à história da educação do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer a importância das obras de Ariano Suassuna é um ato político e pedagógico, pautado em um ideal de consciência que possibilita que os sujeitos sejam críticos no mundo no qual atuam, ou seja, no Brasil Real. Nesse contexto educacional, Ariano contribuiu para a viabilização de meios para o desenvolvimento do trabalho pedagógico em uma aprendizagem reflexiva e contínua.

Este trabalho configura-se como uma reflexão sobre a contribuição de Ariano Suassuna, dramaturgo, romancista, ensaísta e professor universitário à educação brasileira,

desenvolvida no espaço político-social que Machado de Assis chamava de “Brasil Real”. Como professor, Suassuna usou a Literatura, a arte da palavra, a serviço da educação, sob o enfoque discursivo da cultura oral do sertão.

Nessa perspectiva, refletir sobre o Brasil Real conforme Ariano Suassuna nos propõe, nos permite compreender o impacto político-social que a sua contribuição literária proporciona. O autor tece considerações sobre o Brasil Real, resultando no pensamento crítico e reflexivo para ressignificar a atuação humana dos sujeitos do Brasil Real sobre o mundo e a construção da identidade do “povo miúdo”, o desafio de romper com o discurso construído pela classe dominante de que aquilo que nasce do povo não tem qualidade.

Portanto, é necessário investigar, pensar e discutir a partir da perspectiva de Ariano Suassuna sobre o Brasil Real que atenda a valorização do povo, das minorias, dos excluídos, dos sertanejos, dos analfabetos e dos sujeitos que se encontram nas favelas e periferias. Pensar uma política de valorização que garanta formação e vida digna, bem como melhores condições de educação que atendam os reais interesses do público a quem ela realmente se destina, elaborando assim um fazer pedagógico crítico e reflexivo entre educação e cultura.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia** – Ariano Suassuna. Copyright. Rio de Janeiro: 2006.

ABREU FILHO. Ovídeo de. **Parentesco e Identidade Social**. Anuário Antropológico, n. 80, Ed. UFC. Rio de Janeiro, 1982.

COUTINHO, Natércia Suassuna Dutra Ribeiro. **Paraíba – Nomes do Século**: João Suassuna O Beijo de Lamowrett – Mídia, Cultura e Resolução. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

DIMITROV, E. **O Brasil dos espertos**: uma análise da construção social de Ariano Suassuna como “criador e criatura”. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Univerdidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2006.

MACHADO, A. M. **Ariano Suassuna**: a escrita e a prática de um pensamento educacional no “Brasil Real”. Recife: UERJ, 2019.

SUASSUNA, Ariano. **Entrevista Ariano Suassuna**: Depoimento. [1998] São Paulo: Vintém. Entrevista concedida a Márcio Marciano e Sergio de Carvalho. Colunas na

Imprensa: Almanaque Armorial do Nordeste. Página semanal, publicada no Jornal da Semana, do Recife, de 17/23 dez. 1972 a 2/8 jun. 1974.

SUASSUNA, Ariano. **O Movimento Armorial**. Recife: UFPE/Editora Universitária, 1974.

CAPÍTULO 3

AUGUSTO DOS ANJOS

*Jaqueline Espirito Santo*⁷
*Nadja Karina Ferreira Barbosa*⁸
*Janine Marta Coelho Rodrigues*⁹

INTRODUÇÃO

Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos nasceu em 20 de abril de 1884, num engenho de açúcar na Paraíba do Norte, na cidade de Cruz do Espírito Santo, atualmente conhecida como Sapé, no Engenho Pau d’Arco, estado da Paraíba. Filho da senhora Córdula de Carvalho Rodrigues dos Anjos, mais conhecida como Sinhá-Mocinha, e do doutor bacharel em direito Alexandre Rodrigues dos Anjos, grandes proprietários de engenhos da época, que perderam suas propriedades alguns anos mais tarde, em consequência do fim da monarquia, da abolição da escravatura, e a implantação da república em todo território brasileiro.

Segundo Barbosa (1971), Augusto dos Anjos nasceu e foi criado, sob o regime rural do patriarcalismo, foi alimentado por leite de escrava e ascendente pelo lado materno dos antigos senhores de terras, os Fernandes de Carvalho, proprietários de grandes engenhos na Várzea da Paraíba, as margens do rio Una, um dos afluentes do Rio maior.

Augusto é o terceiro dos seis filhos. Foi batizado aos “27 de fevereiro de 1885, na Capela do Engenho Pau d’Arco” (FENSKE, 2011). Sua educação inicial foi ministrada por seu pai, do qual herdou a paixão e dedicação às letras, pois cresceu em volta dos livros encontrados na biblioteca de seu pai, tendo escrito seus primeiros versos aos sete anos de idade. Havia aos fundos da propriedade da família no engenho Pau d’Arco, uma árvore cujo o nome é tamarindo, árvore está, em que Augusto “cuja à sua sombra iniciara seus estudos” ao lado pai (KULESZA, 1998, p.7). Anos após, realizou todos os exames preparatórios no

⁷UFPB. Email: jaquelineespiritocosta28@gmail.com

⁸UFPB. Email: nadjakarina2014@gmail.com

⁹UFPB. Email: jmcoelho@ig.com.br

Lyceu Paraibano, no curso de humanidades no sistema conhecido como exame vago (1900-1902), onde posteriormente viria ser professor.

Na adolescência, em 1900, Augusto compôs seu primeiro soneto, intitulado “Saudade”, que foi publicado no jornal local, *O comércio*, onde passou a colaborar com diversas publicações (FRAZÃO, 2019). Sua escrita causava grandes polêmicas em consequência da temática das suas poesias, e por isso era considerado louco por alguns, e elogiado por outros.

Wojciech Kulesza (1998, p.6), descreve o pai de Augusto dos Anjos como uma figura muito conhecida no meio educacional paraibano, por ter apresentado ideias abolicionistas e republicanas, foi reputado por sua grande erudição, e por sua especialização em Letras Clássicas, sendo ele convidado várias vezes para compor bancas examinadoras do colégio Lyceu Paraibano nas mais diversas cadeiras. O Doutor Alexandre era bastante atualizado com a cultura da época, “inspirando-se nas ideias de Karl Marx e Herbert Spencer” (NOBREGA, 1962).

De acordo com Barbosa (2004), Augusto, Ingressou no curso de Direito na Faculdade de Recife (1903-1907), no sistema de frequência livre, indo à cidade apenas nos dias de realização do exame vago, que admitia que os alunos não fossem assíduos, desde que se submetessem à arguição da totalidade da matéria do curso. Neste período a família de Augusto já se encontrava em dificuldades financeiras em consequência do fim do Pau d’Arco, e a falência da família. Em 1910, findou a alienação do engenho, último bem da família.

Augusto “viveu até os 24 anos no engenho Pau d’Arco, por volta de 1908”, de onde se afastava constantemente para estadas em Recife (SOUZA, 2018, p.164). Ele era um jovem à frente de sua época, pois apresentava um conhecimento enciclopédico muito atualizado. Em suma, parte da formação intelectual de Augusto, teve base essencial no Pau d’Arco, todavia sua formação em Recife contribuiu para formação intelectual do poeta, que se “inspirava nas obras de grandes escritores tais como: Augusto Comte – positivista, Charles Darwin – naturalista, evolucionista, Ernest Haeckel – materialista e a filosófica de Arthur Schopenhauer” (GONÇALVES, 2007; NÓBREGA, 1962).

Soares (1919) descreve alguns aspectos da aparência de Augusto: magreza esquelética, faces reentrantes, olhos fundos, com olheiras violáceas, por contraste do seu olhar doente, que transmitia profunda tristeza. Sua testa era descalvada, com cabelos pretos e lisos apertavam-lhe o sombrio. A clavícula era arqueada, seu andar era tergiversante e nada ajustado, usava bigode mínimo, e sua fisionomia trazia a memória tons de catástrofe.

Abrantes (2018) relata que na Paraíba Augusto foi chamado de “Doutor Tristeza” por suas temáticas poéticas, apresentando em sua escrita reflexões existenciais, filosóficas e cósmicas, na tentativa de popularizar a poesia científicista, na virada do século XIX e início do XX.

Após se tornar bacharel em Direito, retornou à capital paraibana, não exercendo a profissão de advogado, mas elege a profissão de professor, tornando-se professor particular de Humanidades (1907-1910).

A carreira de professor, ou o que Castro e Silva chamou de sua “vocação para o magistério”, logo iria se apresentar ao poeta como seu destino profissional (KULESZA, 1998, p.10).

Augusto lecionou por um ano no Instituto Maciel Pinheiro (1908-1909). Em 05 de maio de 1909, foi “nomeado professor de Literatura em caráter interino no Lyceu Paraibano” (BARBOSA, 2008).

Após, desentendimento com o então governador, Dr. João Lopes Machado, pediu demissão do Lyceu Paraibano em 1910 e viajou para o Rio de Janeiro. Quando a situa o financeira da família se agravou, com o advento da industrializa o e a queda do preço da cana-de-a ugar, foi praticamente expulso da Paraíba, como ele também registrou em sua obra por mais de uma vez, e mudou-se para o Rio de Janeiro. Nessa cidade, “enfrentou o desemprego até conseguir o cargo de professor substituto na Escola Normal e no Colégio Pedro II, complementando a renda com aulas particulares” (SOARES, 1919).

Em 1908, após o seu noivado com Esther Fialho, uma jovem diplomada pela Escola Normal, Augusto conseguiu expandir seu universo pedagógico a partir de uma aproxima o com Francisco Xavier Junior, que vinha conduzindo uma reforma na instru o pública paraibana, introduzindo os “métodos de ensino vigorantes na Europa” (MENEZES, 1983, p.219).

Em 1910, “casou-se com Esther, com quem teve três filhos, mas o primeiro filho morreu prematuramente”. No Rio de Janeiro, foi recebido pelos irmãos Odilon e Alfredo, l  “enfrentou o desemprego até conseguir o cargo professor substituto na Escola Normal e no Colégio Pedro II” (no antigo Instituto de Educa o e no Ginásio Nacional), sendo professor de Geografia e Cosmografia (VILARINHO, 2020).

Em 23 de dezembro de 1911, nasceu sua filha Glória Fialho Rodrigues dos Anjos. Em 1912, nasceu seu terceiro filho com codinome Guilherme Augusto Fialho dos Anjos em homenagem a sua ama de leite, Guilhermina.

Durante sua trajetória de vida publicou muitos poemas em periódicos, Augusto era um “penitente dos livros”, como enfatiza (SOARES, 1919, p.35):

Augusto era um penitente dos livros, devotando-lhes as planações com sofreguidão de fome. Darwin, Haeckel, Spencer, mereceram-lhe primazia, e por eles se orientou, sem, contudo, deixar-se subjugar, exibindo sempre, como um pavês de honra, os dons da liberdade de seu raciocínio. (...) os livros também lhe serviam refrigerios.

Pela divergência dos assuntos tratados pelo autor em seus poemas, em relação aos poemas dos autores da época, Augusto dos Anjos se encaixou na fase de transição para o modernismo, chamada de pré-modernismo. Período em que a literatura brasileira foi marcada pelo sincretismo cultural, ou seja, fusão de diferentes doutrinas religiosas ou filosóficas, que o aproximou do parnasianismo que versava sobre a cultura clássica e a escrita em forma de soneto, como também do simbolismo que era movido pelos ideais românticos. Logo, foi considerada difícil a classificação de suas obras, já que permeavam por diferentes fases. Augusto é um autor inclassificável que não é um fora de seu tempo, ele pode ser considerado um “pré-modernista”, pela modernidade de sua poesia, posição defendida, entre outros (FERREIRA, 2011; GONÇALVES, 2007).

Augusto dos Anjos é um poeta controverso que não é irregular; é um autor inclassificável que não é um fora de seu tempo; Ele tem tantas faces que poderia ter ultrapassado várias décadas de leitura, estudo e produção e, no entanto, não passou do trigésimo primeiro aniversário. Ler Augusto é transitar do Romantismo ao Modernismo, passando por todas as correntes estéticas intermediárias. É um poeta que conseguiu colocar em verso, e em uma única obra, a essência de tendências as mais díspares, sem ser hermético nem incompreensível (RUBERT, 2007, p. 9-10).

O poeta morreu precocemente aos 12 de novembro de 1914, na cidade de Leopoldina - MG, aos 30 anos de idade, em consequência de uma pneumonia.

Augusto dos Anjos foi o 1º paraibano a “ocupar uma cadeira da Academia Paraibana de Letras (APL), que teve como criador o jurista e ensaísta Jose Flósculo da Nóbrega e como primeiro e como primeiro ocupante o seu biógrafo Humberto Nóbrega, sendo ocupada, atualmente, por Waldemar Bispo Duarte” (DIAS, 2012). Augusto também é o patrono da Academia Leopoldinense de Letras e Artes (ALLA).

OBRAS

Muito cedo, Augusto dos Anjos já demonstrava o dom da escrita poética e da linguagem rebuscada e diferenciada. Augusto Tinha a dádiva de vasculhar os mais recônditos retiros da alma humana com sua escrita. O seu primeiro poema, escrito em 1900 na adolescência, foi o poema “Saudade”, no qual podemos observar com clareza a beleza de seus versos.

Saudade

*Hoje que a mágoa me apunhala o seio,
E o coração me rasga atroz, imensa,
Eu a bendigo da descrença, em meio,
Porque eu hoje só vivo da descrença.*

*À noite quando em funda soledade
Minh'alma se recolhe tristemente,
P'ra iluminar-me a alma descontente,
Se acende o círio triste da Saudade.*

*E assim afeito às mágoas e ao tormento,
E à dor e ao sofrimento eterno afeito,
Para dar vida à dor e ao sofrimento,*

*Da saudade na campa enegrecida
Guardo a lembrança que me sangra o peito,
Mas que no entanto me alimenta a vida.*

(ANJOS, 1900)

As principais obras de Augusto dos Anjos são: *Saudade* (poema) – 1900; *Eu e Outras Poesias* (único livro de poemas) – 1912; *Psicologia de um vencido* (soneto); *Versos íntimos*; *Eu - monólogo de uma sombra*; *Ao luar*; *Agonia de um filósofo (não seria um filósofo?)*; *A ideia*; *O morcego*; *Versos a um cão*; *O Lázaro da pátria*.

O poema “*Versos Íntimos*” é um dos mais conhecidos e celebrados, publicado em seu livro “*Eu*”, em 1912. Seus versos apresentam uma visão pessimista da vida, demonstram um sentimento de decepção eminente com as relações sociais e a vida de uma forma geral. Muitos escritores renomados da literatura brasileira consideram o poema como um dos melhores já escritos no século XX.

Versos Íntimos

Vês! Ninguém assistiu ao formidável

Enterro de sua última quimera.

Somente a Ingratidão – esta pantera –

Foi tua companheira inseparável!

Acostuma-te à lama que te espera!

O homem, que, nesta terra miserável,

Mora, entre feras, sente inevitável

Necessidade de também ser fera.

Toma um fósforo. Acende teu cigarro!

O beijo, amigo, é a véspera do escarro,

A mão que afaga é a mesma que apedreja.

Se alguém causa ainda pena a tua chaga,

Apedreja essa mão vil que te afaga,

Escarra nessa boca que te beija!

(ANJOS, 1912, p.146)

Seu único livro de poemas, intitulado “*Eu*” (1912), apresenta uma escrita chocante, diferenciada de todos os autores de literatura da época. De acordo com Fenske (2011), sua obra foi ignorada a princípio pela crítica e pelo público, segundo estes o mesmo só apresentava a degenerescência da carne e os limites do humano só alcançou novas edições graças ao empenho de Órris Soares (1884-1964), amigo e biógrafo do autor. Toda publicação foi totalmente custeada pelo irmão Odilon dos Anjos e teve uma tiragem de 1000

exemplares. Os críticos literários da época opinaram sobre o livro, ora com entusiasmo, ora com repulsa.

Em 1914, com a ajuda do cunhado “é nomeado como diretor do Grupo Escolar do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira”, em Leopoldina, Minas Gerais, onde passa a residir. Após alguns meses da mudança, em 30 de outubro do mesmo ano, Augusto adoece, e vem a falecer (MUNIZ, 2019).

Ao longo da sua vida e da sua carreira como poeta, foi algumas vezes identificado como representante do simbolismo ou parnasianismo. Alguns críticos chegaram a colocá-lo entre os pré-modernista, já que foram encontradas características expressionistas em seus poemas.

Suas obras apresentavam densidade semântica, concebidas através do vocabulário filosófico-científico produzindo diferentes efeitos, que contribuíam diretamente para a composição dos versos.

Sem se enquadrar verdadeiramente em nenhum movimento, ele assombrou a elite letrada do país com versos que eram apenas seus. Suas palavras remetiam à sensação de putrefação, decomposição e vermes, ainda hoje, Augusto dos Anjos é inclassificável. Para o público e crítica, habituados à elegância parnasiana, alguns poemas do livro “Eu” eram vistos como de mau gosto, feios e os mais estranhos de toda a literatura brasileira. Um dos motivos é o vocabulário pouco comum, repleto de palavras com forte carga cientificista.

O EU, é Augusto, sua carne, seu sangue, seu sopro de vida. É ele integralmente, no desnudo gritante de sua sinceridade, no clamor de suas vibrações nervosas, no apótese de seu sentir, nos alentos e desalentos de seu espírito (SOARES, 1919, p.33).

O “Eu” publicado em 1912, veio em caráter antecipador ao movimento modernista. “Um diálogo com o novo tempo estético que se anuncia. Pluridimensional: veio românticos, parnasianos, simbolistas – um inusitado diálogo de confluências” (HELENA, 1977, p. 26).

O Eu, é um livro de sofrimento, de verdade e de protesto: sofre as dores que dilaceram o homem e aquelas do cosmos; e, em relação ao homem e ao cosmos, diz as verdades aprendidas por indagação e ciência, protestando em nome delas, pelo que ao homem e no cosmos há desconexo, de ilógico, de absurdo (SOARES, 1919, p.44).

PRINCIPAIS IDEIAS

De grande complexidade poética, suas ideias permeiam por verdades científicas e filosóficas do seu tempo que se sobressaem em suas escritas. Apresentando a miséria da carne, a morte e a vida em contraponto com sua realidade nordestina, logo quando o patriarcalismo rural entra em decadência, apresentando a ruína de algumas famílias, com várias mudanças sociais, políticas e econômicas, servindo de inspiração para suas obras.

Para ele, o campo é um lugar de criação, e a cidade, um lugar de morte e desagregamento. Augusto foi denominado por alguns críticos como o “poeta da morte”, devido à obsessão que tinha pelo tema.

“Eis porque lhe chamo poeta da morte, porque não amava nem a Vida nem o Amor. Estava no seu direito, na sua fatalidade” (HOUAISS, 2011).

De personalidade forte, Augusto não se importava em agradar as pessoas, muitas vezes ele era ríspido, distante, suas qualidades eram mais negativas do que positivas. Daí vem sua visão escura, nebulosa, diante de um mundo desmoronando no engenho de sua família. Segundo Cândido (1981, p.28):

Foi amparado pela visão sofredora que o poeta viu e sentiu a vida. Teve da dor a compreensão flagrante, sendo o seu coração, por ultrasensível, uma fonte inesgotável de aflições, que ele nunca soube distrair ou enganar.

As inovações temáticas de Augusto apresentavam, em sua maioria na poesia, o pessimismo, a angústia, o científico, características que o levaram a escrever um dos seus mais famosos sonetos, conhecido como Psicologia de um Vencido, que apresenta a finitude do corpo humano como ser orgânico, que nasce pelo carbono e volta à terra de onde veio, mostrando de forma clara e objetiva o ciclo da vida, como explica Cândido (1981, p.12):

É que para Augusto dos Anjos a realidade humana corresponde à realidade cósmica. Para ele não há diferenciação significativa entre as experiências físicas e metafísicas, toda verdade sendo subjetiva, parcial, particular e incompleta. A realidade humana é que serve de fundamento ao conhecimento e à experiência, que nos devolve ao nada, porque ela mesma foge do conhecimento e da experiência concreta.

É perceptível que os textos de Augusto apresentam reflexões acerca da relação entre a lírica e a ciência, explorando vocábulos direcionados pela física, matemática, biologia,

entre outras ciências. Um dos seus poemas mais conhecidos por seguir tais reflexões é *Psicologia de um vencido*.

Psicologia de um Vencido

*Eu, filho do carbono e do amoníaco,
Monstro de escuridão e rutilância,
Sofro, desde a epigênese da infância,
A influência má dos signos do zodíaco.*

*Profundissimamente hipocondríaco,
Este ambiente me causa repugnância...
Sobe-me à boca uma ânsia análoga à ânsia
Que se escapa da boca de um cardíaco.*

*Já o verme — este operário das ruínas —
Que o sangue podre das carnificinas
Come, e à vida em geral declara guerra,*

*Anda a espreitar meus olhos para roê-los,
E há-de deixar-me apenas os cabelos,
Na frialdade inorgânica da terra!*

(ANJOS, 1912, p.60)

CRÍTICAS A SUAS OBRAS

Muitos críticos da época consideravam as obras de Augusto antilíricas, questionando a real “boa poesia”. Acreditavam que o escritor desafiou a poética com temas diferenciados, fugindo do romantismo, utilizando temas científicos, tais como: vermes, decomposição do corpo humano, matéria, obsessão pela morte, prostituição, dentre outros. Sua única obra, o livro o “EU”, marcou a literatura brasileira pela temática e linguagem diferenciadas.

As pesquisas referentes a Augusto dos Anjos, em sua maioria, estão divididas em torno de crítica biográfica, psicológica e psicanalítica. Augusto é um grande exemplo de ser humano que sofreu na pele com as críticas e preconceito da sociedade da época. O jovem paraibano impressionava com sua escrita, seu aspecto doentio e magreza, características apresentadas por Órris Soares (1919), que retratavam Augusto como “mais alto do que baixo, franzino e recurvo, tez encerrada de moreno pálido, a fronte alongada e uns grandes olhos sem mobilidade, com mãos afiladas e moles, mão de tímido (...). Usava um bigode mínimo com um debrum. O andar era inseguro com os ombros lançados para frente e o peito mais reentrante do que o seu natural. Um passo leve, tateante, como se marchasse na ponta dos pés”. Augusto era um homem de poucos amigos, não falava muito, sua imagem perante os demais não era tão relevante, abria-se apenas com os mais íntimos.

Augusto dos Anjos chamou mais atenção dos psiquiatras do que dos críticos literários, pois muitos o consideravam louco, devido a seus pensamentos nebulosos. A maior dificuldade na compreensão da poética de Augusto, segundo os críticos, estava no vocabulário científico e filosófico utilizado, o que chamou mais atenção da crítica conhecida como “vanguardas”.

No livro “A Formação da literatura Brasileira” de Antônio Candido (1975), o autor afirma que Augusto dos Anjos foi um “rastilho da explosão”, da estética que havia aparecido e estava ganhando fama, por meio dos poetas científicos em 1870, pois a obra de Augusto foi elaborada 30 anos após o aparecimento da poesia científica. Para Candido, tais poetas eram atuais nas ideias, evolucionistas, naturalistas, socialistas, antirromânticos, anti-espiritualistas, em comparação com os demais poetas que predominavam no cenário literário brasileiro, a poesia científica era mais humanista e apresentada de forma revolucionária.

CONTRIBUIÇÕES DE AUGUSTO DOS ANJOS À EDUCAÇÃO

Augusto dos Anjos foi um importante poeta da sua época, suas obras possuem um valor inestimável para a literatura brasileira. Ultrapassando barreiras, Augusto procurou diferentes fontes de inspiração, permeando pela filosofia da arte e da ciência.

No final do século XIX, período em que Augusto dos Anjos viveu, o Brasil estava passando por diferentes mudanças, sendo elas sociais, econômicas e educacionais. Este período foi fortemente marcado pelas agitações sociais, e a descoberta de um país de diferentes faces.

A época em que Augusto dos Anjos viveu, últimos anos do século XIX, foi um período de agitações populares e descoberta de um Brasil marginalizado, esquecido, miserável. Este Brasil de muitos contrastes passou a ser criticado, focalizando as regiões mais miseráveis e as classes mais sofridas. Alternaram-se neste período vozes intelectuais com vozes populares, a tradição da linguagem erudita de um Euclides da Cunha com o popularismo de textos de um Lima Barreto (RUBERT, 2007, p.4).

A educação até o século XIX era ofertada para a elite da época, a camada dirigente. Augusto, no entanto, viveu nesse contexto, recebendo suas primeiras instruções através do seu pai, e logo em seguida optou por outras vertentes.

No cenário educacional da época, a organização escolar brasileira era diretamente ligada aos colonizadores portugueses, que aconteceu com a vinda da família real ao Brasil, quando o regime colonial começou a dar sinais de decadência. O ensino jesuítico já não era mais utilizado, gerando grandes mudanças no ensino brasileiro com a implantação do ensino superior no país, mas Portugal não concordava com a implantação de universidades no Brasil. O ensino imperial ficou dividido então nos seguintes segmentos: “primário, secundário e superior” (SOUZA, 2007).

Com a independência em 1824 e o início do capitalismo, o Nordeste estava, por um lado, caminhando para o progresso com muitas mudanças, contudo, por outro lado, encarava um cenário de pobreza, fome, miséria e grande decadência, revelando um país de muitas faces, esquecido e de regiões marginalizadas com a classe subalterna. Nesse momento, surgiu a ideia de um sistema de educação que não chegou a ser efetivado, pois não foi introduzido na Constituição, e assim a educação ficou descentralizada, direcionada às províncias.

Augusto dos Anjos viveu na Paraíba e no Nordeste até os 26 anos de idade, no Engenho Pau d’Arco, sentindo na pele o coronelismo, a falência e a doença do pai. Ele viu seu mundo desmoronar desde a juventude, servindo de inspiração para os seus poemas, que marcam com a sensibilidade doentia mais do que qualquer história amorosa. Ele trabalhou duro e colocou nas palavras a dor do ser humano, em uma extrema relação entre a ciência e a lírica, transformando-se em um poeta provocador, corajoso, e audacioso, totalmente diferente e independente da realidade da literatura brasileira. Suas poesias eram, de fato, diferentes, apresentavam sua sinceridade na íntegra, mostravam os dramas familiares e produziam um impacto totalmente desagradável para os grandes intelectuais da época.

No Rio de Janeiro, passou por muitas dificuldades financeiras, viu sua vida se transformar literalmente. Sua morte não repercutiu muito na imprensa do Rio de Janeiro, apenas um artigo foi publicado por Antônio Tôrres, lembrando o poeta com muito ânimo.

Na Paraíba, foi e incompreendido, esquecido e após sua morte na tentativa como reparação de danos, José Américo de Almeida publicou um texto com o título “Augusto dos Anjos no trigésimo dia do seu falecimento”, que foi logo em seguida impresso no Almanaque do Estado da Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenha tido uma trajetória de vida bastante conturbada, Augusto dos Anjos nos deixou diferentes contribuições, pois era um poeta do futuro, homem moderno, amante da ciência, que ajustou suas ideias ao que estava vivendo e ao mundo ao seu redor.

Todo pessimismo, angústias, morbidez, metáforas, versos escabrosos, trágicos, sem esperanças e diferentes que são apresentados em suas obras, são reflexos de sua trajetória de vida. Pois trazia consigo, a descrença no ser humano em sua totalidade, suas fraquezas, angústias, impossibilidades e prantos. Seus versos permeiam por uma penumbra cinzenta e demonstram dor e sofrimento de uma alma que precisa se libertar e simplesmente viver, uma vida que brevemente se findará. Suas palavras muitas vezes foram duras, sofridas, mas partiu de uma realidade vivenciada que jamais poderá ser mudada porque faz parte da vida humana.

Augusto foi o filho, foi o pai, que viu seu mundo desabar, que perdeu tudo financeiramente, inclusive a saúde e familiares. Mesmo assim, o nordestino esquecido, rejeitado e abandonado, resistiu e lutou numa vida tão árdua e difícil, que para ele teve fim tão precocemente. Contudo, sua obra brilha intensamente até hoje.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Beatriz. **Augusto dos Anjos**: poemas incríveis que você precisa conhecer! Stoodi Ensino e Treinamento a distância S.A, São Paulo. Disponível em: <https://www.stoodi.com.br/blog/2018/10/22/augusto-dos-anjos/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ACADEMIA LEOPOLDINENSE DE LETRAS E ARTES. **Acadêmicos e Patronos**. Disponível em: <https://www.stoodi.com.br/blog/2018/10/22/augusto-dos-anjos/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ANJOS, Augusto. **Eu e outras poesias**. Poemas esquecidos. 31. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1971.

AUGUSTO DOS ANJOS. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Augusto_dos_Anjos&oldid=58273469. Acesso em: 15 mai. 2020.

BUENO, Alexei. **Augusto dos Anjos**. Obra completa. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BARBOSA, Francisco. Notas bibliográficas. In: Anjos, Augusto dos. **Eu e outras poesias**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1971.

BARBOSA, Virgínia. **Augusto dos Anjos**. Pesquisa Escolar Online. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2008. Disponível em: <http://basilio.fundai.gov.br/pesquisaescolar>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CANDIDO, Antonio. **A formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

CÂNDIDO, Gemy. **Fortuna Crítica de Augusto dos Anjos**. João Pessoa: A UNIÃO Cia. Editora, 1981.

CÂNDIDO, Antonio. **Textos de Intervenção. Seleção, apresentação e notas de Vinícius Dantas**. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

DIAS, Maria. **Galeria da literatura - Augusto dos Anjos**. O sebo cultural. 2012. Disponível em: <https://www.osebocultural.com/galeria/23,augusto-dos-anjos/galeria.html>. Acesso em: 01 mai. 2020.

DE SOUZA, Leonardo Cruz *et al.* A poética de Augusto dos Anjos e a neuropsiquiatria no fim de siècle. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 163-179, jan./mar., 2018.

FRASÃO, Dilva. **Augusto dos Anjos Poeta Brasileiro**. eBiografia. 2019. Disponível em: https://www.ebiografia.com/augusto_anjos/. Acesso em: 01 mai. 2020.

FENSKE, Elfi Kürten (pesquisa, seleção e organização). **Augusto dos Anjos - o poeta amargo, angustiado e pessimista**. Templo Cultural Delfos, janeiro/2011. Disponível em: <http://www.elfikurten.com.br/2011/01/augusto-dos-anjos-um-poeta-pessimista.html>. Acesso em: 01 mai. 2020.

FERREIRA, Renan Mendonça. **Conteúdos temáticos e ideológicos em Augusto dos Anjos**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2011.

GONÇALVES, Luiz Cláudio Luciano França. **Mater Originalis ou Augusto dos Anjos e o caminho poético do eu**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

HELENA, Lúcia. **A Cosmoagonia de Augusto dos Anjos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

KULESZA, Wojciech. **Augusto dos Anjos e a educação de seu tempo**. Pelotas: UFPel, 1998. Disponível em: <http://www.AugustoDosAnjosEAeduCacaoDoSeuTempo-4891778.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2020.

MENEZES, José Rafael de. **História do Lyceu Parahybano**. João Pessoa: Editora UFPB, 1983.

MUNIZ, Carla. Dostoiévski. **Biografia e resumo das principais obras**. Toda Matéria. 2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/dostoiievski/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

NÓBREGA, Humberto. **Augusto dos Anjos e sua época**. João Pessoa: Universidade da Paraíba, 1962.

ROVEDO, Salomão. **EU, a última quimera**. Blogspot. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://salomaorovedo.blogspot.com/2012/01/eu-ultima-quimera.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

RUBERT, Nara. O lugar de Augusto na poesia brasileira. **Comunicações dos fóruns. PPG-LET-UFRGS**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, jul./dez., 2007.

SOARES, Órris. Elogio de Augusto dos Anjos. In: Anjos, Augusto dos. **Eu e outras poesias**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1919.

GONÇALVES, Luiz Cláudio Luciano de França. **Mater Originalis ou Augusto dos Anjos e o caminho poético do eu**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

VILARINHO, Sabrina. **“Augusto dos Anjos”**. Brasil Escola. 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/augusto-dos-anjos-1.htm>. Acesso em: 01 fev. 2020.

CAPÍTULO 4

CELINA GUIMARÃES: vida e o papel da mulher

*Jennyffer Lays de Paiva Silva*¹⁰
*Vânia Ribeiro de Araújo*¹¹

INTRODUÇÃO

O fundamento do conceito de cidadania remete à existência de sujeitos livres e iguais que atuam e se organizam para construir o Estado e a Nação. Essa não tem sido a assimilação do conceito de cidadania no país, nem para os negros, mulheres ou para a população trabalhadora (mão de obra), integrados ao bloco dos excluídos. De fato, o processo histórico do desenvolvimento brasileiro se constituiu num movimento de exclusão de enormes parcelas da população na participação na construção do Estado, do modelo de sociedade e do acesso às condições básicas de cidadania (BRANDÃO; BINGEMER, 1994).

Percebe-se que durante todo o percurso da mulher houve sempre uma exclusão social, sendo rotulada, até hoje, como “do lar”, ou “dona de casa”. Apesar disso, ao longo da história, mulheres foram se rebelando e estabelecendo novos princípios básicos, procurando libertar-se do rótulo de figura frágil e desprotegida que precisava de um parceiro do sexo oposto para ser ouvida e vista.

Assim, em meio a uma sociedade diversificada, paternalista e excludente, apresenta-se parte da história de mulheres lutadoras e guerreiras, com ideais além do seu tempo, que marcaram as suas jornadas em uma época na qual a mulher era colocada como objeto do lar.

No Brasil, dá-se destaque a Celina Guimarães Viana, mulher de origem nordestina e de família tradicional. Ela não se calou diante de todas as dificuldades sociais e políticas enfrentadas pelas mulheres do seu tempo, que, mesmo depois da virada do século, ainda não obtiveram resultados significativos de representação feminina na política.

¹⁰UFPB. Email: jennyffer_lays@hotmail.com

¹¹UFPB. Email: vaniaic2016@gmail.com

O que impulsionou essa mulher a se rebelar contra os princípios de sua época, a pensar de maneira heterogênea em uma sociedade que pregava o tabu da função de cuidadora do lar, filhos e marido foi o poder de se expressar e de ser ouvida, assim, ser considerada sujeito de direitos. Celina Guimarães não se calou, ao contrário, lutou por direitos que até então eram privilégios apenas dos homens, como o direito de votar.

Nessa perspectiva, este trabalho se propõe a conhecer um pouco das lutas e conquistas de Celina Guimarães a favor de uma sociedade mais justa e igualitária para ambos os sexos.

Feito através de um estudo exploratório e bibliográfico, caracterizando o cunho qualitativo da pesquisa, no qual reuniu informações de livros e artigos que objetivam analisar a história da mulher no espaço político no passado até as recentes referências femininas na política mundial e nacional.

BREVE HISTÓRICO

No Brasil, as discussões sobre o papel da mulher se intensificaram a partir do final do século XIX. Por ser um país culturalmente patriarcal, a figura feminina ainda era marcada pelo poder do pai ou do marido para tomar as decisões.

O panorama mundial era outro: os estados nacionais começavam a se estabelecer, o individualismo político e filosófico vicejava, apresentando assim, um novo pensamento sócio, político e econômico. Nessa época, o movimento sufragista ganhava cada vez mais espaço, reivindicando direitos para as mulheres e a conquista do seu espaço.

Os estereótipos oriundos do tradicionalismo de gênero se manifestam a partir de um modelo binário com a polarização entre a mulher cuidadora, dona de casa, afetiva, subjetiva e também social, e culturalmente responsável pelos filhos e pela união da família, e o homem como sendo o provedor, chefe de casa e financeiramente responsável pela família (MATOS; PINHEIRO, 2012).

Tendo em vista que, no Brasil, ocorrem eleições desde que a primeira vila portuguesa foi fundada na América em 1532, as mulheres exercem direitos políticos há muito pouco tempo, situação semelhante no restante do mundo.

Nesse sentido, uma contestação teria ocorrido ainda nos anos 1880: a Dra. Isabel de Matto Dellom, invocando o direito de alistamento dos bacharéis, requereu sua qualificação como eleitora. Nessa época, surgiram jornais e publicações em que as mulheres

reivindicavam maior participação política (BENTO, 2014). Por exemplo, Josefina Alvares de Azevedo, em 1890, escreveu uma peça chamada “O voto feminino”. Essas e outras mulheres começaram a questionar a interdição do voto à mulher.

Contudo, não só mulheres participaram da luta pelo sufrágio feminino. Intelectuais políticos e religiosos atuaram no movimento que desembocou no direito da mulher ao voto em 1932, promovendo um apoio à causa.

O voto feminino no Brasil foi assegurado após intensa campanha nacional pelo direito das mulheres ao voto, fruto de uma longa luta, iniciada antes mesmo da Proclamação da República (FELIPE, 2008).

Em 1932 a mulher brasileira obteve o direito de votar nas eleições nacionais por meio do código eleitoral provisório. Mesmo assim, a conquista não foi completa, já que o código permitia apenas que mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria pudessem votar, o que não contemplava a maioria das mulheres da época (CAJADO; CARDOSO, 2011).

As restrições ao pleno exercício do voto feminino só foram eliminadas no código eleitoral de 1934. No entanto, o mesmo não tornava obrigatório o voto feminino, apenas o masculino. Só em 1946 o voto feminino passou a ser sem restrições e ter a obrigatoriedade.

Inúmeras mulheres fizeram parte dessa história. No Brasil grandes nomes se destacaram na luta pelo espaço da mulher no voto, nas eleições, no mercado de trabalho e em outros direitos que favoreceram a população feminina.

Bertha Maria Julia Lutz foi uma das pioneiras na luta pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no país. Filha de Adolfo Lutz, ela nasceu em São Paulo, no ano de 1894. Cientista como o pai, formou-se bióloga pela Universidade de Souborne, em Paris. Em 1919, começou a se destacar na busca pela igualdade de direitos jurídicos entre os sexos ao se tornar a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro, após ser aprovada em concurso do Museu Nacional, no Rio de Janeiro (CAJADO; CARDOSO, 2011).

Em 1922, Bertha representou o Brasil na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, sendo eleita vice-presidente da sociedade Pan-Americana. De volta ao Brasil, fundou a Federação para o progresso feminino, iniciando a luta pelo direito de voto para as mulheres brasileiras.

A feminista Bertha Lutz teve um grande parceiro no Senado Federal, o então senador da primeira República Adolpho Gordo, que fez inúmeros pronunciamentos a favor do

sufrágio feminino no Senado, além de, como advogado, orientar juridicamente a luta feminina através de Bertha Lutz.

Valendo-se dessa abertura na Constituição, algumas mulheres acionaram a justiça pedindo inclusão dos seus nomes na lista de eleitores, como o fez a advogada paulista Adalgisa Bittencourt, em 1927. O judiciário indeferiu o pedido, tendo como argumento central o fato de que a palavra “cidadãos” empregada no artigo 70 da Constituição Federal, somente designava os cidadãos do sexo masculino, o que foi contestado em discurso pelo senador Adolpho Gordo, usando a mesma Constituição, que define em seu Art.69: “São cidadãos brasileiros: § 1º os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este ao serviço da sua nação, etc. Os nascidos no Brasil, sem distinção de sexo, e, portanto, os homens e as mulheres”.

Adolpho Gordo insistia no fato de que termos masculinos eram usados, por costume, para designar homens e mulheres. Por isso a palavra cidadão referia-se a homens e mulheres. A primeira experiência do voto feminino no Brasil aconteceu, de fato, no Rio Grande do Norte, em 1928, quando Juvenal Lamartine, candidato ao governo do Estado, incluiu em sua plataforma a luta pelo voto feminino.

Quando houve a elaboração da Lei Eleitoral Estadual, Juvenal solicitou ao então governador, José Augusto Bezerra, a inclusão da emenda que constou das disposições transitórias: “Art.77: No Rio Grande do Norte, poderão votar e serem votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei.”

Aprovada a Lei nº 660, em 25 de outubro de 1927, o juiz interino, Israel Ferreira Nunes, mandou incluir na lista dos eleitores a professora Celina Guimarães Viana, que se tornou a primeira eleitora, não só no Brasil, mas na América do Sul.

A desigualdade de gênero tem obtido uma diminuição dentro da sociedade contemporânea, mostrando assim avanço no pensamento de quem é o sujeito de direitos, entre as décadas pode-se notar que a mulher vem ocupando vários espaços, desde a cargos públicos ao mercado de trabalho (MATOS; PINHEIRO, 2012).

Porém, ainda haverá muita luta para que essa igualdade de gênero se torne plena, para que a mulher exerça o seu papel dentro da sociedade com todos os direitos garantidos, assim como os homens, de maneira a quebrar o tabu social que limita a mulher a ter uma participação mais ativa dentro da sociedade.

CELINA GUIMARÃES: BREVE TRAJETÓRIA

Celina Guimarães Vianna nasceu em Mossoró, no Rio Grande do Norte, no dia 15 de novembro de 1890. Filha de Eliza Aguiar de Amorim Guimarães, formou-se professora pela Escola Normal de Natal em 1911 e casou com o advogado e professor Elyseu de Oliveira Viana. Em 1914, atendendo ao convite do diretor de Instrução Pública do Estado, Celina assumiu a cadeira infantil do Grupo Escolar 30 de Setembro em sua cidade natal.

Em 25 de outubro de 1927, entra em vigor a Lei Estadual nº 660, no qual se estabelece como uma emenda regular do Serviço Eleitoral do Estado, que determina não haver a distinção de sexo para o exercício do sufrágio e como condição básica de elegibilidade.

Dessa maneira, no dia 25 de novembro de 1927, Celina Guimarães Viana deu entrada em uma petição, requerendo sua inclusão na lista de eleitores. O juiz deu um parecer favorável e fez um apelo ao presidente do Senado Federal para que todas as mulheres tivessem o mesmo direito. No telegrama enviado, lia-se: “Peço nome da mulher brasileira seja aprovado projeto institui voto feminino amparando seus direitos políticos reconhecidos pela Constituição Federal – saudações, Celina Guimarães Viana – professora escola normal Mossoró” (VAINSENER, 2016, p.1).

O documento original despachado pelo juiz Israel Ferreira Nunes, escrito em bico de pena em papel almaço, com o nome de Celina, encontra-se no museu histórico Lauro da Escóssia, em avançado estado de desgaste. Esse é o documento que comprova o pioneirismo de Mossoró em relação ao voto das mulheres. No museu, encontra-se ainda uma exposição de fotos de Celina Guimarães Viana.

Independentemente do resultado do pleito, é possível observar como o movimento sufragista potiguar era atuante, já no começo do século XX. O despacho de Celina recebeu rápida aprovação por parte do juiz, contribuindo para isso o fato de ela ser casada e respeitada, isto é, de ser esposa de um advogado e professor.

Só por essa razão, ela se tornou a primeira eleitora, não apenas do Rio Grande do Norte e do Brasil, mas de toda a América Latina. E Júlia Alves Barbosa, por não estar casada naquele ano, foi a segunda mulher a votar. Quanto à questão de ter se tornado, de repente, uma mulher emblemática, Celina confessou:

“Eu não fiz nada! Tudo foi obra do meu marido, que empolgou-se na campanha de participação da mulher na política brasileira e, para ser coerente, começou com a dele, levando meu nome de roldão. Jamais pude pensar que, assinando aquela

inscrição eleitoral, o meu nome entraria para a história. E aí estão os livros e os jornais exaltando a minha atitude. O livro de João Batista Cascudo Rodrigues – A mulher brasileira - direitos políticos civis – colocou-me nas alturas. Até o cartório de Mossoró, onde me alistei, botou uma placa lembrando o acontecimento. Sou grata a tudo isso que devo exclusivamente ao meu saudoso marido” (VAINSENER, 2016, p. 1).

Sem sombra de dúvida, Celina era uma mulher à frente do seu tempo. Como educadora em uma época em que a disciplina dos alunos era regida por meio da palmatória, ela aboliu tal mecanismo e passou a utilizar o teatro como forma de atrair a atenção dos jovens. Redigiu textos de peças, montou figurinos e realizou apresentações na escola. Por essas e outras iniciativas pedagógicas, Celina foi incluída no livro de Honra da Instituição Pública, um reconhecimento pelos bons serviços prestados ao Estado.

Outro aspecto a ser registrado é que Celina foi a primeira pessoa que divulgou o futebol em Mossoró. O esporte era bem pouco conhecido e ela, para satisfazer o desejo dos alunos, traduziu do inglês para o português todo o manual do jogo com suas regras e, com o apito na boca, conduziu os jovens ao descampado para ensinar-lhes o esporte.

Toda essa energia positiva contribuiu para que Celina Guimarães Viana tivesse uma vida longa. Ela faleceu em Belo Horizonte, no dia 11 de julho de 1972.

A MULHER NO ESPAÇO POLÍTICO COMO REFERÊNCIA

A mulher teve uma grande representatividade na Assembleia Constituinte de 1987, que partia da temática dos direitos da Constituição Federal. De acordo com Causanilhas (2019, p.4):

A bancada feminina, como ficou conhecida, compreendia as deputadas Abigail Feitosa (PMDB/BA), Anna Maria Rattes (PMDB/PA), Benedita da Silva (PT/RJ), Bete Mendes (PMDB/SP), Beth Azize (PSB/AM), Cristina Tavares (PSDB/PE), Dirce Tutu Quadros (PSDB/SP), Eunice Michiles (PFL/AM), Irma Passoni (PT/SP), Lídice da Mata (PCdoB/BA), Lúcia Braga (PFL/PB), Lúcia Vânia (PMDB/GO), Márcia Kubitschek (PMDB/DF), Maria de Lurdes Abadi (PFL/DF), Maria Lúcia (PMDB/AC), Marluce Pinto (PTB/RR), Moema São Thiago (PSDB/C), Myriam Portella (PDS/PI), Raquel Cândido (PDT/RO), Raquel Capiberibe (PSB/AP), Rita Camata (PMDB/ES), Rita Furtado (PFL/RO), Rose de Freitas (PMDB/RS), Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), Sadie Hauache (PFL/AM) e Wilma Maia (PDT/RN). Vale ressaltar que, embora 26 mulheres tenham sido eleitas, Bete Mendes licenciou-se do mandato de Deputada Federal Constituinte em 15 de março de 1987 para exercer o cargo de Secretária da Cultura do Estado de São Paulo, como consta no site da Câmara dos Deputados, de modo que não participou das articulações constituintes.

Com uma pequena porcentagem de mulheres no parlamento, abriu-se um pequeno espaço e uma necessidade de outras mulheres engajarem na luta política, objetivando ganhar cada vez mais espaço no cenário político. A mulher lutou muito, mas conseguiu pequeno percentual de voz no mundo, e ainda existem países em que a mulher se mantém submissa ao lar, ao marido, à família. Apesar disso, hoje já existem mulheres atuando como ministras, deputadas estaduais e federais, vereadoras, prefeitas, governadoras, senadoras e presidentes.

Elas desbravam ainda um mundo machista e hipócrita no contexto político, em que o Brasil se encontra no ranking de presença feminina em câmara ou parlamento como um dos piores da América Latina, ficando com a 152ª posição (INTER-PARLIAMENTARY UNION – IPU, 2017).

Mulheres como Dilma Vana Rousseff, Park Geun-hye, Cristina Kirchner, Michelle Bachelet e Angela Dorothea Merkel, que estiveram em cargos do mais alto escalão da política de seus países, provocaram uma mudança drástica na maneira em como a mulher era vista, e tornaram-se uma referência de poder. Cada uma lutou durante sua história para ser vista e ouvida.

A ex-presidente Dilma Rousseff iniciou sua trajetória quando ainda tinha 16 anos. Fundou o Partido Angela Dorothea Merkel numa época de perseguição imensa e brutal aos que buscavam o fim da ditadura. Foi presidente do Brasil por quase 7 anos até sofrer o impeachment. Antes de assumir a Presidência da República, foi ministra da Casa de Minas e Energia e Chefe da Casa Civil (ARAUJO; LIMA, 2018).

Cristina Kirchner, mulher argentina, começou nos anos 70 sua militância contra a ditadura, atuou no Partido Justicialista, foi deputada em 1993 e em 1995, entrou no parlamento em 1990 como vice-presidente, ingressou no Senado Nacional representando Santa Cruz, foi eleita senadora e eleita presidente em 2011, e como vice em 2019 (PANKE; IASULAITIS, 2016).

Park Geun-hye, sul coreana, iniciou a carreira política em 1988, mas antes disso já tinha o contato direto com o mundo por conta das relações familiares, sendo vice-presidente do Grand National Part e depois eleita presidente pelo Partido Saenuri. Também sofreu o impeachment em 2017 (ARAUJO; LIMA, 2018).

Michelle Bachelet, filha de pais chilenos, e o pai general da base da Força Aérea, teve uma trajetória com algumas particularidades, assim como a ex-presidente Dilma e a sul coreana Park Geun-hye. Presenciou o Golpe de Estado que manteve o pai sob tortura, e quando ela se afiliou ao Partido Socialista foi presa junto com a mãe e depois exilada. Quando voltou ao Chile, participou de organizações não governamentais de apoio a pessoas

que sofreram durante o regime militar. Exerceu funções governamentais no Ministério da Saúde e Ministério da Defesa. Anos depois foi a primeira presidente mulher a governar o país (PANKE; IASULAITIS, 2016).

Angela Dorothea Merkel, mulher alemã, entrou na vida política após a queda do muro de Berlim, através do Partido Despertar Democrático. Foi Ministra da Juventude e Família, Ministra do Meio Ambiente, Secretária Geral da União Democrata Cristã, e foi eleita chanceler nos anos de 2005, 2009, 2013 e 2017, sendo a primeira mulher que tinha um cargo como esse em seu país (ARAUJO; LIMA, 2018).

Essas mulheres começaram cedo na política, algumas conviveram desde o nascimento, e, com isso, acabaram lutando por causas que chamaram a atenção da sociedade. Elas são referências para jovens mulheres e até crianças que sonham com um futuro melhor, que se empoderam e surpreendem por sua independência, que lutam contra a desigualdade, que se apresentam como resistência à opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da sua história, Celina Guimarães nos deixou um legado de lutas e resistência contra uma sociedade machista e excludente, que não possibilita a mulher participar ativamente nas decisões políticas e sociais do seu tempo.

Portanto, pode-se ressaltar que Celina Guimarães é uma importante representatividade para que pudéssemos ter a figura da mulher brasileira nos dias de hoje, aquela que luta por seus direitos, sustenta sua casa, trabalha e estuda.

Nomes como o de Celina precisam ser cada vez mais citados em trabalhos e apresentações científicas para que as mulheres não se deixem levar por uma sociedade machista ainda tão presente em nosso país e para que os homens reconheçam cada vez mais que as mulheres têm os mesmos direitos que eles.

Celina entrou para a história com papéis marcantes no Brasil como, por exemplo, o de se tornar a primeira eleitora mulher do país, e, por essa razão, sua história de luta por direitos das mulheres merece alcançar cada vez a população brasileira, principalmente a feminina.

Com este artigo buscamos exatamente contribuir para isso, pois ainda acreditamos em uma sociedade com direitos e deveres iguais para ambos os gêneros.

Apesar de tantos avanços das mulheres na conquista de direitos sociais e políticos, a questão de gênero continua muito forte em nosso país, porém, a contribuição de Celina Guimarães e outras mulheres do seu tempo, faz a sociedade refletir, buscando conquistas e direitos cada vez mais igualitários entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Joyce M. Mertig; LIMA, Daiane Soares de. **Mulheres na política, a repressão, a masculinização e a mídia**: os casos de Angela Merkel, Dilma Rousseff e Park Geun-Hye. 2018.

BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans**: cidadania precária e gambiarra legal. v. 4, n. 1, 2014.

BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. **Mulher e relações de gênero**. Edições Loyola, 1994.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei Nº 4.765-6/2009**. Institui, no calendário oficial do País, o “Dia” da conquista do voto feminino no Brasil. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=07024E749DC1C59F07DC8C287EF3803E.proposicoesWeb1?codteor=686524&filename=Avulso+-PL+4765/2009. Acesso em: 18 out. 2019.

CAJADO, Ane Ferrari Ramos; CARDOSO, Thiago Dornelles. O voto da mulher e as representações sobre o eleitor. **Revista Eletrônica da EJE**, 2011.

CAUSANILHAS, Tayara. Representatividade político partidária feminina no Brasil e o direito achado na rua. **Revista de Direito da Unigranrio**, v. 9, n. 1, 2019.

FELIPE, José Lacerda Alves. Festa e poder político. **Espaço e cultura**, n. 23, p. 43-52, 2008.

INTER-PARLIAMENTARY UNIO-IPU. **Women in politics**: 2017, 2017. Disponível em: <https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2017-03/women-in-politics-2017>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MATOS, M.; PINHEIRO, M. B. Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções. In: ALVES, J. E. D. A.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

PANKE, Luciana; IASULAITIS, Sylvia. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Opinião Pública**, v. 22, n. 2, p. 385-417, 2016.

VAINSENER, Semira Adler. **Celina Guimarães Viana**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2016. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 18 out. 2019.

CAPÍTULO 5

CORPO E PODER: releituras sobre Anayde Beiriz, Paraíba 1930

*Emanuella Bezerra de Oliveira Brunet*¹²

INTRODUÇÃO

A sociedade paraibana na década de 1920, organizada a partir da construção de sociedade baseada nos pressupostos cristãos, higienistas e civilizatórios da época. Estava dividida em lugares determinados e construídos aos gêneros, numa composição de papéis sexuados. Possuindo assim lugares, espaços, protagonismos sociais e figuras coadjuvantes. Fomentando uma concepção institucional e moral, aonde o poder “pater” “pátrio”, “patriarcal¹³” estava entrelaçado ao pedestal, a tríplice família, Estado e poder econômico (ARAÚJO, 2016, p.17).

O lugar de produção financeira, política e intelectual estava legitimado ao masculino e o lugar de submissão e obediência ao feminino, porém partindo do pressuposto e termo “construção social” estes espaços e determinações permeiam muitos outros tons (espaços, lugares, classes) além do dito aqui, as subjetividades ultrapassam dialogias, portanto no decorrer deste ensaio a discussão de gênero será melhor aplicada, porém seguimos a concepção de gênero como construção social, como o(a) pessoa mostra sua marca e compõe os dimensão do sujeito, tais concepções seguem o conceito de Joan Scott.

A habitação do corpo feminino, o lugar que lhe é designado para transitar é o privado, o lar, a casa a família (ARAÚJO, 2016, p.15). Este lugar a margem do público e social vai restringir e categorizar quais eram os espaços designados a si (as mulheres), toda

¹²UEPB. Email: professoraemanuella@gmail.com

¹³Tem origem na antiguidade na Grécia Antiga, com as palavras pater e arkhe que é ligado ao Pai que na antiguidade significava todo homem que não depende de outro e tem uma família para administrar; e é ressignificado pelas feministas na chamada “segunda onda” do gênero, no ocidente nos anos 1970. O patriarcado designa uma formação social em que os homens detém o poder (DELPHY, 2009, p. 173).

ação de trabalho¹⁴, de atuar fora do espaço privado, era maneira de transgressão da ordem e decodificado e legitimado, como perigo à ordem, à saúde e à civilização.

Anayde de Azevedo Beiriz, nasceu na Parahyba do Norte, no dia 18 de fevereiro de 1905, e morreu em Recife 22 de outubro de 1930. Em sua curta vida, construiu um legado literário e um esboço dos ideais feministas e políticos. O corpo aqui que pretendemos observar e ainda nos atrevermos a problematizar é o corpo vivo, o nascimento e a vida de Anayde, mulher que assumiu uma personalidade atípica da ordem manifestada ali; dos costumes pré-determinados para a sociedade da época (BARBOSA, 2010, p. 1).

Anayde diplomou-se pela escola Normal em 1922, com apenas 17 anos, a primeira aluna de sua turma, ingressou na carreira docente, em Cabedelo, em uma vila de pescadores na escola “Escola da Colônia de pescadores Z-2” (BARBOSA, 2010, p. 1).

Anayde diferente de muitas de suas colegas da época não possuía posses sua origem era humilde filha de mãe sertaneja a senhora Maria Augusta e seu pai José da Beiriz, gráfico do jornal na “A União”. As amizades construídas na Escola Normal, aliadas ao cultivo das letras, permitiram-lhe frequentar rodas da sociedade, comparecendo às tertúlias e saraus denominados “lítero-dançantes”, realizados periodicamente em residências das personalidades da época. Em 1925, foi a vencedora de um concurso de beleza promovido pelo Correio da Manhã (BARBOSA, 2010, p. 1).

Muitos corpos compõem Anayde, corpos sem órgãos, corpos desejanter. [...] Sobre o corpo, encontram-se as marcas dos fatos passados, de onde nascem os desejos, as insuficiências, os erros e expressam-se as lutas. A genealogia como análise da proveniência é, então, a articulação do corpo e da história [...] (CASTRO, 2009. p.89).

O que o corpo e a vida de Anayde faz com que a historiografia sintasse constantemente em dívida e a revisite? Quais lacunas na história de Anayde contribuíram para história da Paraíba? Em que aspectos a vida de Anayde aspirou no movimento feminista da época? O que pregava sua literatura? Quais segredos íntimos a fizeram entrar para história? Para tanto vamos dividir este ensaio em três partes: O corpo político (feminismo), o corpo literário (jornais) e o corpo íntimo (cartas).

¹⁴A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio anterior a revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia, fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas (SAFFIOTI, 2013, p.62).

O CORPO POLÍTICO

Agir no espaço público não é fácil para as mulheres, dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto. Mas elas têm atuado, e de muitas maneiras, as quais proponho abordar (PERROT, 2013, p. 146).

As mulheres enfrentam pautas de luta duplamente estereotipadas, por uma composição sexuada, construída pelo discurso higienista, religioso e social. A chamada emancipação do lugar do corpo feminino designação dos lugares restritos ao que era designado a mulheres se tratam de aspectos que foram construídos historicamente. Assim, para desconstruir esta ordem coube agir na subversão. Foram desenvolvidos movimentos dentro do feminismo, lutando por direitos civis, do corpo, da condição de existir, em igualdade, reivindicando desde o domínio da cidadania igualitária em relação ao masculino (no que diz respeito ao voto, aos direitos civis) (ARAÚJO, 2016, p. 18).

As mulheres vivem o torneio de uma série de obstáculos, para superar a longa construção de uma condição de subalterna, de inferior, sexo frágil. Porém assim como o discurso não é neutro, ele é carregado de intenções políticas, econômicas, pessoais, subjetivas. Na sociedade patriarcal permeiam e renovam-se outros discursos, como o médico, a moralidade religiosa, a escola, o direito.

Do ponto de vista dos higienistas, a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e ideias que reforçassem a imagem da mulher-mãe. Por isto, sua presença nas catedrais da ciência era intolerável. A mulher intelectual dava mau exemplo às outras mulheres (COSTA, 1979, p.260).

A retórica médica oferecia, narrava, descrevia discursos e um deles estabelecia a “sociedade como um organismo caótico que deveria ser regado, estabelecendo uma oposição entre desordem real e uma ordem ideal, sendo a interferência do médico considerada indispensável” (MATOS, 2003, p.109).

A relação dialógica entre Maria e Eva, construiu um ideal de mulher virtuosa em Maria e em contrapartida Eva seria a mulher condutora do pecado e da morte, a expulsão eterna do paraíso, condenação e sofrimento de toda humanidade.

Acredito que mulheres que paralisam fábrica não poucas vezes, que se manifestam politicamente nas ruas da cidade, enfrentando a polícia armada, que ocupam bondes e esbofeteiam outras companheiras, cobrando uma solidariedade de classe, resistindo à exploração do capital pela ação direta, sejam menos dóceis, pacatas e submissas que o discurso masculino, patronal ou operário relatava [...] (RAGO, 1985, p. 73).

Essas mulheres eram marginalizadas, colocadas no posto de degeneradas da sociedade, que quebravam o modelo da “santa”, da boa mãe, de esposa submissa e, eram socialmente repelidas com atributos associados ao negativo. Como, no medievo, em que essa mulher “subversiva” era acusada de bruxaria. Na contemporaneidade, são acusadas de bruxa passa a ser acusada de prostituta ou junto ao discurso higienista como uma cólera social, um ser corrompido, incompleto (FERREIRA, 1996, p.52).

Os pilares da sociedade dividem e conferem comportamentos e expectativas sobre as mulheres em suas ocupações de forma distintas das dos homens e das mulheres entre si, a partir de seu lugar social, do seu corpo, do eu empírico no feminino. “O corpo está no centro de toda relação de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica” (PERROT, 2005, p.447).

Esses discursos procuram fundamentar a condição de subalternidade, de fragilidade, docilidade “da mulher” sendo presente na “dívida”, na lacuna historiográfica sobre as mulheres. Os movimentos de emancipação feminina, as resistências subjetivas privadas e íntimas foram construídas historicamente como uma alternativa ao silêncio.

O adentrar das mulheres no cenário social e político na década de 1930, acontece em meio uma efervescência de mudanças políticas. O contexto nacional do presente momento estaria ligado ao estado paraibano, visto que João Pessoa era vice presidente de Getúlio Vargas, compondo a Aliança Liberal.

O modelo político defendido pela Aliança Liberal ganhava a adesão de vários segmentos urbanos da sociedade, pelo país afora, entre aqueles insatisfeitos com as oligarquias rurais, mas também como decorrência dos ideais reformistas pregados pelos liberais (MACHADO; NUNES, 2007).

Dentre os grupos urbanos que defendiam o liberalismo estavam as mulheres educadoras que compõe o comitê feminino pro Aliança Liberal. Melo, 1979 contribuí ainda dizendo que essa aliança feminina, estava correlacionada a pedidos das feministas de Carlos Dias Fernandes e José Américo de Almeida e tinha como principais entusiastas da Aliança Liberal as alunas da Escola Normal (AGUIAR, 2005, p.19).

Elas estavam na maioria das vezes à frente das passeatas e meetings, como se dizia na época. Fardadas de azul e branco entre seus 14 e 20 anos, as normalistas bem simbolizavam o total apoio do povo à Reforma e renovação empreendidas no Governo pelo estadista conterrâneo (AGUIAR, 2005, p.19).

Portanto Anayde com a morte de João Pessoa carrega consigo um calvário, uma legião de mulheres a culpam por ser o estopim desse assassinato. As mesmas companheiras de luta e ideais políticos. Visto que a imprensa era um canal utilizado por Anayde, para expor sua produção literária. Portanto outras mulheres ansiavam participação na vida pública, fugir do espaço privado e predestinado.

A postura de Anayde e toda sua postura corporal carregava consigo armas signos e sinais que rompiam com o predisposto, cabelos curtos, olhos marcantes, vestidos com decotes no joelho, presença assídua nas ruas e praças. Uma declaração aberta de si está presente a cena pública e política, Anayde não abstém-se de transitar entre espaços que outrora e provavelmente era restritos ao masculino. Espaços de legitimação de poder público e político, espaço aonde homens defendiam seus ideias e visões de mundo.



Figura 1 - ANAYDE FOTOS DE FAMÍLIA¹⁵

Ela[a contra-história] deixa patente que a luz – o famoso deslumbramento do poder – não é algo que petrifica, solidifica, imobiliza o corpo social por inteiro, e, por conseguinte, o mantém na ordem, mas é, de fato, uma luz que divide, que aclara de um lado, mas deixa na sombra, ou lança para a noite, uma outra parte do corpo social (FOUCAULT, 1999, p.81-2).

Neste contexto, vale lembrar, organizava-se o movimento sufragista, na Paraíba, em torno da luta das mulheres pelo direito à participação política, à educação igualitária e ao

¹⁵Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/08/05/historia-oculta-de-joao-pessoa-tem-anayde-beiriz-como-sinonimo-de-forca-ousadia-e-poesia.ghtml>.

questionamento da naturalização das identidades assentadas no corpo sexuado (NUNES, 2008)¹⁶.

O sufrágismo alcançou a aversão dos conservadores da sociedade que miravam na mulher um papel categórico na perpetuação da família nuclear. Além disso, protegiam a maternidade como a demonstração mais alta de feminilidade, inconciliável com as demandas políticas da vida pública. Para além de “rainha-do-lar”, uma figura complementar emerge: a mulher como “pedagoga do lar¹⁷”, aquela que recebeu a função de educar os filhos e conservar a família sobre parâmetros higienistas (OLIVEIRA, 2002).

O CORPO LITERÁRIO

Os escritos de Anayde, rompem com os textos presente na imprensa da época, em que os anúncios e textos escritos por mulheres eram fundamentados com um cunho moral e religioso. A própria escrita de si, presente em seus contos, na imprensa paraibana assumia outras feições diferentes; os contos de Anayde tinham um conteúdo metafórico em que a mesma falava dos romances vividos ou sonhados ao mesmo tempo que criticava a sujeição feminina. Os textos para mulheres traziam regras sobre cuidado do corpo, família, educação feminina, contos e fragilidade feminina.

Portanto faz-se necessária a retomada da narrativa acerca da imprensa paraibana como palco de luta e legitimidade de poderes. É importante analisar o papel da imprensa no período da primeira república como construtora de significados e de determinações para as subjetivações do feminino naquele período.

A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos (CAPELLATO, 1988, p.21).

¹⁶A exemplo do que vinha acontecendo em outros estados, desde a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922, em 11 de março de 1933 foi instalada a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, na sede da Escola Normal, em João Pessoa. A diretoria era composta por mulheres de destaque na sociedade paraibana pela atuação no sistema educacional local. Presidenta: Lylia Guedes; vice-presidenta: Olivina Carneiro da Cunha; secretária: Alice de Azevedo Monteiro; oradora: Albertina Correia Lima; tesoureira: Francisca de Ascensão Cunha; e bibliotecária: Analice Caldas. Ver mais em Nunes (2008).

¹⁷Livro utilizado nas escolas paraibanas citado no jornal O educador página 69, que lastima sua saída, defendendo a importância da língua materna na pedagogia.

A imprensa desta forma, como fonte, é um instrumento que tem um potencial de construir uma linha tênue entre o passado e a escrita histórica, potencializado uma escrita do sensível, significativa relevante. Adentrando dentro da intimidade, conjugal e familiar, desnaturalizando papéis construídos culturalmente.

Arquitetando em palavras uma escrita do silêncio, uma escrita do que irá desaparecer do arquivo em alguns anos, do esquecido, ou melhor das práticas que perpassam os anos e nos trazem para cá, lembrando que não estamos fazendo da história um tribunal, um julgamento, mas um espaço de narrativa para responder questões que advém dentro do nosso tempo.

Em dois tempos: um objetivo que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico. Assim, o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico (SOSA, 2007, p. 11-12).

O olhar clínico, quase operatório, da narrativa história é que produz a necessidade e importância de sua escrita. Existe um espaço, e um lugar de poder e autoridade reservado a escrita histórica e poderia falar aqui em até dívida histórica, se retroceder a ótica que nos cientificamos e determinamos que a história seria o factual, os heróis, os grandes acontecimentos.

Defendo aqui um espaço de escrita para ecoar em linhas e letras, o espaço midiático como aparelho domesticador e opressor ao gênero feminino. Aqui expresso a necessidade de uma escrita de significado e significantes, de conduzir uma narrativa do que ainda está indizível.

Anayde mostrou-se poetiza de discursos e metáforas indizíveis em uma sociedade conservadora. Colaboradora da “*Revista da Cidade*”, no Recife, publicou alguns de seus escritos na revista “*Era Nova*”, editada na Parahyba por Severino de Lucena, e na “*Revista da Semana*”, a primeira na imprensa alternativa paraibana e identificada com o movimento modernista (BARBOSA, 2010, p.2).

Um exemplo de sua escrita é o conto “*Meu boneco de Natal*”, que foi publicado na *Revista da Cidade*, em Recife, no dia 26 de abril de 1928.

“Um dia Papai Noel se lembrou de mim. E me trouxe um boneco louro como um príncipe dos contos da Carochinha... Muito bonito. Muito grande. Assim deste tamanho... Eu gostava de brincar com ele. E queria muito bem

*ao meu boneco de Natal. Ele tinha um nome de quatro letras que nem sei mais...
Eu dizia que Papai Noel tinha trazido do céu um pedacinho de nuvem branca para
fazer o rosto do meu boneco. E também um bocadinho dos cabelos do sol para botar
na cabeça dele. E mais duas estrelinhas azuis para pregar-lhes nos olhos...
Foi o meu mais lindo boneco louro. Tão lindo que
me esquecia da vida quando olhava para ele. Então o enchia de porção de beijos.
Sua boca era como uma pitanga madura, e tão doce como uma pitanga madura...
Mas um dia Papai Noel teve ciúmes dos beijos que
eu dava no meu boneco louro e veio buscá-lo para dar a outra...
Eu zanguei com Papai Noel. Chorei muito.
Todos os dias eu me lembro do meu boneco de Natal e tenho tanta saudade de sua
face de nuvem, de seus
cabelos de sol e de seus olhos de estrelas...”*
(JAPIASSU, 2009, p. 305)

Exercendo a análise textual percebemos que na leitura inicial, trata-se de um presente afetuoso, uma paixão de Natal. Seu nome quatro letras possuía, sua pele era clara, seus cabelos eram loiros este mesmo era lhe tão terno, tão bom de brincar. Imagine a sociedade da época dividida metade escandalizada e metade leiga, este era o efeito que Anayde carregava consigo em sua escrita, em sua postura de agir, viver e amar.

Não é apenas um clichê dizer que “Anayde foi uma mulher além de seu tempo”. Anayde estudou em uma escola normal, foi educada como outras moças contemporâneas suas, mas o seu desejo de liberdade a fez diferente das demais, ela acreditava que a liberdade essa sim era sua própria substância da vida.

O CORPO ÍNTIMO

Uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida [...]. Nada daquilo que ele é escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas [...]. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular (FOUCAULT, 1980, p. 43).

Aqui com grande devoção trago-lhes amor e poesia, mostro em si como a intensidade de amar é beleza poesia e resistência. A liberdade de Anayde não incomodava apenas a

sociedade de 1930, mas também seu amado companheiro João Dantas. Lembrando que o ato de viver a arte do amor é anterior a Dantas, ainda possuímos as cartas de amor, de Heriberto que havia partido para estudar medicina. Anayde e ele namoravam por correspondência somando ao todo, são 60 cartas de amor.

Quebrando a linearidade dos fatos início expondo a resposta de Anayde e João Dantas, diante do repúdio paraibano que lhe trazia palavras e xingamentos pejorativos. O corpo de Anayde era um texto que queria transformar o presente, libertando-se do passado enclausurado na memória estática e que emperrava o compasso da história, ao mesmo tempo que impedia a liberdade feminina (OLIVEIRA, p. 8).

Mulher volátil, professora que abre as pernas para um advogado perrepeista com “sangue de cangaceiro nas veias”. Em resposta Anayde e João Dantas escreve o seguinte acrostico: Dantas, João. *A União*, 27 de julho de 1930. Beiriz, Anayde. *A União*, 27 de julho de 1930.

MEU SANGUE

E m minhas veias circula
U m sangue de carnicheiro...
G olfante, rubro, pullula
N a artéria prisioneiro, -
A rtéria que te estrangula,
S angue mau, de cangaceiro...

TEU SANGUE

S angue... sangue venenoso,
A rroio quente, opalino,
N o teu systema venoso...
G olfeja! Dá-me, assassino,
U m banho infernal de gozo
E m teu visco viperino!...

Fonte: DANTAS, João. **Beiriz, Anayde.** *A União*, 27 de julho de 1930.

Em contraste o discurso e o conteúdo das cartas de Anayde e Heriberto, trazem sonhos, utopias sentimentos ainda não vivenciados, mas almejado por ambos. Porém Anayde reluta quando Heri questiona as suas escolhas de vida, seu posicionamento

intelectual e social. Deixando claro que a mesma não é nem será como as outras moças, que não é dada a padrões, podendo ser este o fim do romance via correspondência¹⁸.

Estes dilemas faziam-se presentes sempre dentro dos questionamentos acerca das narrativas que transcrevia a vida cotidiana, os saraus, os amigos. Heriberto não aceitava o viver, o comportamento da jovem poetiza. Compondo uma transfiguração real do olhar que a sociedade da época detinha sobre Anayde Beiriz.

Anayde amou como talvez poucas mulheres dentro do seu tempo poderiam amar, mas o seu amar traz consigo uma espécie de hierarquia do afeto. Colocando em cheque o que hoje é corriqueiro que é o amor próprio. Anayde não amava menos os seus companheiros, mas impunha em primeiro lugar o desejo de ser livre, de amar de com liberdade (de)ser, (de)existir, (de)resistir ao patriarcalismo, ao machismo, a moralidade cristã.

Não obstante, Anayde carregou consigo o peso dos olhares e rótulos acerca de si, percebemos que o corpo de Anayde apresenta-se em posição de confronto de luta e resistência durante a brevidade de sua vida. Ela assume diferentes subjetividades, corporeidades distintas e vive conforme sua essência. Segundo Marcilene Barbosa: “mesmo que as regras tentem separar os sujeitos em grupos e ações, localizamos nesse “refúgio do eu” um lugar em que o corpo tem contato com suas outras epidermes, apesar do discurso biológico insira a persona na condição uno de ser, analiso que as identidades se modificam de acordo com suas vivências e/ou experiências”.

REFERÊNCIAS

A FUNDAÇÃO, NESTA CAPITAL, DE UMA ASSOCIAÇÃO FEMININA. **A União**. João Pessoa, 8 fev. 1933, p. 8.

AGUIAR, Wellington. **João Pessoa o reformador – transcrição das verdadeiras cartas achadas no escritório de João Dantas**. João Pessoa: Ideia, 2005.

ARANHA, Marcus. **Anayde Beiriz, Panthera dos olhos Dormentes**. João Pessoa. Manufatura, 2005.

¹⁸[...] As cartas têm seu destino e é em relação a este que o remetente se mostra, portanto, se faz; esta escrita é uma produção de si, passa por uma seletividade de palavras, de imagens, que não ocupam um lugar aleatório na composição da face e do corpo de quem escreve. É também uma tessitura feita numa rede de linguagens, que põe em funcionamento signos interessados, artífices de um jogo de saber e poder sempre dinâmicos (SILVA, 2008, p. 192).

ARAÚJO, Emanuella Bezerra de Oliveira. **O labor feminino**: as mulheres na Justiça do Trabalho (Brejo Paraibano 1987-1988). 2016. 46 p. UEPB, Centro de Humanidades. 21. ed. CDD 305.4.

BARBOSA, Marcilene Pereira. **A escrita de si de Anayde Beiriz**: táticas de resistência, contornos de liberdade. *Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos* 23 a 26 de agosto de 2010.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Ligia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COSTA, Maria J. F. F. da A.; SHENA, Denílson R.; SCHMIDT, Maria A. Brasília (Orgs.). MEC. **I Conferência Nacional de Educação**. Curitiba, 1927. INEP, 1997.

COSTA, S. G. **Movimentos feministas, feminismos**. In: *Revista Estudos Feministas*.

DANTAS, João. **Beiriz, Anayde**. A União, 27 de julho de 1930.

FARIA FILHO, Luciano M. de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: FARIA FILHO, Luciano M. de; RORIZ, Bruna Marinho V. **O Brasil para estrangeiros ler**: livros sobre o Brasil na biblioteca nacional de maestros de Buenos Aires, 1900-1935. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. v. 1.

FILMOGRAFIA. **Paraíba, mulher macho**. Direção de Tizuka Yamasaki. João Pessoa: Vídeo Cassete do Brasil. 1983. 1 filme (87min): son., color.; 16mm.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

JAPIASSU, Ricardo. Trocando ideias: em visita a Anayde Beiriz – Peregrina da liberdade. **Caderno Espaço Feminino**, v. 21, n. 1, jan./jul., 2009.

JOFFILY, J. **Anayde Beiriz**: paixão e morte na Revolução de 30. Rio de Janeiro.

JORNAIS. **Jornal das moças**. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1923. *Jornal A Imprensa*. Grave perigo 18/03/1915, p. 1, ano XII, nº 57, Parahyba do Norte.

MACEDO, Elza Dely Veloso. **Uma luta justa... elegante**: os feminismos conflitantes de Bertha Lutz e Maria Lacerda Moura na década de 1920. *Gênero*, v. 3, n 2, Eduff, 2000.

MACHADO, Charliton J. dos S.; NUNES, Maria Lúcia da S.; MENDES, Marcia C. F. **Catharina Moura e o feminismo na Parahyba do Norte**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. O feminismo paraibano: Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) – 1930. In: MACHADO,

Charlton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Orgs.). **Gênero & Sexualidade: perspectivas em debate**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 193-207.

MATOS, M. I. S. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: M. I. S. e R. S. (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 107-127.

NUNES, Maria Lúcia da Silva. **Uma página feminina: vozes de mulheres paraibanas na década de 1930**. Educação e Educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações, em andamento, junto ao grupo HISTEDBR-GT/PB.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Anatomia feminina: o corpo vivo de Anayde Beiriz. Campina Grande: EDUEPB, 2013. In: QUEIROGA, Maria do Socorro N.; CARVALHO, Maria Elizete Guimarães (Orgs.). **Coletânea Atualidades Pedagógicas** - escritos em história da educação. (No prelo).

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. 2. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

PINHEIRO, Mariza de Oliveira. **Anayde Beiriz e a escrita de si: educação história e relações de gênero**. Natal, 2008. 182p.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, J. W. **Gender: a useful category of historical analysis**. American Historical Review, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SILVA, Alômia Abrantes da. **As escritas do feminino e os femininos inscritos: imagens de mulheres na imprensa parahybana (1920)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 185p.

SILVA, Alômia Abrantes da. **Paraíba mulher-macho: tessituras de gênero, (desa)fiados da História**. 2008. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 254p.

SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007, p. 11-12, v. 12, N. Especial. Florianópolis: UFSC /CFC/CCE/2004. p. 23-36.

CAPÍTULO 6

EDUCAÇÃO COMO FORÇA INCLUSIVA NA SAGA DE ANTÔNIO VICENTE MENDES MACIEL: o “Antônio Conselheiro”

*José Sidney Pereira*¹⁹

INTRODUÇÃO

O corte temporal deste artigo limita-se aos acontecimentos registrados no final do século XIX, especificamente entre os anos 1830 e 1897 no sertão brasileiro. Registram-se também algumas significantes repercussões e a necessidade de novas percepções sobre a saga de Antônio Vicente Mendes Maciel, o “Antônio Conselheiro”, na atualidade, para a devida compreensão dos fatos pelas gerações futuras. Todo o registro se passa durante um período de transição entre o império e a república recém-formada no século citado, já instalada e aceita nas grandes capitais litorâneas, mas com resistências no interior do país, principalmente no sertão nordestino, ainda ligado aos valores tradicionais do império português.

Neste artigo, é descrito o ambiente que envolveu a infância e a adolescência de Antônio Maciel, a sua formação cultural, as circunstâncias que o levaram a ser arrimo de família e a busca pela estabilidade financeira para suprir as necessidades da família, inclusive exercendo profissões como autodidata. Sua ligação com a igreja e o amor pelos pobres, velhos e crianças que o fizeram muito querido e popular não só em Quixeramobim, cidade onde nasceu, mas também nos seus arredores, sendo apenas um jovem ainda.

Toda a sua saga é marcada por incompreensões, traições, perseguições, acusações e condenações sem provas. Não conseguiu agradar aos políticos e coronéis, mas milhares de séquitos decidiram segui-lo para executar trabalhos nas recuperações de igrejas e cemitérios. Assim poderiam ouvi-lo e desfrutar dos seus sábios conselhos. Pois, por não fazer acepções, não só a classe dos miseráveis (sertanejos pobres, escravos recém-libertos, índios expulsos

¹⁹UFPB. Email: jsidney@hotmai.com

de suas terras e vítimas da seca), mas também algumas pessoas abastadas decidiram acompanhá-lo e espontaneamente doar seus bens para ajudar os menos abastados.

Sempre que ovacionado como santo, milagreiro e redentor respondia “Deus é outra pessoa”. Nunca aceitou o termo “santo” nem tão pouco “milagreiro”, como também nunca negou um conselho a quem o procurava. Usava a sapiência para aconselhar os que tinham menos capacidade de orientação.

Até aquele momento suas andanças e pequenas permanências nos vilarejos eram apoiadas pelos políticos e alguns coronéis que recebiam mão de obra gratuita ou, no máximo, em troca de comida pela recuperação e/ou construção dessas obras. Além disso, na maioria dessas localidades onde havia igrejas e cemitérios que necessitavam de recuperação, não existiam clérigos para atender às comunidades. Então, o conselheiro passou a fazer pregações, batizados e casamentos enviando todo o dinheiro recebido para a igreja, o que deixa claro a sua sempre fiel continência a igreja católica.

Inimigo declarado da república, com um número de seguidores que se multiplicavam a cada dia, os seus conselhos passavam a ser não só religiosos, mas também políticos. Passou, então, a incomodar as classes majoritárias e decidiu fundar um povoado (o de Canudos) para sedentarizar os seus seguidores. Após cinco anos de próspera administração, Canudos foi atacado pelas forças republicanas sendo aniquilado covardemente.

Toda a sequência será vista no decorrer deste trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Quem foi Antônio Vicente Mendes Maciel?

Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio dos Mares, Santo Antônio Aparecido, Santo Conselheiro, Bom Jesus Conselheiro, Senhor do Bonfim, Bom Jesus e, principalmente, Antônio Conselheiro I, líder religioso dos sertões do Nordeste brasileiro do último quartel do século XIX, comerciante fracassado, mestre-escola sem diploma, "advogado dos pobres" não bacharelado, arquiteto e construtor sem formação, beato malvisto pela Igreja, pregador sem púlpito, moralista cristão apaixonado, peregrino errante, administrador autodidata organizador e implementador de um projeto de comunidade autônoma na mais estéril região do semiárido baiano, chefe de um povo que escolheu a morte à submissão a uma ordem social injusta, nasceu em 13 de março de 1830 nas terras da antiga Fazenda Santo Antônio do Boqueirão, que pertenceram ao capitão-mor Antônio Dias Ferreira, localizadas às margens do rio Ibu, na Vila do Campo Maior de Quixeramobim, então Província do Ceará (MARTINS, 1999, p.02).

Nasceu no dia 13 de março de 1830, tendo como pais o comerciante Vicente Mendes Maciel e Maria Joaquina do Nascimento. Fato que se deu na Vila do Campo Maior - Sertão da Província do Ceará, hoje Quixeramobim.

No seu batistério consta que o párvulo Antônio era pardo e bastardo. A bastardia durou pouco, porque, em 1834, sua genitora, Maria Joaquina, em "artículo mortis", contraiu matrimônio com Vicente Mendes Maciel, com quem vivia. Antônio, Francisca e Maria, suas irmãs, se tornaram legitimados por consequente matrimônio. Não foi uma criança pobre, os problemas de sua infância foram outros: orfandade aos quatro anos, mal tratos da madrasta, segunda mulher de Vicente, notícias alarmantes das lutas dos seus parentes pelo lado paterno com as famílias dos Araújo e Veras. A vida do pai também. Negociante conceituado, dono de uma loja de secos e molhados, com cinco portas de frente e uma de fundo, Vicente Maciel foi-se perdendo pela bebida e pelo jogo. Ficava violentíssimo quando estava embriagado. Ao morrer, em 1855, era precária sua situação financeira. Antonio Vicente não teve condições de manter a loja. Seu pai, analfabeto, procurava dar ao primogênito uma boa instrução. Aprendeu a ler, escrever e contar. Sua letra era firme e seu texto claro. Andou estudando latim, enxertando frases da língua de Horácio nos seus longos "conselhos", geralmente baseados na Bíblia sagrada, que conhecia razoavelmente (CALAZANS, 2011, p.01).

Seus pais queriam que Antônio seguisse a carreira sacerdotal, investiram na sua educação e ele foi versado em latim, português e francês. Em 1834 morreu a sua mãe Maria Joaquina, quando Antônio tinha apenas quatro anos de idade. Seu pai se casou novamente e a sua infância passou a ser marcada pelos maus-tratos da madrasta, pelos delírios alcoólicos do pai e pelo extermínio de parentes na luta de sua família (Maciel) contra os Araújo e Veras. "Foi, assim, como enteado, que o pequeno Antônio conheceu a primeira dor, o infortúnio e a malquerência" (MARTINS, 1999, p. 06).

Gostava de ler o "Lunário Perpétuo", "Carlos Magno" e outros livros com narrativas místicas que circulavam naquela região, inclusive alguns proibidos pela inquisição. Demonstrava grande entendimento religioso, frequentava a igreja e era amigo do padre. Tinha especial carinho pelas crianças e idosos, conquistando a admiração do povo de Quixeramobim e arredores.

Quando contava vinte e sete anos, falece-lhe o pai. Requer em juízo o inventário dos seus bens, cujo acervo foi absorvido pelas dívidas. Como caixeiro que é do estabelecimento, assume a sua direção e toma conta das irmãs. Era órfão de mãe desde os seis anos de idade. Em petição do próprio punho requer no inventário e obtém a anuência dos credores para a dilação do pagamento das dívidas, dando-lhes garantia hipotecária (NOGUEIRA, 1978, p.05).

Abalado com os prejuízos sofridos na área da construção civil, o pai de Antônio Vicente se entregou ao alcoolismo e morreu em 1855, deixando viúva a sua madrasta, três

filhas solteiras e Antônio, que se tornou chefe da família, já que sua madrasta também começava a apresentar sinais de loucura. Depois que suas irmãs se casaram, Antônio começou a pensar em constituir sua própria família.

Logo depois da morte da sua madrasta, casou-se com Brasileira Laurentina de Lima, sua belíssima prima de quinze anos de idade, por quem se apaixonou.

Em plena crise financeira, sem aptidão para os negócios e pressionado pelos antigos credores do pai, resolveu liquidar o negócio do armazém, penhorando seus bens e iniciando, em companhia da esposa, filho e sogra, suas primeiras andanças pelo interior da Província.

Com a alienação da casa de moradia e do negócio familiar, o futuro Conselheiro inicia uma fase nômade pelo sertão cearense atuando em diversos ofícios e localidades. Em 1858, exerce a profissão de mestre-escola na Fazenda Tigre, distante cerca de 8 léguas de Quixeramobim. De passagem por Tamboril, no ano seguinte, pede carta de recomendação ao tenente-coronel Joaquim José de Castro e trabalha como caixeiro dos negócios do major Domingos Carlos Sabóia em Campo Grande. Encerrados os negócios daquele comerciante, torna-se advogado provisionado no fórum local, redigindo petições em nome dos reclamantes junto à Justiça e atuando, no dizer de Manoel Benício, como “advogado dos pobres”. Demora-se naquele município, provavelmente, até o ano de 1861. Durante o período em que vivera em Campo Grande com Brasileira nascem-lhe dois filhos sobre os quais não se tem qualquer informação (MARTINS, 1999, p.07-08).

Em 1861 ocorreu um fato marcante para a tomada de decisões de Antônio Maciel: flagrou a sua mulher em traição conjugal com um sargento de polícia em sua própria residência na Vila do Ipu Grande. Não usou de violência, mesmo que fosse prática natural em casos assim no sertão nordestino, apenas retirou-se. Envergonhado, humilhado e abatido, abandonou o Ipu e foi procurar abrigo nos sertões do Cariri, iniciando aí uma vida de peregrinações pelos sertões do Nordeste.

No quinquênio seguinte (1861-1865), Antônio Vicente vive no triângulo, ao norte do Ceará, formado pelos municípios de Ipu, Santa Quitéria e Tamboril, onde volta a atuar como solicitador e requerente, desta feita no fórum de Ipu, e professor na Fazenda Santo Amaro, pertencente ao major José Gonçalves Veras, descendente da família que havia assassinado seus ancestrais... Na sua passagem por Santa Quitéria, onde teria residido durante dois anos, o futuro peregrino se torna amante de Joana Imaginária, santeira mística que lhe daria mais um filho: João Aprígio, possivelmente o quarto e último que o profeta geraria. Abandonando a amante, que não teria querido acompanhá-lo nas suas peregrinações, o nascente beato ruma em direção ao sul da Província e desaparece de seu torrão natal por volta do ano de 1873 (MARTINS, 1999, p.08).

Para Nogueira (1978, p.06), “O certo é que ele precisa ganhar a vida de modo estável. É quando em certa localidade de Pernambuco se propõe erguer os muros e construir o cemitério. Principia agora a segunda fase após aquele doloroso transe. Igual atividade desempenha em outros povoados. Comprovada a sua competência, passa a construir cemitérios, capelas e igrejas, com grande êxito. Lentamente se

vai engrossando o número dos que o auxiliam na construção de cemitérios e igrejas. Acompanham-no de arraial a arraial e de povoação a povoação. Imbui-se de tal forma da nova concepção de vida, que executa aquela engenharia com alto espírito religioso. Sua aparência exemplar é de penitente, notada por todos que o têm na maior consideração. Não alimenta afeições humanas incompatíveis com a sua vida de peregrino, mas é estimado por quantos leem a sinceridade em todos os seus atos. Por tal forma, a sua personalidade desperta a atenção geral que, confiantes, muitas pessoas lhe fazem confidências. Dele se aproximam para pedir-lhe conselho e as suas palavras lhes servem de lenitivo”.

Antônio Mendes Maciel sofreu grande influência do Padre Ibiapina (José Antônio Maria Ibiapina), que, aos 47 anos, iniciou uma obra missionária, percorrendo a região Nordeste em missões evangelizadoras, erguendo inúmeras casas de caridade, igrejas, capelas, cemitérios, cacimbas de água e açudes. Ensinou técnicas agrícolas aos sertanejos, atuação que inspirou no Nordeste o Padre Cícero e Antônio Conselheiro, e defendeu os direitos dos trabalhadores rurais.

A maneira de tratar, evidentemente, fora aprendida com o padre Ibiapina, a quem o Conselheiro parece ter seguido durante algum tempo. No sertão, o famoso sacerdote era conhecido por “meu pai”. O Bom Jesus seguiu a fórmula. Também recebeu outras influências de Ibiapina. Construir igrejas, peregrinar pelos sertões, verberar contra o luxo, dar conselhos, foram algumas, delas. Antonio Conselheiro pregava aos sertanejos, frequentemente. Iniciava seus conselhos, como os sermões dos padres, com sentenças latinas (CALASANS, 2011, p.02).

Nas suas andanças, ao conversar, suas palavras eram suaves, cheias de esperança, e adoçadas pela grande sabedoria que as acompanhava.

Era um “biblado”, declarou um velho sertanejo ao antropólogo Renato Ferraz. Sabendo latim e citando o “livro dos livros”, podia enfrentar os vigários sertanejos. Seus conselhos eram longos; suas conversas “tête-à-tête”, rápidas. Voz baixa, alterada nos anos de sua pregação anti-republicana, quando combatia o novo regime, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a maçonaria, os protestantes. Pessoalmente falava aos seguidores com cordialidade, a todos tratando de irmãos. Por seu turno, deviam chamá-lo “meu pai” (CALASANS, 2011, p.01).

Em 1876, já famoso como “homem santo” e peregrino, Antônio Conselheiro foi preso nos sertões da Bahia, pois corria o boato de que ele teria matado a mãe e a esposa. Foi levado para o Ceará, onde foi verificado que não havia nenhum indício contra a sua pessoa, pois sua mãe morreu quando ele tinha apenas quatro anos de idade. Antônio Conselheiro foi posto em liberdade e retornou à Bahia. Revelou a um amigo (seu colega de aula, o jornalista João Brígido dos Santos) que iria caminhar pelas estradas do sertão recolhendo pedras para reconstruir igrejas e dar alento aos “mal-aventurados”.

QUEM ERAM OS CHAMADOS “MAL-AVENTURADOS”?

- 01- Sertanejos pobres
- 02- Escravos recém-libertos
- 03- Índios expulsos de suas terras
- 04- Vítimas da seca

De novo é notada a presença de Antônio Vicente Mendes Maciel em muitos municípios, já agora acompanhado de numeroso grupo de auxiliares na construção de cemitérios e igrejas. Considerável o número de povoações em que não há sacerdote e de paróquias sem o pároco. Ele dirige as orações que o povo sempre costuma fazer às tardes. E suas prédicas são de grande fruto. Aqui ou ali há oposição por parte de certos sacerdotes e de políticos, principalmente dos padres políticos. Ao contrário da maioria, estes não compreendem o benefício material e espiritual que traz ao povo a ação desse asceta, exemplo de virtude e operosidade. Surgem daí os primeiros conflitos. E na sua raiz não reside apenas a incompreensão de ministério tão benéfico, mas também a inveja, o ciúme e a maldade. É o caso da vila de Itapicuru de Cima, na província da Bahia, registrado até na célebre folhinha Laemmert, do Rio de Janeiro, em 1877. Antônio Vicente Mendes Maciel é preso ali e remetido para a capital. Acusam-no de assassino da mãe e da mulher. Até a cidade do Salvador sofre agressão de policiais e a imprensa açula o povo que o maltrata pelas ruas por onde é conduzido. Remetem-no preso para o Ceará, com ofício do chefe de polícia. Resulta da averiguação que as acusações são fantasiosas: sua mãe morrera quando contava seis anos de idade; sua mulher está viva no Ceará. Dá-se o regresso à Bahia. Continua a percorrer os sertões seguro dos seus atos e amado do povo, do mesmo modo que o fizera em Pernambuco e Sergipe (NOGUEIRA, 1978, p. 07-08).

O contexto histórico que permeou a vida de Antônio Maciel foi marcado por acontecimentos diversos com efeitos marcantes para a vida nacional e com consequentes repercussões nos discursos do “Conselheiro”, assumindo, além de teores religiosos, posições políticas específicas sobre as transformações.

Antônio Vicente Mendes Maciel, historicamente conhecido por Antônio Conselheiro, viveu durante cerca de um quarto de século, de 1874 a 1897, no centro das províncias de Sergipe e Bahia, onde desfrutou de extraordinário prestígio no seio das populações sertanejas. Na longa fase do seu peregrinar sertanejo, acontecimentos diversos abalaram a vida nacional, todos eles sucedidos no litoral dito civilizado, mas com repercussão no interior do país, tivemos a questão religiosa, as leis abolicionistas, a proclamação da República, a separação da Igreja do Estado, o casamento civil, a Constituinte de 91, o golpe de Estado de Deodoro, a luta civil no Rio Grande do Sul, a Revolta da Armada, a inflação. Lógico que tais acontecimentos haveriam de repercutir nos sertões nordestinos apesar da separação e mentalidade existente (CALASANS, 2011, p.01).

Antônio Conselheiro reagiu contra as principais mudanças de sua época. Repudiou a república, o casamento civil, a maçonaria, o protestantismo, mas, defendeu fortemente a

abolição do cativeiro. Daí o grande número de ex-escravos que o seguiam, tornando-se assim a maior voz a ecoar com credibilidade nos sertões nordestinos e consagrando-se uma expressão da liberdade e da possibilidade de acolhimento sem acepções de pessoas, fator diferencial para o aumento dos seus seguidores tão mal-aventurados e sem esperanças.

Ora, nesta fase, na década de 90, o poder maior era do Bom Jesus Conselheiro, cuja palavra, cujos conselhos os sertanejos ouviam religiosamente. Os próprios padres, na região delimitada pelos rios Vaza-Barris e Itapicuru, sobretudo, tinham amargas queixas da liderança que o peregrino cearense exercia sobre as populações consideradas católicas. O Santo Conselheiro, que foi no início de suas pregações apegado apenas aos princípios religiosos, aos textos bíblicos, tornou-se, com o correr dos tempos, um conselheiro a respeito de aspectos sociais e políticos da vida brasileira. Tornou-se um inimigo declarado e atuante dos maçons, dos protestantes e dos republicanos. Resolveu não aceitar, de forma alguma, a República, obra do demônio, que por si mesma estava definida: re-pública. (CALASANS, 2011, p.02).

Ao tomar posições sobre a organização social e política vigente, Antônio passou a preocupar não somente os setores politizados da igreja como também a ser questionado pelas forças dominantes locais e das grandes metrópoles, entre elas os coronéis que passaram a sofrer com a falta de mão de obra barata e os que encontraram no seu verbo uma ameaça à conservação da república recém-formada.

Antonio Maciel também reza com o povo e faz-lhe prédicas. Mas, as orações têm a sua hora e as prédicas o seu dia. Trabalho, todos os dias. Não faz milagres nem os seus entusiastas admiradores lhe atribuem a prática de qualquer milagre. Não usurpa funções sacerdotais, nem de médicos, nem de farmacêuticos. Não é curandeiro. Não lhe chamam Bom Jesus. Não se inculca enviado de Deus. Não é profeta. Apenas prega a doutrina dos evangelhos e a da tradição da igreja católica romana. é pregador leigo como muitos outros da história da Igreja e como hoje é até recomendado pela Igreja. Colocando-se ao lado do povo pobre e necessitado, espoliado e oprimido, Antônio Conselheiro levanta contra si certas autoridades CIVIS e religiosas. Na linguagem de Euclides da Cunha, “eclipsando autoridades locais, o penitente errante e humilde monopolizava o mando” (NOGUEIRA, 1978, p.08-09).

Passou a ser notícia frequente nos principais jornais da época não só em Salvador, mas também no Rio de Janeiro e em São Paulo. A imprensa tentou descaracterizá-lo sempre fazendo referências pejorativas ao próprio Conselheiro ou ao seu suposto projeto de vida e aos seus seguidores, desde os clérigos sem nenhum preparo a renomados jornalistas da época como Euclides da Cunha.

Para Euclides, o beato de Canudos condensava, em seu fanatismo religioso, tanto os erros mais tenebrosos de nosso passado colonial (em especial a atuação da

Igreja), quanto um passado pessoal violento e complexo, vinculado mais especificamente ao período regencial (DROBORUKA, 1997, p.52).

Passou a ser perseguido pela igreja que tentou, sem sucesso, interná-lo como louco, mesmo sem usurpar as funções sacerdotais.

Recebendo queixas de diversos padres, o arcebispo primaz da Bahia, d. Luís Antônio dos Santos, aos 16 de fevereiro de 1882, expede circular ao clero para que não tolere as prédicas do Conselheiro e evite a sua ação entre o povo. Das autoridades civis, principalmente o delegado de polícia de Itapicuru, em 1886, dirige longo ofício ao presidente da província. No ano seguinte, 1887, de novo o arcebispo da Bahia pede providências ao presidente... Como ninguém lhe apontasse a prática de fatos criminosos, o presidente da província toma a iniciativa de oficiar ao ministro do império, solicitando-lhe a internação de Antônio Vicente Mendes Maciel no hospício de alienados do Rio de Janeiro. Mas o ministro não serviu de instrumento à perseguição e responde-lhe apenas que não há vaga (NOGUEIRA, 1978, p.09).

De acordo com Nogueira (1978, p.09-10) em 1893, cansado de tanto peregrinar pelos sertões, Conselheiro decidiu se fixar à margem norte do Rio Vaza-Barris, num pequeno arraial chamado Canudos. Nascia ali uma experiência extraordinária. Em Belo Monte (como a rebatizou Antônio Conselheiro, apesar de encontrar-se num vale cercado de colinas), os desabrigados do sertão e as vítimas da seca eram recebidos de braços abertos pelo peregrino. Era uma comunidade onde todos tinham acesso à terra e ao trabalho sem sofrer as agruras dos capatazes das fazendas tradicionais. Um “lugar santo”, segundo os seus adeptos.

O número de seguidores era crescente, não só de trabalhadores, mas de famílias inteiras. Fundou, então, uma cidade e escolheu para isso o vale do Rio Vaza-Barris, ocupando uma fazenda há bastante tempo abandonada, o Arraial de Canudos, que passou a denominar de Belo Monte.

Após a proclamação da república, desgostoso, pois era monarquista, o Conselheiro prefere recolher-se a local tranquilo em que lograsse a paz, atendendo também a que já é bem numeroso o grupo de pessoas que o acompanham na construção de cemitérios e igrejas. Não só os trabalhadores, como as suas famílias. Escolhe para isto Canudos, antiga fazenda de criação, às margens do rio Vaza-Barris, abandonada completamente, sem viva alma. Além da sede, havia umas poucas casas. Não busca a encosta, onde está a casa "grande" em ruínas; nem o píncaro a “cavaleiro dos assaltos”. Não cogita de futura defesa. Procura o sítio para trabalho. A preferência é pelo vale do rio. O Vaza-Barris tem ali cem metros de largura. No estio, quando o leito é seco, há facilidade para as cacimbas. Isto foi em 1893. Instala ali o seu povo, centenas de pessoas. Constroem as suas casas, simples, de pau-a-pique, mas com as dependências necessárias. Habitações iguais às de todo o sertão da província. Gente pobre. Providenciam os serviços indispensáveis à vida comum. E, sem tardança, se põem a lavrar a terra e plantar cereais. Limpam os pastos e criam gado cavalariço, vacum e caprino. Trabalham sossegados, sem a perseguição do fisco, de soldados, de autoridades estranhas. A seu lado, entre os

seus, o Conselheiro conta com excelentes auxiliares para a administração, não só homens devotados, mas inteligentes e práticos (NOGUEIRA, 1978, p.09-10).

A prosperidade, a multiplicidade do acolhimento, da riqueza cultural, política, social, econômica e militar de Belo Monte atraíram gente de todo o Nordeste. Todos os dias chegavam novas famílias de diversas localidades.

Quanto a Canudos, em contraste com os grandes centros urbanos, ela era dirigida por um líder messiânico, Antônio, e a moral e os bons costumes dentro da cidade eram assegurados pelo Chefe da Guarda Católica, o cangaceiro arrependido João Abade. Isso, por si só, já se constitui como relevante diferencial em oposição à vida do sertanejo convencional, que vivia sob constante medo e ameaça de tudo perder, ter seus bens expropriados pelo chefe local, o conhecido coronel, ou pelos bandos de cangaceiros sanguinários que aterrorizavam o Nordeste de então. E a vida não era só boa por isso. Produzindo localmente o que a terra era capaz de oferecer, Canudos era regida por um protocommunismo, ainda que sem nenhum embasamento teórico, sendo assegurado a todos o mínimo essencial para viver, uma casa para morar (que era construída pela família que se juntava em Canudos, com o apoio dos já residentes) e alimentos para consumir (produzidos por todos e repartidos de acordo com a necessidade). Moradores doentes eram amparados por curandeiros locais e pela reza do Conselheiro e dos beatos e beatas que o acompanhavam, que, no caso de não poder dar amparo físico, fortaleciam a moral do morador e do povoado (MOTTA, 2017, p.09).

Os grandes fazendeiros e o clero sentiam que seu poder estava sendo ameaçado, e começaram a se articular em busca de uma “solução” para o problema. Os jornais, através de seus correspondentes do interior, passaram a rotulá-lo como elemento de desordem, sujeito perigoso e cruel, exigindo medidas de força urgente por parte do governo.

O apelo dos correspondentes interioranos registra em suas formulações a ativação de uma memória discursiva acerca de Antonio Conselheiro e seus seguidores. Numa série de artigos enviados ao Diário de Notícias pelo correspondente localizado em Monte Santo verifica-se o empenho em difundir um discurso anticonselheirista, rotulando o peregrino como “fanático”, “subversivo”, “monarquista”, “pernicioso” e “cruel”, e exigindo urgência do governo no emprego da força. As expressões destacadas são incisivas na caracterização de Antonio Conselheiro como perigo para a ordem estabelecida. O texto retoma a atribuição de fanatismo e reconhece a celebridade do Conselheiro, visível na “grande massa popular” que o acompanha. A notícia acrescenta elementos que propagam o medo. Nesse sentido, as expressões “terror das autoridades”, “indivíduo perigoso”, “elemento de desordem” contribuem para assinalar o peregrino como um criminoso. O correspondente indica que “desde o tempo do império” a conduta do Conselheiro já era considerada perniciosa pelas autoridades e acusa o peregrino de liderar uma “cruzada contra o pagamento de impostos” (NOVAIS FILHO, 2012, p.64-65).

A compra de madeira para a construção de uma capela feita com pagamento antecipado a comerciantes do Juazeiro que não entregaram a mercadoria, foi o estopim para dar início a “Guerra de Canudos”. Foram quatro ataques das forças governamentais que

tentaram dizimar “Canudos”. As forças governistas perderam três, mas venceram, de forma desonrosa e brutal, o quarto, como explicou José Calasans (2011), em artigo especial para a Folha.

1896 – Antonio Conselheiro, por intermédio de Joaquim Macambira, contrata a aquisição de madeira para capela em construção, com comerciantes juazeirenses que retardaram a entrega de parte da encomenda, previamente paga. Espalhou-se em Juazeiro, que os jagunços iriam buscar o material. Temeu-se a invasão da cidade. O juiz de direito, Dr. Arlindo Leoni, transmitiu ao governador Luís Viana a notícia da ameaça. Para garantia do povo de Juazeiro seguiu uma tropa de linha, comandada pelo tenente Pires Ferreira. O oficial resolveu marchar contra Canudos e foi surpreendido, no povoado de Uauá, a 21 de novembro pela jagunçada, que ele conseguiu pôr em retirada, mas ficou sem recursos para continuar no local. Estava iniciada a Guerra de Canudos. [...] Organizada a Segunda Expedição contra Canudos, sob o comando do major Febrônio de Brito. Surgem desinteligências entre o governador do Estado, Luís Viana, e o comandante do Distrito Militar, general Solon Ribeiro, que é afastado da chefia do Distrito. [...] 1897 – A expedição Febrônio de Brito atravessa a serra do Cambaio, aproximando-se do arraial conselheirista. No lugar conhecido por Taboleirinhos de Canudos, depois Lagoa do Sangue, a tropa sofreu violento ataque dos jagunços e precisou recuar. Segundo insucesso do governo federal. [...] A opinião pública nacional fica alarmada. Consta que Canudos é um reduto monarquista ligado aos partidários da restauração monárquica em São Paulo e Rio. Encontra-se num republicano enérgico e destemido a espada vingadora. O Coronel Antonio Moreira César é nomeado comandante da Terceira expedição, formada por mais de 1.200 homens, de todas as armas. A espetacular expedição foi desbaratada em março, morrendo seu famoso chefe. No Rio e em São Paulo grupos jacobinos reagiram violentamente atacando jornais e partidários da restauração. [...] Organiza-se a Quarta Expedição chefiada por um general da brigada, Artur Oscar de Andrade Guimarães, fervoroso republicano, que tem sob seu comando dois generais, vários coronéis. A expedição é dividida em duas colunas, partindo uma de Monte Santo e a outra de Aracaju na direção do Belo Monte, que resistiu durante alguns meses causando grandes perdas aos militares. Os ataques iniciados em junho somente em outubro dariam a vitória às armas republicanas. O Conselheiro morreu a 22 de setembro, o povoado foi dominado a 5 de outubro. O cadáver de Antonio Conselheiro, sepultado na casa em que morava, foi encontrado a 6 do referido mês. Sua cabeça veio para Salvador e foi estudado por um mestre da Medicina Legal, Nina Rodrigues. Conclusão: cérebro normal. [...] No fim da guerra uma chacina. Degolamentos em grande número. A opinião nacional que aprovara a luta com os supostos monarquistas condenou a mortandade dos sertanejos (CALASANS, 2011, p.04).

No dia 22 de setembro de 1897, morreu Antônio Conselheiro, um homem de paz, morto pela guerra. Não se sabe ao certo qual foi a causa da sua morte. As razões mais citadas foram ferimentos causados por uma granada, e uma forte “caminheira” (disenteria). No dia 5 de outubro de 1897, foram mortos os últimos defensores de Canudos, e o exército iniciou a contagem das casas do arraial. Calcula-se que entre vinte e cinco e trinta mil pessoas já habitavam Belo Monte. A administração comunitária garantia habitação, alimentação e alento espiritual para todos.

A destruição de Canudos é hoje considerada o maior e mais cruel erro da história nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antônio Vicente Mendes Maciel, embora tendo uma infância marcada pela dor, pelo infortúnio e pela malquerença, sempre procurou alento nas leituras da Bíblia Sagrada. Era amigo da igreja e já gostava de idosos e crianças. Recebeu instrução, não foi “um inteligente porém sem cultura” como afirmou a crítica da época.

Constituiu família e foi traído pela esposa, que fugiu com o filho. Como autodidata exerceu diversas profissões procurando estabilidade financeira, mas influenciado pelas ideias e ações do Padre Ibiapina, resolveu sair pelos sertões recuperando ou construindo igrejas e cemitérios. Com grande inteligência e cultura adquirida nos estudos e leituras, passou a aconselhar aqueles que o procuravam, sem distinção de cor, raça ou situação financeira. Isto foi fator primordial para a sua grande popularidade e credibilidade sempre crescentes.

Com a mudança de regime do governo, passando de império para república, polarizou-se o país. No litoral, já estabilizado o reconhecimento republicano, e nos sertões, focos de resistência imperialista. Os relatos recebidos dos aconselhados fizeram com que Conselheiro atribuísse à república todos os males causados à população de baixa renda que o procurava para seguir.

Ao fundar Belo Monte, criou não apenas mais uma cidade, mas um reduto de esperança para todos os desafortunados e mal-aventurados, vítimas do desmando dos poderosos políticos e coronéis. A administração comunitária exercida por Conselheiro e seus colaboradores, assegurando a todos o mínimo essencial para viver, passou a incomodar também o comércio vizinho, despertando mais que inveja.

A imprensa brasileira, não só a local através de seus correspondentes, a pedido de autoridades e de coronéis que já se achavam prejudicados com a escassez de mão obra barata por eles exploradas, tentaram descaracterizar Conselheiro, definindo-o como sujeito perigoso, fanático, pernicioso, monarquista e cruel. Exigindo do governo medidas imediatas, armaram o cerco para a implosão de Belo Monte.

Embora destruída, Canudos hoje está mais viva que antes. A sua verdadeira história sendo recuperada a cada novo trabalho científico publicado sobre o tema (longe de ser

esgotado, mesmo após mais de um século). Essas diversas obras abrilhantaram ainda mais a figura do Conselheiro e o seu reconhecimento como o grande herói do sertão nordestino, exemplo de vida e dedicação ao próximo.

REFERÊNCIAS

CALASANS, Jose. **A vida de Antonio Vicente Mendes Maciel 1830-1897**. Artigo especial para a Folha. 2011. Disponível em: <http://www.josecalasans.com/downloads/artigos/44.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2020.

CALASANS, Jose. **Antonio Conselheiro e os escravos**. Artigo especial para a Folha. 2011. Disponível em: <http://www.josecalasans.com/downloads/artigos/37.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2020.

CALASANS, Jose. **Notícias de Antonio Conselheiro**. Artigo especial para a Folha. 2011. Disponível em: <http://www.josecalasans.com/downloads/artigos/18.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2020.

CALASANS, Jose. **O bom Jesus do sertão**. Artigo especial para a Folha. 2011. Disponível em: <http://www.josecalasans.com/downloads/artigos/65.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2020.

DROBORUKA, Vicente. **Antônio Conselheiro, profeta do sertão?** Artigo do Seminário Nacional de Revisão Historiográfica do Centenário de Canudos. “O sertão vai virar praia”, 1997.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. **A reinvenção do sertão: organização social e poder na comunidade do Belo Monte (Canudos, 1893-1897)**. São Paulo: EAESPFGV, 1999.

MOTTA, Rodrigo Guimarães. **Antônio Conselheiro e João Abade: a teoria do estado e canudos**. Artigo apresentado no XXXI CONGRESSO ALAS URUGUAY 2017. Montivideu, 8-10, diciembre, 2017.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. **Antonio Conselheiro e Canudos: revisão histórica**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

NOVAIS FILHO, Joaquim Antônio de. De “inteligente, mas sem cultura” a “indivíduo perigoso”: Antônio Conselheiro na imprensa soteropolitana (1876-1893). **Revista RBBA**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 2, p. 55-70, dez., 2012.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. **“Antônio Conselheiro por ele mesmo”, segundo Pedro Lima Vasconcellos**. É Realizações. 2018. Disponível em: <https://www.erealizacoes.com.br/blog/antonio-conselheiro-por-ele-mesmo/>. Acesso em: 26 mai. 2020.

CAPÍTULO 7

DOM HÉLDER CÂMARA: fé e justiça na luta pelos pobres

*Legy Pedro Freires²⁰
Josiene Galdino da Silva²¹*

INTRODUÇÃO

A trajetória do religioso sábio, engajado em causas sociais e defensor dos direitos humanos, foi permeada de injustiças, perseguições e grandes obras. Hélder Câmara é uma figura que apesar de ter vivido no século passado continua muito atual, seus ensinamentos estão repletos de questões sociais que até hoje são problemas na sociedade como a fome, a miséria, o preconceito, a exclusão das minorias, entre outros.

Não se pode negar, nem esquecer, os inúmeros feitos que Hélder Câmara conseguiu no decorrer da sua vida, inúmeras obras sociais foram erguidas graças as suas palavras influenciadoras junto a grandes nomes da política e do ramo empresarial. Não se sabe como alguém que veio do Nordeste conseguiu tamanho feito e deixou sua marca na história mesmo sendo apenas mais um padre católico em meio a tantos outros. O diferencial de Hélder Câmara estava nos seus atos, no seu engajamento para ajudar os pobres que o seguiam e apoiavam, sabendo que suas palavras o tirariam de uma situação precária de vida.

Neste presente trabalho veremos a biografia do arcebispo, o que ele deixou como legado e os seus ensinamentos, as palavras que moveram barreiras internacionais e a luta contra o regime militar no Brasil. Ele alimentou e vestiu os necessitados, colocou um teto sobre as cabeças de inúmeros e introduziu na sociedade os excluídos.

Muitos teóricos estudaram Hélder Câmara, seja enquanto estava vivo, seja depois da sua morte, analisando as diversas obras deixadas por ele e seus escritos soltos que ainda não puderam ser computados. Ainda há muito para pesquisar e descobrir sobre ele, mas o acervo atual de trabalhos é o suficiente para mostrar um panorama da sua vida.

²⁰UFPB. Email: legypedro@gmail.com

²¹UFPB. Email: josiene-12@hotmail.com

Para uma melhor compreensão da sua história, dividiu-se a análise desta pesquisa em seções que descrevem: seu nascimento, sua trajetória na igreja, os inúmeros movimentos católicos dos quais ele fez parte, sua personalidade, sua ida ao Rio de Janeiro (na antiga capital do país construiu a Cruzada São Sebastião e o Banco da Providência que perpetuam até hoje), sua luta contra a ditadura, as perseguições que sofreu e o silêncio imposto em sua volta para Recife. Além das lutas, houve o reconhecimento pelo seu trabalho, diversos prêmios fizeram e fazem parte da sua história, títulos e obras literárias também estão presentes para serem listados. O falecimento de Hélder Câmara representou apenas a partida do seu corpo físico, mas os seus feitos não se apagarão.

NASCIMENTO

De acordo com sua biografia, Hélder Pessoa Câmara nasceu no dia 07 de fevereiro de 1909 em Fortaleza, Ceará. Foi o décimo primeiro filho de uma família numerosa, cujos pais se chamavam Adelaide Rodrigues Pessoa Câmara e Eduardo Torres Câmara. Seu pai era guarda-livros e sua mãe era professora primária. A família de Hélder Câmara era de classe média baixa, porém culta e bem relacionada, mantendo contato com pessoas de todas as classes sociais.

IGREJA

Aos 14 anos, Hélder Câmara foi para o Seminário Diocesano (Prainha) em Fortaleza, onde estudou para o sacerdócio. Aos 22 anos, em 15 de agosto de 1931, foi ordenado padre, necessitando de uma autorização especial da Santa Sé, pois era preciso ter a idade permitida de 24 anos para exercer o sacerdócio.

Segundo Rocha (2009), Hélder Câmara aprendeu com os padres lazaristas o significado do seu nome: sem nuvens, límpido, sem complicações, e era assim que ele queria ser. Foi com esses pensamentos que ele construiu a sua igreja, procurando sempre resolver os problemas da população injustiçada e estando acessível àqueles que precisavam dele. Durante a sua ordenação como padre, fundou alguns movimentos que foram por ele fortalecidos.

MOVIMENTOS

Foram inúmeros os movimentos que Hélder Câmara fez parte e apoiou, fortalecendo os grupos, tais como os Círculos Operários, a Liga dos Professores Católicos do Ceará e a Sindicalização Operária Católica Feminina. Hélder também se envolveu com o Integralismo que foi um movimento político católico de extrema-direita, mas percebeu “que o mundo não se divide verdadeiramente em direita e esquerda e sim entre o mundo dos mais ricos e o mundo da imensa multidão de pobres” (BARROS, 2006, p. 51 *apud* ROCHA, 2009, p. 4).

ASPECTOS DA SUA PERSONALIDADE

Em se tratando de como Hélder Câmara se apresentava como humano, pessoa da sociedade e indivíduo, muitos o descrevem como um poeta, um artista, que via o mundo de uma perspectiva diferente. Ele enxergava a realidade do povo, sendo consciente daquilo que alguns tentavam mascarar.

A humildade prevalecia em sua formação como humano, tratando a todos com igual gentileza sem distinção de classe ou cor. Rocha (2009, p. 4) fala a respeito dos sinais de sua humildade, destacando que Dom Hélder era visto almoçando quase todos os dias em um boteco, perto do Palácio dos Mangueiros, onde lhe era servida a comida em “prato feito”.

Assim como sua família, Hélder Câmara era uma pessoa que tinha boas relações. Mostrava que havia nascido para ser um líder, tanto religioso quanto popular, pois era um homem prático e organizado quanto às suas obras, mas sem deixar de lado seus aspectos bondosos e seu lado místico religioso.

Uma das primeiras coisas que descobri em Dom Hélder foi a veracidade e o forte cultivo de sua vida pessoal (...). Por trás daquele gosto pelos microfones e câmeras de TV, podíamos sempre apreciar um homem profundamente humilde. Gostava de se comparar com o burrinho que carregava Jesus na entrada de Jerusalém (BARROS, 2006, p. 9 *apud* ROCHA, 2009, p. 4).

O padre Marcelo Barros reforça em seu livro “Dom Hélder Câmara – Profeta para os nossos dias” essa visão de homem simples, frágil e sensível que o religioso transmitia na mídia e em suas pregações.

RIO DE JANEIRO

Mesmo com poucos dias de sacerdócio, Dom Hélder partiu para o Rio de Janeiro, pois estava sofrendo perseguições por calúnias e acabava de perder a mãe. Marques (2004) diz que o padre Hélder estava desiludido com a política e o poder.

Além disso, segundo Rocha (2009, p. 6), Dom Helder participou de várias atividades importantes, tais como,

organizador e secretário geral do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional (1955); atuou ativamente na preparação da I Conferência Geral do Episcopado Latino Americano que se realizou no Rio de Janeiro (1955); fundador da Cruzada São Sebastião (1956); fundador do Banco da Providência (1959).

De acordo com Rocha (2009), no Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, ele passou 28 anos em missão, rendendo bons resultados. Entre as obras mais famosas estão a Cruzada São Sebastião e o Banco da Providência que foram idealizadas e construídas na década de 1950.

Cruzada São Sebastião

Durante o Congresso Eucarístico Internacional, um cardeal francês amigo de Dom Hélder fez um comentário que mexeu com os sentimentos dele:

Permita-me que lhe fale como um irmão através do sacerdócio, um irmão no episcopado, um irmão em Cristo: por que, meu irmão Hélder, você não põe todo esse talento organizador que Deus lhe deu a serviço dos pobres? Você sabe que o Rio de Janeiro é uma das cidades mais belas do mundo. Mas é ao mesmo tempo uma das mais pavorosas, porque todas essas favelas, como vocês chamam, são um insulto ao Criador neste quadro de beleza (CASTRO, 2002, p. 121).

Vendo que não havia mentiras nas palavras do seu amigo, Hélder Câmara decidiu que faria o que estivesse ao seu alcance para desfazer as favelas do Rio de Janeiro e para dar melhores lares e condições de vida dignas a todas aquelas pessoas.

Começou então um grande projeto de urbanização, cujo nome foi dado em homenagem ao padroeiro da cidade que se chama bairro de São Sebastião. A favela da Praia do Pinto foi a primeira a ser beneficiada pelo projeto.

De acordo Guimarães (2017), com a ajuda de Getúlio Vargas, antes do seu suicídio, e depois com a ajuda do presidente que o sucedeu, Café Filho, Dom Hélder foi usando de sua

influência e boas relações para convocar mãos de obra ativas e passivas. As Forças Armadas doaram o terreno para erguer um conjunto residencial de dez prédios que abrigaria as famílias, a Marinha doou lotes de terra para vender e usar a verba para a construção, e ainda quatro grandes construtoras entraram na empreitada cobrando valores simbólicos.

O local escolhido para o projeto foi o Leblon, um bairro nobre da cidade do Rio de Janeiro. A obra foi iniciada em janeiro de 1956, o primeiro prédio residencial ficou pronto após doze meses, e a duração da obra totalizou seis anos. Estima-se que quatro mil pessoas vivam atualmente nos prédios que totalizam 986 apartamentos, resistindo ao tempo e ao preconceito de classe.

Mesmo não conseguindo urbanizar todas as favelas do Rio de Janeiro, Hélder Câmara proporcionou para algumas delas redes de água e esgoto, escadarias e energia elétrica.

Banco da Providência

Continuando em sua caminhada para ajudar aos mais necessitados, Hélder Câmara criou o Banco da Providência que se tornou a primeira experiência de um banco popular no Brasil. Hélder Câmara era muito procurado por pessoas que buscavam ajuda, por isso decidiu que precisava de uma solução mais eficaz que pudesse atender a um número maior de pessoas.

Essa entidade iria centralizar a obtenção de donativos e recursos dos ricos para distribuí-los, de maneira organizada, aos mais necessitados e às entidades filantrópicas. A intenção era oferecer, aos marginalizados, os bens e serviços que sobravam entre os ricos (CONDINI, 2004, p. 21).

O slogan desse projeto era “Ninguém é tão pobre que não tenha o que oferecer. Ninguém é tão rico que não precise de ajuda”. Assim, foram colocados em toda a cidade do Rio de Janeiro postos de arrecadação de donativos, além dos contatos e parcerias que Dom Hélder tinha com os setores do empresariado da cidade. A imprensa também teve um papel importante nesse quesito, pois ajudou a divulgar a obra de forma massiva.

Com isso, o Banco da Providência tornou-se uma organização social sem fins lucrativos, funcionando há 60 anos na cidade do Rio de Janeiro, e que tenta reduzir a desigualdade social.

Atualmente, segundo Fernandes (2017) O programa “família” de tantos cariocas e turistas é um dos principais financiadores do Banco da Providência, que, em 56 anos de atuação, já atendeu mais de 600 mil pessoas. Hoje, são cerca de 4 mil pessoas por ano, muitas delas em situação de pobreza extrema. Portanto, é um dos programas que Dom Helder Câmara fez parte para combater as desigualdades sociais.

Feira da Providência

Para sistematizar a funcionalidade do Banco da Providência foi preciso criar um evento para coletar donativos e recursos em dinheiro. Como Hélder Câmara era uma pessoa muito bem relacionada, seus bazares, feiras e festas tomavam grandes proporções com a presença de figuras da alta sociedade, como as Forças Armadas, os banqueiros e vários artistas e intelectuais.

Com a grande repercussão das feiras, que geravam grandes expectativas, o evento acabou se tornando uma data anual fortemente aguardada, denominado de Feira da Providência. Tudo o que era arrecadado na feira ia direto para o Banco da Providência, que se mantinha ativo o ano todo.

RECIFE

Em 1964, após o início do golpe militar do dia 31 de março, Hélder Câmara assumiu o posto de novo arcebispo de Recife e Olinda. Como o momento era delicado e o futuro incerto, o bispo manteve um aspecto de neutralidade até o seu discurso de posse.

Havia um atrito constante entre Dom Hélder e os militares do novo governo devido às declarações do bispo abertamente a favor dos pobres e injustiçados.

(...) ninguém se espante me vendo com criaturas tidas como envolventes, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, anti-reformistas ou reformistas, anti-revolucionárias ou revolucionárias, tidas como de boa fé ou de má fé (CIRANO, 1983, p. 10).

Assim, iniciou-se uma série de perseguições, e a censura em suas atividades foi tomando grandes proporções. As entrevistas, depoimentos e os próprios discursos do bispo

foram revisados para intimidá-lo. Porém, Dom Hélder não se deixou abalar e continuou sua luta em defesa daqueles que dele precisavam.

Operação Esperança

Segundo Silva (2020, p. 13) o movimento “Operação Esperança” se firmava, cujo mentor foi o próprio arcebispo, e que depois foi transformado em uma entidade. Ainda mais tarde foi criada a instituição Obras de Frei Francisco. A preocupação era atender as necessidades básicas e formar mão de obra com vistas ao exercício do direito ao trabalho digno, isto é, não ser assistencialista nas propostas e ações, mas desenvolver a pessoa no sentido de sua autonomia.

Em 1965 uma enorme tragédia abateu-se sobre a grande Recife, uma inundação que deixou centenas de pessoas desabrigadas. Hélder Câmara organizou uma campanha para recolher mantimentos. Essa arrecadação se deu com a ajuda de vários setores que ouviam as palavras do bispo, tais como os militares, partidos políticos, maçonaria, paróquias e escolas católicas, assim como o próprio governo. Hélder Câmara conseguiu juntar pessoas e grupos muito distintos em prol daqueles que mais necessitavam de ajuda (SILVA, 2020).

Depois do sucesso da organização, o arcebispo de Olinda e Recife decidiu continuar com essa ação, reunindo o público e o privado, dois poderes divergentes, para proporcionar moradia justa às pessoas carentes. Assim surgiu a Operação Esperança, tornando-se uma entidade registrada em cartório com diretoria e estatuto, um símbolo de esperança em meio à realidade difícil encontrada nas zonas urbanas e rurais.

No documentário “Dom Hélder: o Dom da Paz”, dirigido por Barbalho (1996, *apud* CONDINI, 2004, p. 28) o arcebispo fala: “Ela não pode deixar de ser esperança pro povo que está sofrendo, né? Esperança pra essas crianças. Aí você não quer que essas crianças encontrem um mundo tão injusto como vocês encontraram”.

DITADURA

Como foi exposto nas mais diferentes mídias, Dom Hélder Câmara lutou pelos pobres, pela democracia e pela liberdade de expressão. Era um forte defensor e protetor dos direitos humanos e o conjunto dessas lutas acabou por irritar os militares no poder.

Durante muito tempo após o golpe militar, o arcebispo se recusou a participar de qualquer evento que precisasse escolher um lado. Diziam que Hélder Câmara era comunista e todos aqueles que se aliavam a ele também faziam parte de movimentos comunistas.

Em seu livro “Os Caminhos de Dom Hélder”, Cirano (1983, p. 11) diz que a imprensa e os intelectuais culpavam o arcebispo por todas as coisas ruins que aconteciam para manchar sua reputação, a partir de declarações como: “Antes, o bairro era tranquilo, calmo. Mas, depois que Dom Hélder Câmara nomeou um padre comunista para a paróquia, acontecem assaltos e assassinatos frequentemente”.

Mesmo com parte da imprensa difamando o seu nome, Hélder Câmara continuou a utilizar os meios de comunicação em massa para denunciar as injustiças que eram cometidas, o que representou a gota d’água para os militares que prepararam um ofício ordenando o silenciamento de Dom Hélder Câmara em todas as formas de comunicação, rádios, televisão e jornais.

[...] no início de setembro de 1970 uma ordem oficial começa a chegar às redações dos órgãos de imprensa de todo país, enviada pela Polícia Militar Federal, com uma mensagem clara: De ordem do sr. Ministro da Justiça (Alfredo Buzaid), ficam proibidas quaisquer manifestações na imprensa falada, escrita e televisionada contra ou a favor de Dom Hélder Câmara (PILETTI, PRAXEDES, 1997 *apud* CONDINI, 2004, p. 43).

Em uma declaração sobre o ofício e a ordem de silenciamento, Dom Hélder Câmara falou: “Decretaram que eu não mais existia” (DOM HELDER CÂMARA, 1970). Porém, após sete anos de censura em torno do seu nome, Dom Hélder Câmara voltou aos noticiários quando o Jornal do Brasil decidiu quebrar a lei do silêncio, fazendo uma entrevista com o arcebispo. Durante a entrevista com a jornalista Divane Carvalho, ele falou sobre a sua trajetória, o pós-64, a igreja, suas inúmeras viagens, como foi o passar dos anos durante a censura e também sobre os casos de tortura cometidos pelo regime militar.

Dom Hélder passou a dar entrevistas para os principais jornais, revistas e emissoras de televisão do país. Tinha muito a dizer a respeito dos novos rumos do Brasil e do mundo, como também acalentar a sociedade brasileira com suas mensagens de esperança (CONDINI, 2004, p. 46).

PRÊMIOS E TÍTULOS

Durante a sua trajetória, o arcebispo de Olinda e Recife recebeu inúmeros prêmios por sua luta a favor dos pobres e oprimidos. Tais premiações não ocorreram apenas no Brasil, pois a repercussão das obras do arcebispo foi mundial.

Pela sua defesa aos direitos humanos, Dom Hélder Câmara recebeu o Prêmio Martin Luther King, no ano de 1970, em Atlanta nos Estados Unidos. Ele ganhou também o Prêmio da Paz com o título “O Homem do Terceiro Mundo”, na Itália, também em 1970. Recebeu ainda o Prêmio Popular da Paz, na Noruega, em 1974. Outro exemplo dos inúmeros prêmios que ganhou foi o Prêmio de Melhor Escritor por suas obras sobre os problemas do Terceiro Mundo, na Itália, em 1974 (MACHADO, 2009).

Recebeu também diversos prêmios nacionais, entre eles: o Prêmio Mahatma Gandhi em São Paulo; o Prêmio Nutrição – Troféu Nelson Chaves em Recife, no ano de 1988; o Prêmio Heleno Fragoso em Curitiba, em 1992; e o Prêmio UNIPAZ em Brasília, no ano de 1997.

Por sua luta constante contra as diversas formas de violência, criação de projetos sociais e suas palavras tanto escritas quanto faladas que transformaram a vida de muitas pessoas ao redor do mundo, Hélder Câmara foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz por três vezes. A primeira vez foi no ano de 1970, no ano seguinte, em 1971, houve outra indicação, e em 1973 foi a terceira. Mas ele não conseguiu a premiação em nenhum dos anos por causa da pressão dos militares em torno do seu nome.

Assim como os prêmios, Dom Hélder Câmara recebeu diversos títulos em sua vida. Os mais notórios foram os de *Doctor Honoris Causa* em diversas universidades estrangeiras e nacionais.

No Brasil, o arcebispo recebeu o seu primeiro título no ano de 1982 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que lhe concedeu o título de *Doctor Honoris Causa* em Direitos Humanos.

PRINCIPAIS OBRAS

Hélder Câmara foi um homem de muita fé e sabedoria, e, como escritor, soube transmitir sentimentos, informações, apelos e meditações para seus leitores. As obras do arcebispo merecem destaque pela diversidade dos temas dos seus inúmeros escritos. Os seus

livros mais importantes são: O deserto é fértil, Indagações sobre uma vida melhor e Mil razões para viver (CONDINI, 2019).

Em “O deserto é fértil”, publicado em 1976 pela editora Civilização Brasileira, Dom Hélder Câmara fala sobre as minorias abraâmicas, que são grupos de pessoas que, assim como Abraão, lutam de maneira não violenta e superam o egoísmo. Toda essa luta é pela mudança nas estruturas sociais injustas.

Já no livro “Indagações sobre uma vida melhor” o tema abordado é a igreja. Ele responde de forma clara e calorosa a questões sociais sobre a atuação da igreja para com a sociedade, fala sobre justiça e construção de um mundo melhor, sempre voltado ao tema da fé e da paz. É uma cruzada universal para tirar o homem da prisão, prisão esta que o próprio homem criou e se colocou lá. O livro foi publicado pela editora Civilização Brasileira em 1986.

“Mil razões para viver” é sem dúvidas um livro que merece ser lido e relido para melhor entendimento e absorção. Publicado em 1979 pela editora Civilização Brasileira, ele traz em suas 101 páginas, 180 poemas que o arcebispo de Olinda e Recife escreveu. Os poemas são pequenos, mas revelam grandes mensagens de reflexão profunda sobre a vida. Hélder Câmara mostrou que tudo pode ser contemplado, e que podemos extrair aprendizado de todos os lugares no dia a dia. Mais uma vez, ele não deixou de lado os temas “paz”, “justiça” e “fé”.

FALECIMENTO

Aos 90 anos de idade, morreu Dom Hélder Câmara. Em 1999, no dia 27 de agosto, foi dado o seu falecimento e o sepultamento ocorreu na Igreja das Fronteiras, local escolhido para o descanso final.

O homem religioso e defensor das causas sociais deixou um enorme legado em seu nome, não apenas os incontáveis escritos e obras literárias, mas também as palavras ditas em seus sermões e voltadas para as autoridades e meios de comunicação. Deixou também as obras físicas que mudaram a vida de muitas pessoas e que ainda fazem a mudança acontecer, não apenas no Rio de Janeiro, mas também na cidade de Recife e em muitas outras regiões.

Hélder Câmara foi para o mundo um símbolo da paz. O próprio papa que na época ocupava o cargo fez uma visita ao arcebispo e declarou-o como seu irmão e irmão de todos.

CONCLUSÃO

Tendo em vista os fatos e argumentos apresentados, pode-se interpretar a vida de Dom Hélder Câmara como uma verdadeira lição, uma fonte de inspiração e sabedoria. Suas lutas que alcançaram reconhecimento mundial perpetuam até hoje, as pessoas que tiveram suas vidas transformadas lembram através dos seus descendentes toda a ajuda que receberam do religioso.

Mesmo tendo o seu nome silenciado, a sua voz calada na mídia, os seus discursos censurados e sofrido perseguições das mais diversas formas, Hélder Câmara não deixou de fazer aquilo que disse ter sido enviado para fazer: lutar pelos direitos humanos, em defesa dos pobres e em razão dos oprimidos.

Não foi preciso que o arcebispo estivesse em uma posição social privilegiada, ou tivesse nascido em uma família rica, para que ele tomasse iniciativas sociais e conseguisse convencer aqueles que podiam transformar realidades, foi preciso apenas ter fé e uma convicção inabalável de que era possível construir um mundo mais justo e pacífico.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Helder. **Mil razões para viver**: meditações do padre José. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CÂMARA, Hélder. **O deserto é fértil**: roteiro para as Minorias Abraâmicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

CÂMARA, Helder; BROUCKER, José de (Pref.); SILVEIRA, Ênio (Trad.). **Indagações sobre uma vida melhor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

CASTRO, Marcos. **Dom Hélder**: misticismo e santidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CIRANO, Marcos. **Os caminhos de Dom Hélder**. Recife: Guararapes, 1983.

CONDINI, Martinho. **Dom Hélder Câmara ou simplesmente Dom**. Vida Pastoral. 2019. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/dom-helder-camara-ou-simplesmente-dom/>. Acesso em: 03 abr. 2020.

CONDINI, Martinho. **Dom Hélder Câmara**: modelo de esperança na caminhada para a paz e justiça social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

FERNANDES, Angélica. **Combate a pobreza de Dom Helder Câmara é visto como projeto pioneiro.** Projeto colabora. 2015. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/mapa-das-ongs/banco-da-providencia-2/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FRAZÃO, Dilva. **Dom Helder Câmara.** Ebiografia. 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/dom_helder_camara/. Acesso em: 02 abr. 2020.

GUIMARÃES, Amanda Pacheco. **Da Praia do Pinto ao Conjunto Cruzada São Sebastião.** Departamento de Serviço Social-Puc-Rio. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2017/relatorios_pdf/ccs/SER/SER-Amanda%20Pacheco%20Guimar%C3%A3es.pdf. Acesso em: 01 abr. 2020.

JORNAL DA BARRA. **Feira da Providência: a sua importância para o Brasil.** 2018. Disponível em: <https://www.jornaldabarra.com.br/cultura-e-lazer/1873-feira-da-providencia-a-sua-importancia-para-o-brasil>. Acesso em: 21 mar. 2020.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. **Dom Helder Câmara.** Pesquisa escolar online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=243&Itemid=180. Acesso em: 02 abr. 2020.

MARQUES, Luiz Carlos Luz. **Dom Hélder Câmara.** Obras Completas. v. I. Tomo I. Recife: Editora Universitária UFPE, 2004.

ROCHA, Dom Geraldo Lyrio. **Dom Hélder Câmara – Profeta da Justiça e Mensageiro da Esperança.** Atualidade Teológica. Rio de Janeiro. Ano XIII, n. 31, jan./abr., 2009.

SILVA, Ilda Lopes Rodrigues. **Dom Helder Camara e o diálogo.** Núcleo de memória-PUC. Rio de Janeiro. Disponível em: http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/primeiro_site/dhc/textos/ildalopes.pdf. Acesso em: 03 abr. 2020.

CAPÍTULO 8

LAMPIÃO E MARIA BONITA: resistência e subversão, uma história diferente no cangaço

*Kathy Souza Xavier de Araújo*²²
*Guilherme José dos Santos*²³

INTRODUÇÃO

Diante de tantas injustiças sociais ocorridas no Nordeste, especificamente no sertão, nos séculos XVIII e XIX, faz-se presente a figura do cangaceiro. Os cangaceiros, inicialmente, eram formados por grupos armados, dependentes, que defendiam as terras dos proprietários em troca de alimentação e moradia, e seguiam as ordens dos “Senhores de Terras”. Posteriormente, surge a figura do cangaceiro independente, indivíduo também injustiçado, mas que reagia a tal agressão individualmente ou formando grupos que, por conta própria, disseminavam o terror através de saques nas cidades ou residências, mortes encomendadas, estupros e rapto de mulheres e agressões às autoridades locais, representadas pelas volantes, título hoje substituído pela polícia.

O cangaceiro era conhecido pela sua audácia e coragem, pois este não tinha residência própria e vivia em trânsito entre os estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Sua alimentação era feita por onde passava, seja através de doações dos moradores, ou saques às cidades, com ameaças. Como as leis da época tinham grandes fragilidades, muitas vezes à frente dos interesses da elite local, os cangaceiros praticavam a justiça com as próprias mãos, e eram considerados “justiceiros”, segundo o posicionamento da população mais carente e fortemente injustiçada. As condições de vida dos moradores, como a fome e as condições climáticas da região, bem como as rivalidades entre as famílias, algo natural naquele contexto, contribuíram para a formação desses grupos de indivíduos e a prática recorrente de roubos e mortes (BARREIRA, 2018).

²²UFPB. Email: ksx03@hotmail.com

²³UNIPÊ. Email: conseguiumoveis@gmail.com

A justificativa deste trabalho tem em sua essência a compreensão do conflito social ocorrido no sertão nordestino, através do viés da contribuição do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, vulgo “Lampião”, e a inclusão da mulher nesse movimento, personagem excluída socialmente naquele espaço de tempo, em particular Maria de Déa, intitulada “Maria Bonita”. Como ponto de partida, a ausência de desvio de conduta destes para adentrar como figuras de maior relevância, comentadas e debatidas pelos diversos autores e pesquisadores desse evento.

O objetivo geral deste artigo é levar o leitor à reflexão sobre alguns acontecimentos ocorridos no Nordeste brasileiro, em especial sobre o cangaço e os personagens nele inseridos. A princípio era visto como um movimento que se originou dependente e sustentado pelo poder local e que se transformou em um constante “grito de revolta” de uma classe menos favorecida, oprimida e destituída de seus direitos de cidadãos.

A pesquisa tem como objetivo demonstrar, a partir de leituras bibliográficas, a trajetória que levou os principais personagens estudados neste trabalho a entrar no cangaço e que esse acesso ocorreu de forma temporal e de “livre escolha”, não tendo sido observado qualquer requisito no passado que apresentasse desvios de personalidade que desviasse tal conduta, pois representava um “grito de liberdade” proveniente das circunstâncias e arbitrariedades da convivência social daqueles anos descritos.

Por fim, revisadas as contribuições dos autores referentes ao movimento ocorrido nas décadas de 1800 e 1900, especificamente no Nordeste brasileiro e pontualmente no sertão, transcritas as colocações e colaborações dos principais personagens, pela destreza e habilidades de um e ato de revolução feminina do outro, ambos protagonistas de um novo cangaço, o presente artigo traz à reflexão as lutas daqueles que têm dedicado parte de sua vida na busca do bem estar social e igualdade de vez e voz para uma maioria oprimida no sertão, num país tão divergente.

O CASAL FAMOSO DO CANGAÇO

Maria Gomes de Oliveira, conhecida como Maria de Déa e, após sua morte, Maria Bonita, foi uma cangaceira brasileira, companheira de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, e a primeira mulher a participar de um grupo de cangaceiros (BARREIRA, 2018).

Com 15 anos foi obrigada a se casar com o sapateiro José Miguel da Silva, mas as brigas eram constantes e o casamento não deu certo. Depois de cada briga, Maria Bonita

sempre buscava abrigo na casa dos pais. Em 1928 resolveu se separar do marido, numa época em que a separação era algo inaceitável. Em 1929, morando na casa dos pais, conheceu Lampião, que em suas andanças passava com seu bando pelas fazendas da região. A atração foi recíproca. Baixinha, com olhos e cabelos castanhos, era uma mulher bonita e determinada, o que chamou a atenção do cangaceiro.

Maria Bonita nasceu no dia *08 de março* de 1911, no povoado Malhada da Caiçara, no município de Paulo Afonso, Bahia, e veio a falecer aos seus 27 anos no dia 28 de julho de 1938, na Grota de Angicos, Poço Redondo, Sergipe (BARREIRA, 2018).

Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, foi um cangaceiro brasileiro que atuou no sertão nordestino. Ficou conhecido como o Rei do Cangaço por ter sido o mais bem sucedido líder cangaceiro da história. Era o terceiro filho de uma família de sete irmãos, sabia ler e escrever. Ajudava na pequena fazenda do pai cuidando dos animais.

Virgulino encarnava, na infância o personagem de Antônio Silvino, a seu tempo conhecido como Rifle de Ouro, que aderiu ao cangaço disposto a vingar a morte do pai (BARREIRA, 2018, p.46).

Lampião nasceu no dia 04 de Junho de 1898, em Vila Bela, atual cidade de Serra Talhada, no sertão de Pernambuco, e veio a falecer aos seus 40 anos no dia 28 de Julho de 1938, na Grota de Angicos, Poço Redondo, Sergipe. Na madrugada de 28 de julho de 1938, na Grota de Angico, no povoado de Poço Redondo, em Sergipe, Lampião, Maria Bonita e seu bando, foram surpreendidos com rajadas de metralhadoras. Minutos depois, Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros estavam mortos. O ataque comandado pelo tenente João Bezerra conseguiu o que a polícia do Nordeste perseguia havia muito tempo. As cabeças do bando foram decapitadas, mumificadas e expostas em Santana do Ipanema, Alagoas. Depois foram levadas para o Museu Nina Rodrigues, na Bahia, até serem enterradas em 1968 (BARREIRA, 2018).

A HERANÇA DE ALMOCREVE, INFÂNCIA E JUVENTUDE DE VIRGULINO

Não teria sentido discorrer sobre a vida do “governador do sertão” sem primeiro entender e compreender a sua adolescência e juventude ao lado do pai, o almocreve José Ferreira, cuja profissão surgiu no século XX, em Portugal, e consistia em abastecer de bens as vilas e cidades. Pequeno proprietário de terras, o pai de Lampião levava a vida como

mercador, retirando e entregando mercadorias entre as cidades circunvizinhas, fazendo-se conhecer e ser conhecido pelos comerciantes dessas localidades, levando o comércio através de burros, transportando mercadorias e produtos. “José Ferreira levava dinheiro na ida e trazia produtos na volta, por centenas de quilômetros, entre os estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Ceará. Quando Virgulino fez 12 anos, o pai achou que estava maduro o bastante para acompanhá-lo nas viagens” (BARREIRA, 2018, p. 48).

Devido às rotas percorridas por José Ferreira, sendo acompanhado pelos filhos, Lampião acumulou, no decorrer do tempo, um conhecimento básico de localização das pequenas e grandes fazendas, seus proprietários, povoados e vilas, sempre presentes em suas andanças, conhecimento este que favoreceu contra as emboscadas e o sucesso de grande parte das suas fugas em tempos de perseguição nos sertões pelas volantes (BARREIRA, 2018).

Após leitura e releitura de autores que discorrem a infância e juventude de Virgulino Ferreira, nota-se que ele viveu os bons momentos de meninice como toda criança da sua época. Aproveitou bastante, dentro daquele ambiente de brincadeiras, estudos e convivência com os amigos e vizinhos, mostrando não haver algo que pudesse criar nele algum sentimento de ódio, vingança ou traços de personalidade que pudessem interferir em sua vida adulta, causando-lhe desvios. Souza Anildomá (2009, p.176) apresenta relatos dessa convivência pacífica:

Jamais poderei esquecer quando eu era criança e brincava com outro punhado de garotos e garotas na “ruíinha”, nos sítios e no açude de São João do Barro Vermelho e que minha amizade maior era destacada pra Virgulino... brincava de catuca, de missa, de escola, de caçador e em tudo ele era melhor e mais danado. Era assim que recordava Especiosa Gomes Luz, amiga de infância, costureira e comadre de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião.

Grande parte desses momentos vividos nos tempos agradáveis da infância aconteceu durante o movimento denominado “cangaço”, no sertão. Virgulino era um dos admiradores, bem como a criançada, e parte das brincadeiras encenava as figuras do cangaceiro e da volante, representando, assim, em nossos tempos algo parecido com a brincadeira “polícia e ladrão”, não ao pé da letra, porque tal expressão de organização social teria outro sentido e finalidade naquela época, visto as dificuldades materiais e financeiras pelas quais passava a população oprimida e explorada pelos donos de terras, latifundiários e grupos sociais mais influentes e abastados das localidades. Tal idealização dentro daquele contexto remete a uma

infância tranquila e sem traumas, sempre debatida entre os autores que dedicaram parte do estudo e entrevistas ligadas à convivência de Virgulino e seus amigos e parentes.

Uma das brincadeiras mais populares na ribeira do Pajeú era a de “cangaceiros e volantes” – a versão local do “polícia e ladrão”. A garotada, pernas esfoladas, pés cheios de espinhos dos cactos da caatinga, usava bодоques com pedras ou bolas de barro e, diferentemente do jogo do sul do país, os papéis não eram divididos entre o bem e o mal (BARREIRA, 2018, p. 46).

Em sua juventude, procurou dedicar-se à pequena criação da família, soltando os caprinos pela manhã e prendendo-os à tarde e, com o passar do tempo, passou também a cuidar do gado. Foi com essa ocupação, sempre voltada à fazenda da família, que Virgulino começou a realizar outros ofícios, dentre eles a confecção de artigos de couros, arreios, celas e roupas que comercializava nas feiras locais, mostrando sua inclinação para esses fins, e que, no futuro distante, muito o ajudaria na sua convivência e escolha para a vida no cangaço. Durante a mocidade, começou a apresentar dificuldades de relacionamento com os que estavam mais próximos da sua convivência, sendo ele vítima de caprichos dos que tinham alguma inclinação para tal provocação, conforme relato abaixo:

Entre as amizades, destacava-se a de Virgulino com José Alves de Barros que saltou pra dentro da história com o nome de Zé Saturnino da Pedreira e sendo o primeiro inimigo de Lampião. Esses dois viviam emparelhados, desfrutando da juventude e todos divertimentos nas redondezas. Mas pequenos detalhes indesejados começaram a fazer a diferença na camaradagem (SOUZA ANILDOMÁ, 2009).

Esse relacionamento cortês entre os moradores da fazenda da Passagem das Pedras, no sopé da serra vermelha, área rural de Serra Talhada, no sertão de Pernambuco, castigado pela seca e injustiças sociais em que discórdias e lutas entre as famílias eram algo natural, levava a um novo cenário a vida do mais jovem filho de José Ferreira. Agora com habilidades na técnica de criação de animais, dominando a arte do couro, conhecedor de rotas e trajetórias no sertão e redondezas e buscando um novo modelo de construção de vida, observava na juventude acontecimentos que o levariam a tomar um rumo diferente dos demais amigos da sua infância e juventude.

Não tardou para que tais divergências e humilhações em que vivia a família de Virgulino, sempre mudando de cidade devido a injustificadas acusações, tendo que vender o rebanho para sobreviver, culminasse no assassinato do pai, banalmente, em 1918. Após a morte dele, os filhos tomaram a decisão de participar do mundo do cangaço que lhes trariam anos de uma trajetória de luta armada contra as injustiças provocadas à população mais

carente e expropriada, e contra a justiça (Judiciário), dominada pelos coronéis e volantes, manipulados pelos latifundiários, que eram representados pelos donos de terras e oligarquia local, envolvendo não só Virgulino como vítima desse sistema, mas também toda a sua família remanescente.

O CANGAÇO

Movimento social que ocorreu no final do século XIX e início do século XX no Nordeste, mais precisamente nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Foi representado por alguns líderes como Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Virgulino, dentre outros. O movimento era visto sob duas óticas, e até hoje, passados 80 anos de destituição com a morte de Lampião e Corisco, sendo este último do bando de Lampião, que ainda praticou atos de vingança contra a morte do líder, não se convencionou qual o verdadeiro objetivo do mesmo. De um lado, sob a ótica da população oprimida e sem representação social, eram respeitados e apoiados. Eles lutavam por uma causa específica e tinham inimigos bem definidos. Enquanto que sob a ótica da elite sertaneja e do governo, capitaneado pelos coronéis e donos de terras, detentores do poder e do controle dos jornais e rádios, eram considerados bandidos, foras da lei e saqueadores.

A palavra cangaço origina-se de canga, o conjunto de arreios que amarram o boi ao carro de boi. É provável que esse nome tenha surgido porque os bandoleiros usavam as espingardas a tiracolo ou com as correias cruzadas no peito, lembrando a canga do boi. Moacir Assunção, repórter de política do Jornal O Estado de São Paulo, pós-graduado em Ciências Sociais, conclamou e ratificou o seu posicionamento sobre a natureza social do cangaço, conforme esta publicação:

O cangaço é um fenômeno social característico da sociedade rural brasileira. No Nordeste, existiu desde o século XVIII, quando José Gomes, o Cabeleira, aterrorizava populações rurais de Pernambuco. O movimento atravessou o século XIX, só terminando em 25 de maio 1940, com a morte de Corisco (1907 – 1940), sucessor de Lampião e seu principal lugar-tenente, pela volante de Zé Rufino (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1º de junho de 1940, sexta coluna).

Embora no cangaço ocorressem ganhos maiores que em qualquer profissão da referida época, obtidos através de saques dos grupos armados, dentre eles joias e dinheiro, ainda assim os seus membros tinham o respeito da população, que vivia submissa e oprimida

pela elite e possuidores do poder local. Os frutos de tais saques eram provenientes dos comerciantes locais e dos fazendeiros. A ocorrência prolongada desse movimento sucedeu devido ao longo período de sofrimento e escassez vivida pelos nordestinos, em meados do século XVIII, destituídos dos seus direitos básicos.

UM CAMINHO SEM VOLTA

Após os sobressaltos ocorridos na família Ferreira e a necessidade de seguir uma nova trajetória de vida, já sem mãe e pai e sem local certo e sossegado para viver, os irmãos Antônio, Livino e Virgulino viram como solução imediata juntar-se ao bando do cangaceiro Sinhô Pereira, que seria seu líder e inspiração nessa nova etapa da vida. Diante do perfil já demonstrado na infância, adolescência e juventude, não havia sido identificada em Virgulino uma tendência para uma tomada de decisão nessa proporção, mas, diante de um turbilhão de problemas, ele e os irmãos foram forçados a enveredar por esse caminho, pois tinham forte sentido de justiça e inserção social, como bem relata Barreira sobre o fato:

Órfãos de pai e mãe, sem terras, posses ou dinheiro, visado pela polícia, os Ferreira, prontos para mergulhar definitivamente na vida de fora da lei, elegeram seus dois inimigos: José Saturnino, o número 1 – não pela importância, mas pela antiguidade –, o pivô da saída dos Ferreira do sítio Passagem das Pedras, e o sargento José Lucena, a quem atribuíram a morte do patriarca (BARREIRA, 2018, p. 63).

Os ensinamentos e a dedicação nas terras dos pais, onde Virgulino cuidava do manejo dos animais da família, o trabalho em couro por ele realizado e as expertises desenvolvidas durante a sua formação na mesma profissão do pai, proporcionaram-lhe uma posição de confiança e liderança no bando de Sinhô Pereira. Após o encerramento da sua missão como cangaceiro, tendo a companhia dos irmãos Ferreira por dois anos, Sinhô Pereira anunciou a entrega do bando à liderança de Virgulino. Para Barreira (2018), essa nova liderança, que já herdara o domínio de rotas do pai, acrescentou novos conhecimentos com o bando em que optou viver.

Como integrante do bando do Cangaceiro Sinhô Pereira, Lampião aprendeu tudo o que precisava para encarar a nova vida. Os ensinamentos de tática e estratégia: a escolha preferencial pelo combate e movimentação a pé pelas brenhas da caatinga, os cercos, as fugas, as manobras de retaguarda e vanguarda, a escolha certa das posições de acordo com o terreno. O relacionamento com fazendeiros e comerciantes para a compra de víveres e o uso de esconderijos, contatos dentro da

polícia, vitais para obter armas e munição, o respeito à população mais humilde como ferramenta para obter suporte depois das fugas e para se esconder (BARREIRA, 2018, p.64).

Após passar a liderança do bando para Virgulino em 1922, Sinhô Pereira seguiu para a casa de familiares em Goiás. Daí em diante, Virgulino, líder do grupo, acompanhado por seus dois irmãos mais velhos, liderou o bando durante vários anos.

A MULHER NO CANGAÇO

Em 1929, Lampião, em suas andanças pela região, chegou ao povoado de Malhado da Caiçara onde conheceu Maria Gomes de Oliveira de 19 anos que, separada do primeiro marido, morava com os pais. Ela foi a primeira mulher a ingressar no cangaço, tornando-se a famosa companheira de Lampião. Em 1932 nasceu Maria Expedita de Oliveira Ferreira Nunes, a filha do casal.

Ele estava disposto a quebrar um precedente de ouro: dali em diante, iria viver, entre aventuras, fugas e esconderijos, ao lado de uma mulher. E isso implicava em redesenhar todas as regras clássicas do cangaço (BARREIRA, 2018, p.149).

Sinhô Pereira, o antigo chefe de Lampião, estranhou o comportamento do pupilo ao saber do acréscimo feminino ao grupo. Enfatizou que no tempo em que ele liderava o bando não havia mulheres, e temia pelas más consequências que essa atitude poderia trazer, dividindo os homens, causando brigas por ciúme ou outro motivo qualquer.

Durante uma entrevista, Frederico Pernambucano de Mello, que estuda o cangaço há mais de 30 anos e se tornou referência no assunto, explica que, uma vez no bando, a mulher costurava, se quisesse; bordava, se quisesse; cozinhava, se quisesse. Seu status na subcultura do cangaço era superior ao da mulher da cultura pastoril. A cangaceira vivia para se ornamentar e alegrar o cotidiano de dureza do seu homem. “Exigia do marido, joias, perfumes, brilhantinas, maquiagens”. Apesar desse luxo, elas não deixavam de ser uma propriedade do marido (GLOBO NEWS, 2013).

O bando chegou a ter entre 50 e 60 mulheres, todas eram companheiras de algum cangaceiro. Embora a violência fosse uma constante, as adúlteras eram assassinadas ou tinham o rosto marcado com ferro em brasa. A maioria fugia da família para acompanhar um cangaceiro. Um caminho sem volta tanto pelas leis do próprio bando quanto pelas leis não

escritas da moral sexual do Brasil da primeira metade do século XX. A maioria das cangaceiras não tinha papel de combatentes. Portavam facas e pistolinhas apenas para defesa, sem participarem ativamente de combates, saques e ocupações de vilarejos. A presença feminina, segundo os pesquisadores, havia trazido um ar mais familiar ao bando, elevando o apoio popular nas vilas por onde passavam e reduzindo os episódios de violência sexual (MELLO, 2000).

Na história do cangaço tão comentada sobre o gênero masculino, surge a autora Adriana Negreiro, muito interessada em retratar a figura feminina no cangaço, principalmente a mais famosa delas, Maria Bonita. A escolha da jornalista em escrever um livro sobre Maria Bonita foi embasada por seu pioneirismo e importância, pois ela foi a primeira mulher a entrar para o cangaço e por vontade própria. Após a sua chegada, Lampião deu passe livre para outras mulheres. Para Adriana, Maria Bonita tinha um comportamento transgressor: uma mulher do sertão dos anos 1930, machista e opressor, que teve a coragem de largar o marido e desconsiderar a moral e os bons costumes para cair nos braços do homem que amava, considerado um fora da lei, ainda por cima. Segundo Adriana:

Nas narrativas sobre o cangaço, de forma geral, só há homens. De bandoleiros a soldados, passando por políticos e jornalistas, os personagens são todos do sexo masculino. O principal objetivo do livro é jogar luzes sobre as narrativas das mulheres, que são historicamente silenciadas – no cangaço e em qualquer outro episódio (NEGREIRO, 2018, p.70).

Nos anos 1920, mulher decente não largava o marido, quanto mais para fugir com cangaceiro, contudo Maria Bonita não seguiu as regras. Abandonou o casamento para se juntar ao bando de Lampião, passou fome, sede e foi constantemente perseguida pela polícia. Décadas depois, passou a personificar a imagem da impetuosa guerreira, a Rainha do Cangaço, Joana D'Arc da caatinga. No entanto, sua história desfaz a ideia de que no cangaço homens e mulheres tinham direitos iguais. Abusadas sexualmente, desrespeitadas em seus direitos mais fundamentais, dentro ou fora do bando as mulheres viviam subjugadas aos desejos dos homens (NEGREIRO, 2018).

A mulher no cangaço viveu sempre num espaço contraditório, de conflitos e contrastes. De um lado o movimento possibilitou a quebra de papéis de gênero e a resistência feminina, mas, por outro lado, elas foram vítimas de violência, e, na maioria das vezes, não podiam escolher se queriam sair ou ficar no bando. Mesmo vivendo aos poucos essa quebra de paradigma, o papel delas era reafirmado pela sociedade de acordo com os padrões estabelecidos na época. Porém é impossível não reconhecer a importância da

participação feminina no movimento, representando resistência, força e reinvenção dos limites possíveis para as mulheres nordestinas da época, ocupando um espaço antes impensável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo contemporâneo nos deparamos com uma grande dicotomia no âmbito social, político e econômico. Inclusive no Brasil em que temos um cenário bastante conturbado, condições de imposições, ausência de direitos, machismo, intolerância e regimes ditatoriais. E assim como fizeram Lampião e Maria Bonita, muitos se levantam na luta pela democracia e estado de direitos. Dessa forma, podemos fazer uma análise desses sujeitos revolucionários, personagens que se voltaram contra o regime do coronelismo e o perfil padronizado de mulher submissa e serviçal do homem, que apanhava do marido e que não tinha direitos. Nesse último ponto, a sociedade brasileira não avançou muito, pois até hoje as mulheres têm seus direitos podados, são vítimas do machismo e da violência doméstica, o que resulta na alta taxa de feminicídio no Brasil. Mas assim como Maria Bonita, atualmente muitas mulheres lutam por seus direitos e não se submetem ao machismo, denunciam e gritam pela correta posição da mulher na sociedade.

Tratando-se de Lampião e Maria Bonita, podemos compará-los a muitos personagens dos dias atuais pelo destaque que possuem no cenário brasileiro, inclusive determinando os rumos políticos do sertão nordestino. Figuras polêmicas que dividem opiniões, sendo heróis para alguns e bandidos para outros, mas de uma coisa não se pode discordar: viveram à frente do seu tempo, romperam paradigmas e até hoje servem de inspiração para muita gente. Duas figuras estudadas por muitos pesquisadores, pois o cangaço e os seus mistérios chamam a atenção. Um sertão nordestino onde a fé, a política e a militância por tempos melhores se misturavam, gerando assim um cenário de violência e luta. Ao mesmo tempo em que um homem e uma mulher se apaixonam e seguem sua vida sem paradeiro certo, lutando contra o regime da época, num espaço em que a mulher era educada apenas para cuidar da casa e do marido, surge a figura de Maria Bonita, quebrando todas as regras.

Esperamos que este estudo preliminar promova reflexões a respeito das contribuições de Lampião e Maria Bonita para a sociedade nordestina na época, fazendo um contraponto com outros sujeitos que atualmente se assemelham a eles, sendo também personagens relevantes para uma mudança e quebra de paradigmas.

REFERÊNCIAS

ANILDOMÁ, Willans de Souza. **Lampião - Nem Herói Nem Bandido - A História**. 4. ed. Serra talhada: GDM Gráfica, 2009.

BARREIRA, Wagner G. **Lampião e Maria Bonita: uma historia de amor e balas**. São Paulo: Planeta, 2018.

GLOBO NEWS. 1 vídeo (24:01 min). **Entrevista do historiador Frederico Pernambucano de Mello**. Publicado pelo canal Escrituras Editora, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3P0ia9NILAA>. Acesso em: 15 nov. 2019.

LINS, Daniel. **Lampião, o homem que amava as mulheres**. São Paulo: Annablume, 1997.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Quem foi Lampião**. Recife/Zürich: Stahli, 1993.

MELLO, Frederico Pernambucano de. A estética do cangaço como expressão do irredentismo brasileiro. In: **Mostra do Redescobrimento**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000. (catálogo).

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Estrelas de couro: a estética do cangaço**. São Paulo: Escrituras Editora, 2010.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

OLIVEIRA, Aglae Lima de. **Lampião, cangaço e nordeste**. 3. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1970.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Historia do cangaço**. 5. ed. São Paulo: Global, 1997.

ROCHA, Melquiades da. **Bandoleiros das catingas**. Rio de Janeiro: A noite, 1940.

CAPÍTULO 9

MARIA QUITÉRIA DE JESUS: uma construção de mito nacional

*Carlos Alberto de Carvalho Andrade*²⁴
*Janine Marta Coelho Rodrigues*²⁵

INTRODUÇÃO

Um discurso à frente do seu tempo, ressaltamos que a base deste trabalho possui como referência o ano de 1953. Para a análise do discurso promovido pelo Exército brasileiro sobre sua heroína foi utilizado o livro de João Francisco de Lima (1977), livro baseado nitidamente na obra de Pereira Reis Júnior (1953). Maria Quitéria de Jesus, primeira mulher a ingressar no Exército do Brasil, foi considerada uma heroína. Em pleno conflito depois da proclamação da independência brasileira, fugiu de casa contrariando a vontade de seu pai. Passando-se por um homem, entra nas fileiras das forças militares brasileiras que lutavam contra o Exército português na Bahia. Sua participação nesse combate e na expulsão das tropas portuguesas, fez o imperador D. Pedro I, em pessoa, fazer-lhe uma homenagem no dia 20 de agosto de 1853, em plena capital.

Em 1953 o Exército brasileiro decidiu rememorar o mito de Quitéria, ano do centenário de sua morte, momento de grande crise política no Brasil. Um combate entre conservadores e nacionalistas que polarizavam o debate político. Portanto, homenagear Maria Quitéria era difundir todos os ideais militares que esse grupo presava que a defesa nacionalista os impedisse de compreender a comemoração feita em nome de heroína da Guerra da Independência.

A era Vargas representou a transição do Brasil agrário para o industrial. Vargas foi taxado de populista, de aderir ao movimento fascista, na elaboração da carta trabalhista, de ser simpatizante do nazismo. A proposta da revolução de 1930 não era apenas de ser mantenedora da ordem, mas de ser um instrumento de transformação para um projeto de

²⁴UFPB. Email: andradecolele@hotmail.com

²⁵UFPB. Email: jmcoelho@ig.com.br

desenvolvimento capitalista de cunho nacionalista. A política de marginalização pura e simples das velhas classes dominantes não tinha condições de se sustentar. Portanto, seria necessário tomar decisões que propusessem incorporar milhões de brasileiros ao exercício da cidadania, as leis trabalhistas, previdenciárias visavam amparar o trabalhador até então destituído de qualquer direito. Como modelo foi adotado o projeto de desenvolvimento autônomo, sem proibir o ingresso do capital financeiro no país, mas estabelecendo regras até então inexistentes para o mesmo. A remessa de lucros foi um imperativo a medida em que o aumento de entrada de capitais estrangeiros era muito inferior à saída, resultando lucros muito além dos 8% permitidos em lei.

A geopolítica do mundo foi alterada com a guerra fria, como hoje a política externa estadunidense volta-se ao “combate ao terrorismo e ao narcotráfico”, naquela ocasião era “combater o comunismo”. O que se pretendia era implantar um projeto hegemônico de poder, impedindo o surgimento de governos nacionalistas. A aproximação com os movimentos populares, trouxe medo a classe média, a setores conservadores das forças armadas, e ao empresariado nacional, cujo 'fantasma de uma conspiração comunista camuflava articulações para o fortalecimento do golpe bonapartista, que não tardaria muito para se consolidar. A comoção social em virtude do suicídio de Vargas em 1954, adiou por mais 10 anos o golpe militar que estava em curso. A era Vargas, se seguirmos o sentido amplo da expressão, encerra-se politicamente em 1964, com a deposição de João Goulart, com a ditadura militar (FAUSTO, 1970).

A partir da saída de Vargas em 1945, passando pelo seu retorno em 1950, ocorreu um intenso movimento de união de grupos militares anticomunistas que faziam oposição ao getulismo e ao trabalhismo, com as elites econômicas interessadas nos privilégios do capital privado e na entrada de capital estrangeiro no país. Existia um ponto em comum entre esses grupos: criticavam o modelo de governo de Vargas. Esse movimento fez com que, tal como na sociedade civil, fosse criada uma disputa de grupos dentro das Forças Armadas, portando-se como verdadeiros partidos políticos. A situação na década de 1950 mostrava ao governo brasileiro e ao Exército a distância que estavam de serem grupos unitários (CARLONI, 2012).

Em Quitéria ser escolhida, o Exército buscava agregar demandas sociais junto a aspirações políticas que o mesmo entendia ser relevante nos anos 50. Os homens já tinham um domínio histórico sobre a instituição de poder, em que luta e guerra eram valorizadas. Surgia, então, a valorização de uma mulher, cuja escolha, certamente, não era aleatória. Com a valorização de Quitéria como um símbolo nacional, o Exército buscava transparecer uma

ideia unitária dentro desse grupo polarizado. A figura da heroína apresentada assim é imbuída de ideais sociais, culturais e políticos que o Exército queria desenvolver naquele momento.

ARCABOUÇO TEÓRICO

Maria Quitéria de Jesus nasceu em 1792 no Sítio do Licorizeiro em São José das Itapororocas, freguesia de Nossa Senhora do Pôrto da Cachoeira (hoje município de Feira de Santana), localizado na Bahia. A terra pertencia a seus pais, o lavrador Gonçalo Alves de Almeida e a sua esposa Quitéria Maria de Jesus. Nasceu no ano de 1794 a sua irmã Josefa, e em 1796 o seu irmão mais novo, Luís. Com seis anos, Maria Quitéria foi batizada na capela de São Vicente. A menina, de acordo com os seus biógrafos, ao contrário dos irmãos mais novos, preferia brincar no sítio ao invés de brincar dentro de casa. Não recebeu ensino formal e teria se mantido iletrada até o fim da vida (REIS JÚNIOR, 1953).

Biógrafos declaram que a mãe de Quitéria adoeceu e morreu em 1802. Seu pai resolveu se casar novamente, pois era um homem de negócios e não tinha como cuidar dos filhos por serem pequenos. Cinco meses depois do falecimento de Quitéria Maria, em 19 de Julho de 1802, casou-se com Eugenia Maria dos Santos, também natural da freguesia. Segundo Reis Júnior (1953), a madrastra era por demais carinhosa com os enteados. Porém, também adoeceu e faleceu rapidamente dias depois. Com a morte da sua segunda esposa, Gonçalo decidiu se mudar do Sítio do Licoreiro em busca de uma terra mais fértil e com menos secas. Com suas economias, adquiriu as terras da Serra da Agulha que se localizavam na parte noroeste da Freguesia de São José das Itapororocas, a nove quilômetros de Santo Antônio de Tanquinho.

O terreno acidentado, cortado pelo rio Cipó, ficava perto da Casa Grande da fazenda. Nessa época, Maria Quitéria, com 12 anos de idade, passou a ser dona de casa por ser a mais velha. Cuidava dos seus irmãos e cada vez mais sentia a ausência da figura materna. Seu pai, então, casou-se mais uma vez, e a sua terceira esposa chamava-se Maria Rosa de Brito, natural daquela freguesia. A nova madrastra, ao contrário da anterior e da sua mãe biológica, tinha um temperamento muito forte, o que gerava discórdias. Do novo casamento nasceram mais três irmãs, Francisca, Teresa e Bernarda. Na nova fazenda, sendo melhor administrada e com um solo mais fértil, a riqueza da família aumentou. O gado atingiu algumas dezenas de cabeças, e o algodão, com boa colheita quando chovia, era vendido nos mercados de

Cachoeira. Sendo assim, seu pai, com melhor renda, comprou mais terras na mesma redondeza e se tornou um abastado fazendeiro. Em seguida, nasceram mais três filhos: Ana, Josefa e Manuel (REIS JÚNIOR, 1953).

Com a presença da madrasta, reduziu o número de responsabilidades dentro de casa para Maria Quitéria, isso já aos vinte e três anos, em 1815. Quitéria encontrava mais tempo para o trabalho e para o lazer, e a sua distração favorita era a caça nas terras da família. Manejava uma espingarda e trazia para casa aves e mamíferos, de pequeno e grande porte (REIS JÚNIOR, 1953). Em 1820, Quitéria, aos vinte e oito anos, teria se interessado por um rapaz chamado Gabriel Pereira de Brito. Pensou em se casar, mas Gonçalo, seu pai, que aspirava um partido melhor, proibiu o casamento (LIMA, 1977).

TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Em 09 de janeiro de 1822, houve o “Dia do Fico”, quando D. Pedro, apoiado pelo Partido Brasileiro, foi contra as ordens das Cortes Portuguesas, que exigiam sua volta a Portugal. Composto por comerciantes e donos de terras que se aproveitavam da situação privilegiada que o Brasil tinha desde a vinda de D. João VI, o Partido Brasileiro temia voltar ao status de colônia (HOLLANDA, 1997). Na Bahia, o clima era de tensão, já que era a sede de tropas lusitanas. Em 15 de fevereiro de 1822, chegou a Salvador o navio-correio “Leopoldina”, trazendo uma Carta Régia de 09 de dezembro de 1821 que tornava o português Inácio Luís Madeira de Melo comandante das Armas da Província da Bahia, substituindo o brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães (REIS JÚNIOR, 1953). Logo após, surge a notícia de que a Carta não era legal, pois não era reconhecida na Contadoria Geral da Corte. Sendo assim, formaram-se dois partidos: uma tropa brasileira chefiada por Guimarães, e uma lusitana chefiada por Madeira de Melo que julgou irrelevante o registro da Carta pela Câmara (REIS JÚNIOR, 1953).

O capitão Jonas Neto afirmava que “desde o começo de 1822, fermentavam as rixas políticas naquelas províncias (Bahia), consequência de graves acontecimentos em Portugal, com sérios e inevitáveis reflexos na vida brasileira” (REIS JÚNIOR, 1953, p.17). No dia 19 de janeiro de 1822, pela manhã, “mais de cem milicianos pardos e presos do 3º e do 4º Regimentos [...] deixam o Forte de São Pedro, unidos a alguns civis, e dirigem-se à residência do Brigadeiro Manuel Pedro [...] com fim de apanhar seu fardamento”, ele, o capitão Jonas Neto, já havia chegado a paisana. Chegando à Igreja do Rosário, foram

atacados por lusitanos do 12º Batalhão de Infantaria e Madeira de Melo apoderou-se do quartelamento dos corpos brasileiros. Os milicianos do Forte São Pedro resistiram à investida de Madeira de Melo. No dia 20 de janeiro de 1822, ocorreu o episódio do ataque português ao convento de Nossa Senhora da Lapa, lugar onde sóror Joana Angélica defendeu o convento na esperança de retardar as tropas portuguesas e permitir que as freiras fugissem. No entanto, ela acabou sendo morta pelas tropas lusitanas. No mesmo dia, Madeira de Melo exigiu que o Forte se arrendesse sob ameaça de bombardeio. Guimarães chegou a resistir, mas ao perceber que não tinha condições para tal resistência, decidiu se entregar. Guimarães foi detido e transportado para Portugal na galera São Gaultier. Nesse momento, instaurou-se uma guerra civil, com a morte de, aproximadamente, quatrocentos brasileiros em três dias (REIS JÚNIOR, 1953).

Os reflexos da guerra civil que ocorria na Bahia chegaram a Cachoeira, e Maria Quitéria teria tomado conhecimento das lutas por comerciantes que por lá passavam e por José Cordeiro de Medeiros, seu cunhado, casado com Teresa Maria, sua irmã por parte de pai. A Junta do Governo enviou para todo o Recôncavo baiano emissários com o objetivo de convocar homens para a guerra. Um deles chegou a Serra da Agulha e anunciou que Portugal queria novamente o Brasil na condição de colônia, mas que D. Pedro teria escolhido ficar com os brasileiros. Por fim, D. Pedro pediu auxílio a Gonçalo, que teria reagido com indiferença (REIS JÚNIOR, 1953).

Os relatos dessa indiferença estão relacionados à possibilidade de Gonçalo ter naturalidade portuguesa, como dito por Lima (1977), ou por não ter filhos homens em idade adulta. E, de igual modo, os escravos não mostraram interesse pela independência do Brasil. Contrariando o pai, Quitéria teria sugerido que a deixasse se alistar, já que sabia manejar armas de fogo com maestria. Gonçalo logo teria respondido que mulheres teciam e bordavam, e que a guerra era para homens. Logo com a saída do emissário, Quitéria, não desistindo do seu ideal de luta, teria ido até a casa da sua irmã Teresa, que ficava a um quilômetro e meio da sua, para conversar sobre a sua ideia de se alistar. De acordo com Reis Júnior (1953), Teresa apoiou a irmã dizendo que também se alistaria caso não tivesse casada e grávida, e ainda lhe deu vestes do seu marido e lhe cortou os cabelos.

O cunhado, José Cordeiro Medeiros, acompanhou Maria Quitéria até a vila da Cachoeira, onde os batalhões aguardavam. Ela teria se apresentado com um prenome “que a história não registra” (REIS JÚNIOR, 1953, p.44), e com o sobrenome Medeiros, dizendo-se filho de José, seu cunhado. Manejando com segurança a arma de fogo, disciplinado e de comportamento exemplar, o soldado Medeiros é bem-vindo à tropa. Logo foi transferido da

artilharia, no trabalho com canhões, para a infantaria. Talvez fosse devido ao seu porte físico frágil ou às suas experiências com armas de fogo como a espingarda que teriam feito com que ela fosse promovida. Uniu-se ao Batalhão nº 3 de Caçadores que ficou conhecido como Voluntários do Príncipe D. Pedro ou Batalhão dos Periquitos por causa da cor verde dos punhos e gola da túnica (REIS JÚNIOR, 1953).

Enquanto servia como soldado, Gonçalo, seu pai, preocupava-se com o seu desaparecimento, procurando-a pelos arredores da Serra da Agulha. Pode ter sido Teresa, sua irmã, afirma Lima (1977), que contara ao pai que Quitéria havia ido acompanhar seu marido até Cachoeira. Em contrapartida, o livro de Reis Junior (1953) informa desconhecer quem deu a informação ao pai de Quitéria. Em Cachoeira, seu pai teria encontrado e reconhecido Maria Quitéria disfarçada entre os homens e, após uma breve discussão, denunciou-a para o comandante, Major José Antônio Silva Castro.

Tinha Quitéria 30 anos, quando o Major permitiu que ela continuasse, pois apresentava habilidades com armas de fogo e maioridade. O pai amaldiçoou e abandonou a filha. Nessa época, Quitéria mudou de uniforme, colocando uma saia semelhante a um *highlander*, e todos os homens do batalhão passariam a ficar cientes do seu verdadeiro sexo.

No dia 29 de outubro de 1822, o Major Silva Castro ordenou que o batalhão fosse para a Ilha de Maré para organizar a sua defesa. Foi na estrada de Pituba que Maria Quitéria combateu pela primeira vez, em uma emboscada feita por portugueses. Em fevereiro de 1823, ela lutou novamente, em Itapuã, onde, segundo Reis Junior (1953, p.47), foi elogiada na ordem do dia, “tendo atacado uma trincheira inimiga e feito prisioneiros, que conduz ao acampamento brasileiro”. Logo depois foi promovida ao posto de Primeiro Cadete pelo general Pedro Labatut.

Maria Quitéria teria casado com o soldado João José Luís durante o período da guerra. O casamento ocorreu antes de 31 de março de 1823, pois nesse dia os membros do Conselho Interino do Governo da Província ordenaram que fosse entregue ao soldado um fardamento, e à sua mulher, Maria Quitéria, uma calça e dois botões (REIS JÚNIOR, 1953). Ambos os autores, Lima (1977) e Reis Júnior (1953), concordam que Quitéria casou com o seu marido só na Igreja em virtude dos capelães da tropa. Em abril, na Barra de Paraguaçu, teria ocorrido um episódio no qual Quitéria teria comandado um grupo de mulheres civis que se uniu ao batalhão para lutar contra a tropa portuguesa. Nesse evento, afirma Jonas Neto (1953) um contemporâneo de Quitéria, Santos Tiara, teria lhe dedicado um poema épico sobre a participação na batalha (LIMA, 1977).

Não só era patriota, como lhe é imputada uma força que conseguiu reunir um batalhão de mulheres em prol da defesa nacional. Ela não era só mais um soldado, mas sim, tornou-se uma personagem de exemplo a ser seguido. Uma afirmação que, ao ser homenageada, estabeleceu toda uma lógica em sua narrativa. Ou seja, sua consagração mesmo anos após, criou na narrativa de sua vida, valores que justificaram tal ação.

Recebida pelo imperador que, naquela época, já estava ciente de seus feitos militares, D. Pedro a condecorou com a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Logo após, ele promoveu Quitéria a alferes de linha, passando a heroína a receber o salário dessa patente (LIMA, 1977). Por fim, ela pediu a D. Pedro que fosse escrita uma carta em seu nome e que fosse destinada a seu pai para que ele pudesse perdô-la.

Mais tarde, Maria Quitéria, viúva, voltou para Serra da Agulha e reencontrou o seu pai, que a teria perdoado. Ela teria se casado com o seu antigo namorado, Gabriel Pereira de Brito, com quem teve uma filha, Luiza Maria da Conceição (LIMA, 1977).

Depois das grandes batalhas, após o seu ato heroico, Quitéria acabou desaparecendo. Só saiu do anonimato em 22 de agosto de 1835, quando precisou iniciar o inventário do seu pai que havia morrido em 1834. Essa tentativa durou trinta anos e acabou por Quitéria vir a falecer. O inventário só se concretizou em 1863 e sua filha, aos 37 anos, recebeu a parte da sua mãe (LIMA, 1977).

Após desenvolver a narrativa a respeito de Maria Quitéria, condecorada em vários momentos de sua trajetória, rebuscando seus feitos, o Exército transformou Maria Quitéria em um mito. Mito criado como forma de tentar promover a união entre civis e militares – num momento de crise e disputas, ou seja, a falta de unidade tão defendida pelo espírito militar – e desenvolver valores, como nacionalismo e patriotismo, que deveriam ser estendidos às tropas e aos civis. Quitéria é rememorada a partir de uma valoração atribuída pelos intelectuais: brasileira, lutou contra o domínio português, baiana e sertaneja. Sua história, assim como a dos seus conterrâneos heróis da independência, apresentava o estereótipo do brasileiro que os intelectuais desejavam e queriam defender. Representavam essa perfeita mistura entre o simbolismo que a república almejava com ares de nostalgia imperial.

No nosso entendimento, a história de Maria Quitéria tem como propósito demarcar ideias e valores no atual momento a partir da narrativa heroica do seu passado. Para o Exército, fazia-se necessário que essa personagem causasse impacto tanto na tropa, representando os ideais que eles deveriam seguir, como também representasse esses valores para a sociedade civil e para o Estado. A história dessa figura deveria obedecer à noção

tríplice: os interesses do Estado, da sociedade e, conseqüentemente, o próprio Exército se sentiria contemplado nesse processo. O mito seria o representante e divulgador dos valores que a instituição, o Exército brasileiro, procurava difundir a todos que o cercavam.

As atribuições à Maria Quitéria transcenderam a imagem de um soldado. Ela vai sendo concebida por Pereira Júnior e pelo Capitão Jonas Neto, em 1953, como uma heroína. Em virtude das dificuldades que ela passou, transformou os seus feitos mais dignos. Esses feitos são melhores compreendidos quando entendemos como estas representações, de mitos e heróis, se entrelaçam com o imaginário social de um grupo, ou, no nosso caso, de uma instituição. Expressamos por imaginário social aquilo que entendemos por um elemento importante de um dispositivo simbólico, através do qual certo movimento de massas procura dar-se a si próprio identidade e coerência, permitindo reconhecer e designar as suas recusas bem como as suas expectativas (BACZO, 1985).

Ao decretar-se o fim do Império, seria necessária uma figura heroica que trouxesse estabilidade e legitimidade ao regime que estava para ser implantado. Muitas figuras, como Marechal Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e outros personagens envolvidos na ação de 1889 não possuíam o caráter condizente com as necessidades que a proclamação necessitava para a sua consolidação. Foi, na verdade, na ressignificação da figura de Tiradentes que se conseguiu um mártir para a República (CARVALHO, 1990).

É importante entender que a aceitação das mulheres nas Forças Armadas é ainda hoje uma questão que precisa ser debatida, pois o ingresso feminino nas fileiras militares não significou um processo de igualdade de deveres e direitos. O meio militar é uma espécie de gueto masculino. A predominância masculina é tanta que a inserção das mulheres na instituição tem ocorrido predominantemente em funções administrativas ou de relações públicas. É notória a dificuldade que as mulheres possuem em exercer atividades operacionais, uma vez que dentro desse cenário de dominação e divisão de tarefas, as funções historicamente ligadas aos militares são ainda consideradas distinguíveis aos homens (BASTOS, 2009).

O ano de 1953, momento da crise do governo Vargas, no clímax da discussão em torno do conceito de nacionalismo, tem na figura de Quitéria a imagem e a memória de uma personagem que ressalta os valorizados preconizados pela instituição, que esperava que essas ideias fossem também desenvolvidas na vida civil. Assim, o processo de mitificação da heroína da Guerra da Independência mostrou-se uma ação efetiva para que os valores patrióticos – no centro da discussão do nacionalismo – pudessem, a partir da história de Quitéria, se tornar uma marca do Exército. Homenagear uma mulher não foi uma escolha

aleatória, além do caráter nacionalista, entendemos que a escolha pela exaltação de uma personagem feminina se mostrou estratégica para obter o reconhecimento dos vários grupos sociais que formavam a Nação brasileira.

PAPEL SOCIAL DE MARIA QUITÉRIA

O que compreendemos nessa história de Quitéria tem por objetivo demarcar ideias e valores no presente a partir da narrativa heroica do seu passado. Para o Exército, era necessário que essa figura provocasse impacto tanto na tropa, representando ideias que eles deveriam seguir, como também representasse esses valores para a sociedade civil e para o Estado. A história de Quitéria deveria obedecer à noção tríplice mencionada anteriormente.

De forma cônica, o mito devia ser o representante e divulgar os valores que a instituição, neste caso, o exército brasileiro, procurava difundir a todos que o cercavam. Esta etapa do trabalho buscará explicar como o desenvolvimento da história de Quitéria encontrou elementos que evidenciavam a sua relação com o cenário em que ela foi construída.

As atribuições à Quitéria transcenderam a imagem de um soldado. Ela vai sendo concebida como uma heroína, em virtude de que sua vida está pautada em importantes atributos que colaboravam no sentido de caracterizar a figura cidadã necessária para fazer parte do elenco dos que estariam aptos a defenderem sua nação. São destacadas as dificuldades que ela enfrentou, transformando seus feitos em atos ainda mais dignos (CARVALHO, 1990).

Se Caxias era a representação de um ideal que o Exército procurava transparecer, Quitéria não foge dessa missão. Se Tiradentes era uma figura que expressava em sua história um símbolo para o regime, enquanto Caxias era um personagem que representava o conservadorismo dos ideais militares, Maria Quitéria era, no contexto do debate nacionalista, a representação da heroína patriota. Patriotismo esse evidenciado a todo tempo pelos biógrafos em suas ações e escolhas. Entrar nas fileiras militares contrariando o pai, a destreza e a vontade em lutar, as inúmeras vezes em que foi elogiada nas ordens do dia, entre outros fatores, fizeram de Quitéria uma verdadeira heroína.

QUITÉRIA, UMA MULHER CONCILIADORA

Sabemos que a memória é seletiva e, por vezes, controla a partir dos objetivos propostos. Se voltarmos ao exemplo anterior, foi a partir dessas escolhas e atribuições narrativas que Tiradentes passou de criminoso para mártir. Foi também por esse processo que a narrativa a respeito da personagem Maria Quitéria passou. O que estamos aqui afirmando é que a intenção do Exército era de que todo aquele que entendesse a história de Quitéria pudesse se inspirar nos valores em que a mesma possuiu em vida, ideias relacionadas às diretrizes militares. Portanto, ao mesmo tempo em que a personagem confirmou essas ideias, ela foi construída baseada nela. O contexto do nacionalismo pode ser o ponto central para entendermos o papel de Maria Quitéria. Portanto, a história desenvolvida por Pereira Junior (1953) e agregada pelos militares nos apresenta uma heroína que desenvolve inúmeros valores que o Exército preconiza.

Com referência ao fato de Quitéria ser caracterizada como iletrada, enxergamos características que representam o povo brasileiro que reside no interior do Brasil, enfrentando e lutando contra as dificuldades. A heroína enfrentou muitas dificuldades na infância desde a morte de sua mãe, em que precisou cuidar da casa muito jovem, além da difícil relação com uma de suas madrastas. Mas Quitéria era proativa. Aceitou e soube lidar com a responsabilidade de cuidar da casa e dos irmãos, sem demonstrar fraquezas frente ao desafio. Essas características não são exclusivas do meio militar, entretanto, são atributos bastante valorizados dentro da instituição (CAMPBELL, 1997).

QUITÉRIA, UMA MULHER NA SOCIEDADE

É muito importante entender que a feminilidade de Maria Quitéria está expressa desde o começo de sua trajetória, foi com origem nessa comemoração do centenário de Independência que percebemos o quanto este fato foi valorizado. A questão feminina em evidência na narrativa da personagem possui importância igual ou maior para expormos os objetivos que o Exército possuiu ao constituí-la. Compreendemos até que, em prol do projeto nacionalista, a valorização de feminilidade de Quitéria é importante. Ainda que sua história não possua os predicados que alguns militares possuíram, porém, sua história é passível de ser inserida nos valores tradicionais do Exército com ideias das quais permitem esta instituição dialogar com uma diversidade de grupos, seja de origem interna ou até

mesmo com aqueles que formam o Estado e a sociedade como um todo. A discussão em apreço nos faz entender que o papel feminino na história é marcante, ao mesmo tempo em que precisamos enxergar que o Exército homenageia uma mulher em seu quadro, o fato de ser uma instituição conservadora causa o efeito dos limites que suas diretrizes permitem que essa valorização seja feita. Assim, Maria Quitéria, se mostra o perfeito exemplo de como a união entre o arcaico e o novo causa impactos, sejam eles positivos ou negativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No nosso entendimento, a partir da pesquisa evidenciada, apresentamos como o Exército brasileiro enalteceu a figura de Maria Quitéria, não somente pela necessária homenagem que a heroína merecia, mas, sobretudo, porque o seu reconhecimento tinha a finalidade de se tornar uma engrenagem de um projeto político mais amplo. No ano de 1953, momento de crise do governo Vargas, no fervor da discussão em torno do conceito de nacionalismo, Quitéria representava a imagem e a memória de uma personagem que ressaltava os valores preconizados pela instituição, que esperava que essas ideias fossem também desenvolvidas na vida civil.

Homenagear Maria Quitéria não foi uma escolha aleatória. Além do caráter nacionalista, entendemos que a escolha pela exaltação de uma figura feminina se mostrou estratégica para obter o reconhecimento dos vários grupos sociais que constituíam a Nação brasileira. Enquadrar uma mulher em diretrizes militares não poderia ser feito sem a criação de algumas questões. A problemática evidenciada perpassou o fato de Quitéria ser elogiada, ao mesmo tempo em que esse destaque teve o propósito de diferenciá-la dos outros heróis históricos do Exército.

REFERÊNCIAS

BACZO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Anthropos-Homem, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

BASTOS, Lúcia da Costa. **Formação da identidade da mulher militar**: análise do caso de Serviço de Saúde do Exército Brasileiro. Curso de Formação de Oficiais do Ano de 2009. EsSEX: Rio de Janeiro, 2009.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Cultrix/Pensamento: São Paulo, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FGV CPDOC. **A Era Vargas**: dos anos 20 a 1945. Movimento Tenentista. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/MovimentoTenentista>. Acesso em: 20 abr. 2018.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, v. I e II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LIMA, João Francisco de. **A incrível Maria Quitéria**. São Paulo: Nova Época, 1977.

REIS JÚNIOR, Pereira. **Maria Quitéria**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1953.

CAPÍTULO 10

GILBERTO FREYRE: o sociólogo-antropólogo, o pioneiro, o escritor, o político

*André Luiz da Costa Gomes²⁶
Janine Marta Coelho Rodrigues²⁷*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz um resgate histórico acerca do escritor Gilberto de Mello Freyre, importante sociólogo brasileiro do século XX, nascido em berço católico no ano de 1900, na cidade do Recife em Pernambuco, filho de Alfredo Freyre e Francisca de Mello Freyre. O pai, Alfredo Freyre, era jurista e professor de Direito e Economia Política na Faculdade de Direito do Recife (COELHO, 2017). A mãe, Francisquinha, nasceu em 1878 em Recife e casou-se em 1907 com Alfredo que era seu primo (FERREIRA, 2011).

Gilberto iniciou seus estudos no colégio Americano Batista na cidade do Recife no ano de 1908, onde se bacharelou em Ciências e Letras, tendo o privilégio de ser o orador da turma. Nesse colégio, Gilberto começou a ler e a escrever em português e em inglês com oito anos de idade, tornando-se o redator chefe do jornal escolar “O Lábaro”. Aos 17 anos, tornou-se membro da igreja evangélica batista, partindo para os Estados Unidos com o objetivo de cumprir a etapa universitária dos seus estudos no estado do Texas, e, em seguida, formando-se bacharel em Artes Liberais na Universidade de Baylor de afiliação batista. Foi colaborador do Diário de Pernambuco com trocas de cartas chamadas “Da outra América” e teve artigos publicados em inglês no jornal da cidade de Waco no estado do Texas. Concluiu o mestrado e o doutorado em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais na Universidade de Columbia, defendendo a tese “Vida social no Brasil em meados do século XIX” (ESPAÇO CIÊNCIA, 2017).

²⁶UFPB. Email: gomesdeco@hotmail.com

²⁷UFPB. Email: jmcoelho@ig.com.br

O ENCONTRO: O SOCIÓLOGO E O ANTROPÓLOGO

Franz Boas, pai da Antropologia Americana, foi um antropólogo, doutor em Física, nascido no território da Prússia. A partir do ano de 1884, em uma expedição ao Canadá, Franz Boas se aproximou da antropologia após estudar os esquimós, e em 1889 mudou-se para Nova Iorque, para a Universidade de Columbia (ESCOLA EQUIPE BRASIL, 2020). O contato com o antropólogo Franz Boas marcou o jovem Freyre logo ao chegar à Universidade de Columbia, em Nova Iorque, em 1920, como demonstra Garcia com uma citação de Gilberto Freyre:

O professor Franz Boas é a figura de mestre de que me ficou até hoje maior impressão. Conheci-o nos meus primeiros dias em Colúmbia. Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci Boas [...] Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre *raça* e *cultura*; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio (FREYRE, 2005, p.31 *apud* GARCIA, 2006, p.1).

A tese “Vida Social no Brasil em meados do século XIX”, apresenta um estudo de gigante relevância, pois traz aspectos e características sociais, culturais e políticas que Gilberto iria desenvolver em diversas obras ao longo de sua trajetória, apresentando um Brasil cheio de diferenças, dominado por uma elite e também ocupado por uma população miscigenada e fundada nos dogmas dos pilares da Igreja Católica:

Assim como suas reflexões posteriores, como a predominância do patriarcalismo tanto em áreas rurais quanto urbanas, o alto grau de miscigenação da população brasileira, a forte presença da Igreja católica no cotidiano e a concentração do poder político e econômico nas mãos de uma elite (RESENHA, 2015, p.1).

O MAIOR ESCRITOR SOCIOLÓGICO DO BRASIL REGIONALISTA

Gilberto Freyre é considerado o pioneiro da sociologia no Brasil, principalmente pelas suas obras literárias que são até os dias de hoje estudadas como bibliografia obrigatória na formação das academias das Ciências Sociais do Brasil e do mundo. Algumas obras do

autor são atemporais, a mais famosa é o livro “Casa Grande e Senzala” de 1933, como demonstra Frazão (2018):

É a obra mais conhecida de Gilberto Freyre, nela, o sociólogo e escritor, focou a questão da miscigenação racial durante o período colonial brasileiro e ousou em explicar a formação social brasileira através da vida nos engenhos, cultivando uma visão romantizada sobre as relações entre os colonizadores e os colonizados. Do ponto de vista arquitetônico, Freyre apontou os engenhos e toda a estrutura física que o cercava (casa grande, senzala, casa de moer e capela) como uma importante fonte de informação sobre a sociedade rural daquela época. O livro explica a organização e funcionamento interno e a hierarquização dos cômodos (FRAZÃO, 2018, p.3).

Outro livro famoso de Gilberto Freyre é “Sobrados e Mucambos” de 1936, para alguns considerado uma obra de continuidade na perspectiva do diálogo entre os temas abordados, como revela a autora Trindade (2014):

Os processos de subordinação, ao mesmo tempo em que trabalha os de acomodação, de uma raça a outra, de uma classe a outra, de várias religiões e tradições de cultura a uma só, que caracterizaram a formação do nosso patriarcado rural, o seu declínio e a relação dos senhores, agora senhores dos sobrados urbanos e semiurbanos, o desenvolvimento das cidades, a formação do Império e a formação do povo brasileiro (TRINDADE, 2014, p.3).

Gilberto Freyre se dedicou muito na escrita com foco na discussão da formação do Brasil e na compreensão dos fatores para a construção do seu povo, lançando diversos livros durante a sua vida, como: Casa Grande & Senzala, 1933; Guia Prático, Heroico e Sentimental da Cidade do Recife, 1934; Sobrados e Mucambos, 1936; Nordeste: Aspectos da Influência da Cana, 1937; Açúcar, 1939; Olinda, 1939; O Mundo Que o Português Criou, 1940; A história de Um Engenho Francês no Brasil, 1941; Problemas Brasileiros de Antropologia, 1943; Sociologia, 1945; Interpretação do Brasil, 1947; Ingleses no Brasil, 1948; Aventura e Rotina, 1953; Ordem e Progresso, 1957; O Recife Sim, Recife Não, 1960; Os Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do séc. XIX, 1963; Brasília, Brasil, e Brasília, 1968; O Brasileiro Entre os Outros Hispanos, 1975; Homens, Engenharias e Rumos Sociais, 1987 (FRAZÃO, 2018, p. 4).

O POLÍTICO

Muito ativo durante toda a sua vida, Gilberto Freyre também se destacou na política e deixou a sua marca no estado de Pernambuco e no Brasil, afeito a ter opinião e um olhar para o povo brasileiro. Gilberto ocupou importantes espaços estratégicos por onde passou. Em Pernambuco, foi chefe de gabinete do então governador Estácio Coimbra entre os anos de 1927 e 1930 (ESPAÇO CIÊNCIA, 2017).

Estácio Coimbra era com quem Gilberto Freyre costumava discutir, entre outros assuntos públicos e privados, as mudanças na política econômica do governo, especialmente depois do exílio de ambos para Portugal em 1930 (MESQUITA, 2013, p. 209).

Foi eleito deputado constituinte em 1946 pelo partido UDN – União Democrática Nacional. Em 1937, Freyre lançou uma campanha aberta contra as ideias do “Estado Novo” do então presidente Getúlio Vargas e foi preso pelo então governador de Pernambuco Agamenon Magalhães, como retrata Mesquita:

Em 1937, Gilberto Freyre participou da campanha de José Américo de Almeida para presidente da República como intelectual responsável por traduzir as ideias do regionalismo para os eleitores mediante a imprensa. A atitude indicava publicamente sua preferência em um momento de profundos confrontos ideológicos: ele aderiu à campanha eleitoral do candidato que defendia os interesses da classe agroexportadora perante o Estado (MESQUITA, 2013, p. 207).

Com grande esperteza e habilidade inegável, Gilberto Freyre conseguiu a partir da sua concepção política e do seu projeto regionalista, aderir e se aproximar da concepção de modernização que estava instalada no Brasil durante a Era Vargas, como demonstra Mesquita (2013):

Acontece que, com o fim do pleito decorrente do golpe de Getúlio Vargas e a instauração do Estado Novo, o sociólogo passou a preparar, com muita habilidade política, sua transição para o apoio ao regime autoritário, isto é, aproximou-se da elite do regime recém-instaurado para negociar o discurso da brasilidade construído paulatinamente em sua obra histórico-sociológica. Desse modo, ele pôde negociar interesses diretamente com a elite do governo Vargas. Com os acordos resultantes desse negócio, regionalismo e nacionalismo se tornaram o denominador comum de um mesmo conceito de “cultura brasileira”, caracterizado, sobretudo, pela diversidade como elemento positivo do “povo” (MESQUITA, 2013, p. 207).

Foi durante o momento político no qual Gilberto Freyre esteve inserido que se observou a demonstração de como um estudioso social se adequa às adversidades para aplicar as suas concepções.

A postura do sociólogo, relativa às constantes mudanças de estratégia política, configura de fato uma ambiguidade na definição de sua posição ante os processos de centralização política e de industrialização na Era Vargas. Sua obra, assim como a dos outros intelectuais atuantes nesse contexto, reagiu com certa ambiguidade ao centralismo de Vargas e seu projeto modernizador. Seguramente, a reação era de ordem sociológica: nas análises e reflexões de seus ensaios dos anos 30 e 40, Freyre buscou no passado uma tradição ou matriz civilizacional que atribuísse sentido ao presente. Este era o seu projeto, o projeto regionalista. O desafio, a despeito dessa certeza, é saber se sua reação era a de um intelectual “adepto” ou “crítico” do novo regime político, ou ainda se ambas as coisas (MESQUITA, 2013, p. 208).

Gilberto Freyre foi diretor dos jornais locais da cidade do Recife “A Província” e “Diário de Pernambuco” e foi colaborador da revista “O Cruzeiro” da cidade do Rio de Janeiro. Durante o seu mandato de deputado, apresentou a criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, hoje Fundação Nabuco. Durante a Ditadura Militar, foi membro do Conselho Federal de Cultura no ano de 1969 e o seu partido UDN foi extinto em 1965. Ocupou também a cadeira número 29 da Academia Brasileira de Letras no ano de 1986. Veio a falecer no dia 18 de julho de 1987 por complicações respiratórias aos 87 anos na cidade do Recife, Pernambuco (GASPAR, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir esse resgate das escritas e da história de Gilberto Freyre foi uma satisfação, pois as suas obras permanecem contemporâneas e criam substâncias para o debate sobre a formação do povo brasileiro, resgatando as suas diversas características e abraçando os estudiosos sociais. Ler Gilberto Freyre é algo que nos traz prazer e sabedoria e ilumina os caminhos dos estudos das Ciências Sociais no Brasil.

REFERÊNCIAS

COELHO, Claudio Marcio. **Revista Passagens Internacional de História e Cultura Jurídica**, v. 9, n. 1, jan./abr., 2017. Disponível em: <http://www.revistapassagens.uff.br/index.php/Passagens/article/view/122/131>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ESCOLA EQUIPE BRASIL. **“Franz Boas”**. Brasil Escola. 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/franz-boas.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ESPAÇO CIÊNCIA. **Série Sinopses Biográficas. Gilberto de Mello Freyre – 2017**. Disponível em: <http://www.espacociencia.pe.gov.br/?p=10719>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FERREIRA, Edgardo Pires. **1937 - A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: a teia do parentesco em Pernambuco**. 1. ed. Guarulhos, SP: ABC Editorial, 2011. Disponível em: https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=18671&ver=por&ori=&c_palavra. Acesso em: 20 jan. 2020.

FRAZÃO, Dilva. **2020 – Gilberto Freyre Sociólogo e ensaísta brasileiro**. Disponível em: https://www.ebiografia.com/gilberto_freyre/. Acesso em: 07 mai. 2020.

GARCIA, Afrânio. **2006 – Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000300027. Acesso em: 20 jan. 2020.

GASPAR, Lúcia. **Gilberto Freyre. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco**. Recife, 2003. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=272&Itemid=1. Acesso em: 20 jan. 2020.

RESENHA. **Vida Social no Brasil nos meados do séc. XIX (Gilberto Freyre)**. São Paulo, agosto de 2015. Disponível em: <https://aproveitopraller.wordpress.com/2015/08/04/resenha-vida-social-no-brasil-nos-meados-do-sec-xix-gilberto-freyre/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MESQUITA, Gustavo. Gilberto Freyre e o Estado Novo: a trajetória de uma relação ambígua. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 207-229, jan./jun., 2013. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/170>. Acesso em: 30 jan. 2020.

TRINDADE, Larissa Maria. **Breve análise sociológica e antropológica da obra “Sobrados e Mucambos” de Gilberto Freyre**. Boletim Jurídico, março de 2014. Disponível em: <https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/3328/breve-analise-sociologica-antropologica-obra-sobrados-mucambos-gilberto-freyre>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CAPÍTULO 11

CARLOTA PEREIRA DE QUEIROZ: a força da mulher brasileira na política da América Latina

*Alexandre Nascimento da Silva*²⁸

INTRODUÇÃO

A médica Carlota Pereira de Queiroz nasceu em 1892, em 13 de fevereiro, na cidade de São Paulo, filha de Maria Vicentina de Azevedo Pereira de Queiroz e José Pereira de Queiroz. Entrou para a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP) em meados de 1920, vindo a formar-se em 1926, ano em que a sua tese denominada “Estudos Sobre o Câncer” recebeu o prêmio Miguel Couto. Carlota tornou-se interna da Clínica Médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, vindo a ocupar a terceira cadeira. Além disso, passou também a ocupar o cargo de chefe do Laboratório da Clínica Pediátrica. Em 1928, atuou como assistente do professor Pinheiro Cintra e, no ano seguinte, foi comissionada pelo governo de São Paulo e viajou para a Suíça para realizar estudos sobre dietética infantil em centros médicos da Europa²⁹.

Em 1932, na Revolução Constitucionalista, Carlota foi uma participante atuante e responsável, junto à Cruz Vermelha Paulista, pela organização e pela liderança de um grupo com 700 mulheres denominado “Departamento de Assistência aos Feridos”, que buscava garantir assistência aos feridos. A médica também dirigiu a “Oficina de Costura”. Nesse momento, iniciou-se a sua luta de cunho político em que Carlota demonstrou uma participação valiosa e assídua na luta pelos direitos democráticos defendidos pela população de São Paulo (SCHPUN, 1997, p. 177).

Ela ingressou na política em 1934, sendo eleita por meio do voto popular no pleito de São Paulo como a primeira deputada federal da história nacional e da América Latina, eleita

²⁸UFPB. Email: bbalexandre1@gmail.com

²⁹Artigo: Direito de voto feminino completa 76 anos no Brasil. Disponível em: <http://folha.uol.com.br>. Acesso em: 29 mai. 2020.

pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, dando lugar à voz feminina no Congresso Nacional. Teve seu mandato prorrogado até maio de 1935 após a promulgação da Constituinte em 1934. Sua atuação política era focada na defesa da mulher e das crianças, procurando ampliações educacionais que contemplassem uma maior equidade entre os gêneros. Buscou melhorias sobre a assistência social e a alfabetização, além de travar uma luta pela classe feminina em busca da implantação de direitos trabalhistas, igualdade salarial e licença maternidade. Carlota publicou uma série de estudos em defesa da mulher, em especial a brasileira, e ocupou seu cargo até o ano de 1937, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional e decretou o Estado Novo³⁰.

Foi eleita membro da Academia Nacional de Medicina no ano de 1942, vindo a fundar, oito anos depois, a Academia Brasileira de Mulheres Médicas, a qual ela chegou a presidir por alguns anos. Tornou-se membro da Associação Paulista de Medicina de São Paulo, da *Association Française pour l'Étude Du Cancer* e da Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires³¹.

Carlota Pereira Queiroz tornou-se a primeira voz feminina na política nacional. Sua participação naquele cenário e seu histórico remetem a reflexões sobre o cenário político atual, além de proporcionar pareceres comparativos com históricos femininos de lutas políticas no Brasil que sofreram com a perda do cargo mediante as atitudes antidemocráticas de terceiros. Assim, justifica-se a produção deste estudo levando em conta a necessidade de resgatar um recorte histórico da força feminina na política brasileira, abrindo espaço para reflexões sobre a atuação democrática de uma mulher que, ainda na década de 30, travou uma luta pelo feminismo e pelas crianças, pautada no atendimento universal e nos direitos que hoje estão estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

A atuação de Carlota é inovadora em diversos momentos, tanto em sua atuação política quanto em sua carreira na medicina. Diante disso, este estudo objetiva descrever e analisar a história da primeira deputada federal da América Latina, bem como contextualizar seu mandato, seus feitos políticos e sua vida. Em suma, este trabalho objetivou apresentar a história de vida de Carlota Pereira de Queiroz trazendo dados levantados acerca de sua atuação política, dissertar sobre a carreira médica de Carlota e avaliar os reflexos de sua atuação e sua luta feminista. Para a realização desta pesquisa optou-se pelo método de revisão bibliográfica por meio de levantamentos de documentos e estudos feitos por autores

³⁰Fonte: Carlota Pereira de Queirós - CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 29 mai. 2020.

³¹Fonte: <http://associacaopaulistamedicina.org.br/noticia/carlota-pereira-de-queiros-a-primeira-deputada-federal-do-brasil>. Acesso em: 29 mai. 2020.

renomados no assunto em questão, como por exemplo, Luciana Suarez Lopes (2018), Mônica Raisal Schpun (1997), Leone McGregor Hellstedt (1977), Rosa Maria Feiteiro Cavalari (1999), entre outros.

A VIDA DE CARLOTA

O ano de 1892 foi repleto de acontecimentos relevantes para a história do Brasil e do mundo. No torneio de Roland Garros, o tenista francês de origem suíça Jean Schopfer venceu o seu primeiro torneio. Nesse mesmo ano, ocorreu o nascimento de Ernst Ludwig Freud, um famoso arquiteto alemão e filho mais novo de Sigmund Freud. Ainda nesse período, Eça de Queiroz publicou o seu conto “Civilização” no Jornal de Notícias do Rio de Janeiro. E também foi o ano do nascimento de Carlota Pereira de Queiroz, que viria a tornar-se uma médica, ativista e política importantíssima para a história do Brasil. Sua história começou no dia 13 de fevereiro, em São Paulo. Carlota pertencia a uma família tradicional que fazia parte das elites da região, seu avô materno era um proprietário rico que possuía muitas terras localizadas em Jundiaí. Ele foi membro do Partido Republicano Paulista (PRP), além de compor, no ano de 1870, o grupo de fundadores do jornal “A Província de São Paulo”, que viria a tornar-se “O Estado de S. Paulo”. Seu avô liderou a região de Lorena e foi membro do Partido Conservador (PC) no final do Império. Esse rico proprietário de terras e comerciante dedicou-se assiduamente à atuação política e exerceu uma grande influência na região. Carlota era filha de José Pereira de Queiroz e Maria Vicentina de Azevedo Pereira, sendo sua mãe de uma família católica e seu pai um ateu convicto (SCHPUN, 1997).

A formação de Carlota seguiu-se em instituições públicas. O ensino dessas instituições era considerado moderno, os locais favoritos de ensino dos pais de Carlota foram o Jardim de Infância da Escola Normal e também a Escola Modelo de Prudente de Moraes. Seus estudos seguiram na Escola Caetano de Campos e, anos mais tarde, na Escola Normal de Caetano de Campos. Em 1909, aos 17 anos, Carlota recebeu, pela Escola Normal da Praça, o diploma de professora. Recebeu também o convite para atuar como inspetora primária e depois passou a lecionar desenho e música na Escola Normal. A princípio, ela decidiu trabalhar na área uma vez que sua família encontrava-se em dificuldades financeiras. A partir de 1912, tornou-se professora do Jardim de Infância, aos 20 anos, e manteve-se nesse cargo durante dez anos (SCHPUN, 1997).

No ano de 1920, o sistema educacional de São Paulo começou a sofrer alterações importantes a partir de uma maior demanda escolar, aumentando o número de escolas e de vagas para educadores, levando a uma preocupação voltada às questões pedagógicas e ao processo de ensino-aprendizagem. As mulheres urbanas passaram a encontrar no ensino a chance profissional condizente à moralidade que mereciam, e, assim, esse campo de atuação constituiu-se como feminino no contexto histórico nacional. Nesse momento, Carlota encontrava-se desiludida com sua carreira de professora, sem expectativa de um grande futuro, pois ela acreditava que as melhores profissões eram exercidas pelos homens. Assim, ela deixou o magistério e se inscreveu, ainda no ano de 1920, na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, dando início, dessa forma, a uma nova fase profissional (HELLSTEDT, 1977). No ano seguinte, Carlota trocou de instituição e inscreveu-se no Rio. Em 1926, ela recebeu seu diploma ao defender uma tese que abordava os “Estudos sobre o câncer”, ocasião em que também recebeu o prêmio Miguel Couto (SCHPUN, 1997).

Naquela época, grande parte das poucas mulheres que se formavam em medicina no país não conseguiam atuar na profissão. Isso se dava por conta de tabus e por conta da forte ligação da medicina com o gênero masculino. Sendo assim, quando uma mulher concluía seus estudos, dificilmente conseguia atuar, mesmo que em consultórios privados ou em hospitais. No entanto, Carlota não foi privada dessa realização profissional e foi médica atuante durante um longo tempo. Após a conclusão do seu curso, tornou-se membro da *Association Française Pour l'étude Du Cancer* e realizou diversas especializações entre os anos de 1927 e 1929, na Alemanha e na França. Entre 1928 e 1947, ela chefiou o Laboratório da Clínica Pediátrica da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, mantendo paralelamente o seu consultório até o ano de 1933. Posteriormente, entre 1938 e 1965, ela abriu um laboratório em sua residência, onde eram realizadas análises clínicas. Após a sua especialização em hematologia, passou a ocupar no período entre 1947 e 1952 a chefia do serviço de Hematologia da Clínica de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP), tornando-se assim uma autoridade na área. Foi também, em 1942, a primeira mulher a fazer parte da Academia Nacional de Medicina, pertencendo à mesma organização na Argentina. Nos anos de 1961 e 1967, aos 69 anos, ocupou a presidência da Associação Brasileira de Mulheres Médicas (ABMM), conforme aponta Schpun (1997). Dessa forma, compreende-se que a vida de Carlota foi revolucionária e repleta de lutas, ela estava à frente de seu tempo e tornou-se um exemplo na luta pela igualdade considerando as suas batalhas diárias na atuação profissional. Tais batalhas iniciaram-se ainda em seus estudos, os quais deram luz ao início de sua carreira profissional

impulsionada por dificuldades financeiras familiares. Após a estabilidade, ela rompeu, mais uma vez, com os estigmas da época, conciliando aulas particulares com os estudos na nova carreira almejada, levando adiante sua busca pela atuação plena na profissão que nascera para exercer. Não conformada com as regras sociais e com o machismo incutido na sociedade da época – que permanece de alguma forma nos dias atuais – buscou sempre especializar-se até tornar-se uma referência na profissão.

A CARREIRA POLÍTICA DE CARLOTA

No estado de São Paulo, durante a Revolução de 1930, o presidente Washington Luís foi deposto impedindo, assim, a posse de Júlio Prestes e levando ao poder Getúlio Vargas. No ano de 1932, iniciou-se uma Revolução Constitucionalista caracterizada pela revolta contra a gestão de Getúlio Vargas. Em busca da reconquista do comando político paulista perdido com a Revolução de 1930, as elites pediram por eleições e pela promulgação de uma Constituição. Embora os paulistas tivessem reduzido sua influência política, apoiaram Getúlio Vargas na esperança de que ele convocasse eleições, no entanto, essa almejada situação não se concretizou, formando uma grande oposição contra o governo, iniciada por fazendeiros, e, posteriormente, ganhando forças com os comerciantes, estudantes universitários e profissionais liberais. Dessa forma, deu-se um ato político em 23 de maio de 1932, com foco na luta pelas eleições, contudo, a polícia reprimiu um grupo de manifestantes, resultando na morte de quatro estudantes, fato que revoltou a sociedade paulista (CAVALARI, 1999).

Nesse mesmo período, Carlota consolidou-se uma ativa participante da Revolução Constitucionalista. Ela organizou com o apoio da Cruz Vermelha Paulista um grupo composto por 700 mulheres denominado “Departamento de Assistência aos Feridos”, e também dirigiu a “Oficina de Costura”. No mesmo ano, compôs a comissão que buscou no Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro, os últimos prisioneiros que se encontravam ainda internados (Begliomini, [s.d]).

As ações de Carlota foram mais complexas quando comparadas às demais mulheres da época que realizaram ações filantrópicas, pois além de exercer suas funções em diversas organizações ao mesmo tempo, de ser respeitada e reconhecida pela “Liga das Senhoras Católicas” e atuar na militância em caráter assistencial, Carlota ainda era educadora e médica (SCHPUN, 1997). Passado o momento do levante, o voto feminino foi aprovado em

fevereiro de 1932 na reforma eleitoral. Carlota tornou-se candidata à Assembleia Constituinte por São Paulo, em 1934. Na ocasião, o jornal “Diário de Pernambuco” optou por traçar as características que uma dama precisaria ter para exercer de maneira ideal os trabalhos da constituinte. O perfil em questão aludia a uma mulher culta, inteligente, com idoneidade moral, reconhecimento em sua profissão, ativista social e que representasse a forma de pensar das mulheres (ARAÚJO, 2003).

Nascida em uma família de elite, afirmava não ser feminista e não participou ativamente do movimento sufragista ocorrido na década anterior. Seu nome estava entre os 22 candidatos da chapa denominada “Chapa Única de São Paulo Unido”, nomes escolhidos através de uma comissão de 5 membros representantes da Associação Comercial, Federação dos Voluntários, Liga Eleitoral Católica, PRP e o Partido Democrático. Sua indicação como candidata é proveniente de uma campanha ampla organizada por duas amigas que publicaram na imprensa paulista uma mensagem denominada “Mensagem da Mulher Paulista”, em que foram pedidas assinaturas e apoio à Carlota (SCHPUN, 1997).

A candidatura de Carlota foi confirmada e nas eleições de maio de 1933 ela obteve no primeiro turno 5.311 votos, e no segundo turno, 176.916, tornando-se a única mulher eleita no Brasil, a primeira deputada federal da América Latina e ocupante de uma das 254 cadeiras da Assembleia. Carlota, nesse sentido, passou a acreditar que sua eleição, assim como a participação efetiva da mulher na política, representavam os resultados das mudanças que o país esperava. A partir desse momento, o processo de urbanização passou a avançar, os processos produtivos começaram a ser mecanizados, a eletricidade e as relações de trabalho apresentavam evoluções sociais e familiares. Carlota declarou que as máquinas e a eletricidade substituíram o trabalho humano, exigindo das mulheres, por conta das novas dificuldades financeiras, uma nova adaptação. Assim, as mulheres passaram a colaborar mais na esfera econômica e, como resultado, percebeu-se uma mudança concomitante à necessidade de estudos, levando-as a ingressarem em escolas e carreiras, e obtendo maior consciência política, administrativa e social, de acordo com Lopes (2018).

Carlota seguiu no cargo de deputada e o seu mandato foi prorrogado até maio de 1935, após a promulgação da Constituinte em 1934. Dentre as ações que ela executou durante o seu mandato político, destaca-se a ampla defesa da mulher e das crianças, além de buscar sempre discutir e destacar a necessidade de ampliações educacionais que contemplassem maior equilíbrio sobre a formação entre os gêneros. Atuou também buscando melhorias referentes à assistência social e à alfabetização, além de claramente travar uma luta pela classe feminina em busca da implantação de direitos trabalhistas,

igualdade salarial e licença maternidade. Vários estudos foram publicados por Carlota, dentre eles, muitos que abordavam a defesa da mulher, com foco na mulher brasileira. Ela ocupou o cargo até o ano de 1937, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional e decretou o Estado Novo. Tentou a reeleição nas décadas de 1950 e 1960, mas não obteve sucesso, e durante esse período sempre exerceu seu cargo na medicina (LOPES, 2018).

Carlota faleceu em 14 de abril de 1982, aos 90 anos, em sua cidade natal. Ela foi honrada pela Academia de Medicina de São Paulo como patronesse da cadeira de nº 71. Foi homenageada com um monumento na Praça Califórnia, localizada na Zona Oeste, no bairro de Pinheiros, além de ter uma avenida da região de Socorro na Zona Sul, e uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) no bairro Cidade Tiradentes na Zona Leste, ambas com seu nome. Ela também foi honrada com uma rua na cidade de Curitiba (Paraná), no bairro Cajuru. Em seu monumento, encontram-se as palavras: “Dra. Carlota Pereira de Queiroz. São Paulo, 1892-1982. Única Mulher na Assembleia Constituinte Brasileira, 1933-1934. Primeira Mulher Eleita Deputada Federal no Brasil e na América do Sul, Médica, Professora e Historiadora” (Begliomini, 2018, p.04).

É inegável que a atuação política de Carlota trouxe grandes transformações para a sociedade, uma vez que a participação das mulheres vem crescendo gradativamente desde a eleição de Carlota. Há dois anos, em 2018, cerca de 52% do eleitorado brasileiro era composto por mulheres, no entanto, em 2016, apenas 31,9% dos candidatos eram mulheres. Contudo, mediante investigações, foi possível constatar que dentre as candidatas da classe feminina apenas uma parcela recebeu votos. Tal situação levou o Ministério Público (MP) a realizar uma apuração sobre a possibilidade de irregularidades, ficando constatado que, por conta da obrigatoriedade de ter mulheres candidatas na composição do quadro dos partidos, muitos acabaram por realizar registros de candidatas que, mesmo sendo reais, desconheciam sua participação (LOPES, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feitas as devidas considerações, observa-se que Carlota Pereira de Queiroz foi uma figura importante no contexto histórico do Brasil, suas lutas diárias em busca da atuação em sua profissão lhe renderam concepções avançadas para a época. Carlota era uma mulher à frente de seu tempo. Independente, sempre buscava conciliar suas formações e atuações com

os seus trabalhos. Exercia a educação continuada através de especializações, estudos e práticas, o que a levou a chefiar diversos departamentos.

Embora tenha se destacado por suas conquistas políticas, Carlota apresentava-se frequentemente forte e inovadora em sua luta profissional, uma vez que a medicina não era comumente praticada por mulheres. Na revolução ocorrida em 1932, mostrou-se ativa e reuniu um grande grupo de mulheres cujos ideais eram ligados à igualdade social e de gêneros, aos direitos trabalhistas e à licença maternidade. Carlota foi professora, médica, historiadora e a primeira mulher eleita deputada federal no País. Sua vida inspirou e inspira até os dias atuais muitas mulheres que lutam por espaço na sociedade e na política.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Revista Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 133-150, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300009. Acesso em: 25 mai. 2020.

Begliomini, Helio. **Perfil de Carlota Pereira de Queiroz**. Patronesse da cadeira nº 71. Biografias. São Paulo: Academia de Medicina de São Paulo, 16 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/192/BIOGRAFIA-CARLOTA-PEREIRA-DE-QUEIROZ.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2020.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: Ideologia e Organização de um Partido de Massa no Brasil (1932-1937)**. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

CPDOC FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>. Acesso em: 29 mai. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Direito de voto feminino completa 76 anos no Brasil**. 2 de fevereiro de 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/02/367001-direito-de-voto-feminino-completa-76-anos-no-brasil-saiba-mais-sobre-essa-conquista.shtml>. Acesso em: 29 mai. 2020.

HELLSTEDT, Leone McGregor (Org.). **Women Physicians of the World: Autobiographies of Medical Pioneers**. Washington: Hemisphere Publishing Corporation, 1977. p. 86.

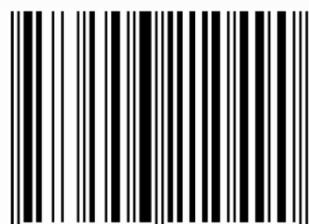
LOPES, Luciana Suarez. **Carlota Pereira de Queiroz e a “Colaboração Feminina na Política do País”**. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Economia & História: Relatos de Pesquisa*. Edição nº 458, novembro de 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002914209>. Acesso em: 19 mai. 2020.

SCHPUN, Mônica Raisal. Carlota Pereira de Queiroz: Uma mulher na Política. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 167-194, 1977.

GOSTO DE SER
HOMEM, DE SER GENTE, PORQUE SEI
QUE MINHA PASSAGEM PELO MUNDO
NÃO É
PREDETERMINADA,
PREESTABELECIDADA. QUE MEU
"DESTINO" NÃO É UM DADO MAS
ALGO QUE
PRECISA SER FEITO E DE CUJA
RESPONSABILIDADE NÃO POSSO ME
EXIMIR. GOSTO DE SER GENTE
PORQUE A HISTÓRIA EM QUE ME
FAÇO COM OS OUTROS E DE CUJA
FEITURA TOMO PARTE É UM
TEMPO DE POSSIBILIDADES E NÃO DE
DETERMINISMO.

PAULO FREIRE

ISBN 978-65-5621-049-0



9 786556 210490

